

*O Tempo
no Planetário
e outros ensaios*



Eduardo Navarro Stotz

**O Tempo no Planetário
e outros ensaios**

O Tempo
**O Tempo no Planetário
e outros ensaios**
no Planetário

Eduardo Navarro Stotz

Rio de Janeiro
2004

Capa: Fotocópia digitalizada da obra *Cena de Aldeia*, de David Teniers, Acervo do Museu Nacional de Belas Artes.

Pág. 41 - Fotocópia digitalizada da obra *Cena de Aldeia* que consta no livro *David Teniers*, de Roger Peyre, Paris: Henri Laurens. Éditeur, s. d.

Pág.139 - Fotocópia digitalizada de Carolina de Jesus, constante da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina de Jesus, São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.

Projeto Gráfico de Capa e Editoração Eletrônica:
Lúcia Regina Pantojo de Brito - lregina@ensp.fiocruz.br

Autoriza-se a reprodução parcial ou total desta obra, desde que não seja para fins comerciais e que se faça a referência bibliográfica completa.

*A soma da vida é nula.
Mas a vida tem tal poder:
Na escuridão absoluta,
Como líquido, circula.*

Carlos Drummond de Andrade
Noturno à janela do apartamento

Para Antonio, Julio e Vitor, a
cada um no seu devido tempo

Para Victor Meyer, *in memoriam*

O Tempo
Sumário
no Planetário

Prefácio	11
A propósito	15
O tempo no planetário	
O tempo no planetário	19
Apercepções do tempo	
I. Representações	
Cena de aldeia	39
E la nave va	49
Memória dividida	65
II. Possibilidades	
<i>De te fabula narratur</i>	73
Um sonho escuro, heróico e terrível	81
Frágua inovadora	122
III. Testemunho	
Quarto de despejo	134

História e memória

Observar, entender 149

O Tempo no Planetário

Prefácio

O tema central do livro de Eduardo Navarro Stotz é o tempo, interpretado a partir das apercepções sociais dele, num conjunto de ensaios que combinam a erudição, a sensibilidade e a elegância do estilo na escrita de um texto complexo, mas aparentemente simples.

O primeiro ensaio, “O tempo no planetário”, busca a unidade do tempo humano e natural, do tempo cosmológico e histórico. Pode-se dizer que é uma perspectiva oposta a da Renascença. O homem em vez de comandar, no centro do universo, é um dependente, aparecido tardiamente, por acaso, num pequeno planeta de uma das muitas galáxias. Apesar dessa aparente insignificância e até, por causa dela, o ser humano pode ser considerado extraordinário pelos feitos excepcionais de ter sobrevivido às mudanças e cataclismos que destruíram espécies mais fortes e de ter conseguido controlar as forças da natureza em seu proveito. O texto, portanto, no meu entender, resgata o papel do homem no universo e também lhe atribui grande responsabilidade na proteção da natureza. O ensaio coloca em questão o “tempo histórico da modernidade”, o tempo da sociedade no qual, sob o despotismo do capital, o homem deverá compreender-se “socialmente”.

Esse ensaio inicial estabelece o quadro geral que emoldura os sete ensaios seguintes, um deles de autoria de Victor Meyer (Frágua inovadora). O conjunto é denominado “Apercepções do tempo”, dividido em Representações, Possibilidades, Testemunho. Por meio desses ensaios, Eduardo Navarro Stotz analisa e recoloca os principais questionamentos sobre a história e as ciências sociais com base na discussão da natureza do tempo, vista dos mais variados ângulos, em diversos momentos de sua vida, na militância e na academia, inserindo-a, assim, no tempo real e aproximando o teórico do empírico – tarefa difícil de realizar. A narrativa

foi o método adotado pelo autor que revela, no correr dos ensaios, sua cultura sociológica e histórica, e sua sutil sensibilidade artística.

O grupo de ensaios denominado “Representações” compreende uma “Cena de aldeia”, texto de rara sensibilidade e erudição em que o autor analisa um quadro de Teniers, no contexto da Holanda do século XVII, do deslocamento da população do campo para a cidade que implica em libertação dos laços feudais, mas também em sofrimento para penetrar e, depois, para integrar-se no meio urbano. O ensaio ainda interpreta os valores estéticos da pintura.

“E la nave va” aborda a fábula fascinante do navio sem rumo que leva os loucos, os desvairados, os sonhadores. No entanto, dentro da aparente desordem, pode-se observar que o navio representa uma sociedade hierarquizada, que vai aos poucos definindo seu rumo.

“Memória dividida” também trata das representações múltiplas do passado que podem, inclusive, ser antagônicas.

A leitura desses ensaios suscitou em mim a preocupação com o status científico da história, ameaçado pelo subjetivismo da abordagem centrada nas representações sociais, ou seja, pelo anti-realismo epistemológico marcante nas ciências humanas na atualidade. Ciro Flamarion Cardoso observou com pertinência que o “representacionismo” em sua versão radicalizada contém uma aporia fundamental: se se aceita o princípio do acesso aos objetos exteriores unicamente através de idéias e representações, “como será possível saber do que as representações são, de fato, representações, já que não se tem outra forma de acesso aqueles objetos exteriores?”¹ Esta não é a preocupação do autor e nem ele se identifica com o “representacionismo”, uma vez que busca o entendimento da sociedade e das possibilidades de sua mudança tanto nas representações como nas relações sociais. Para ele, as representações sobre o tempo são apercepções coletivas dominantes numa época e correspondem às relações sociais fundamentais que caracterizam essa sociedade.

Estou de pleno acordo com essa crítica ao representacionismo na história, uma vez que conduz à negação do tempo histórico. Tal crítica é válida inclusive no plano da existência individual, pois se alguns julgam

¹ Cardoso, C. F. Uma opinião sobre as representações sociais. In: Cardoso, C.F. e Malerba, J. (orgs.) Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

que o tempo não existe, nem por isso escapam da morte, do fim do tempo da vida.

Os ensaios “De te fabula narratur”, “Um sonho escuro, heróico e terrível” e “Frágua inovadora” foram grupados sob o título de “Possibilidades”, para enfatizar a preservação da potencialidade da humanidade de escolher, dentro de certos limites, seu destino. Ela não está condenada a sucumbir ao marasmo do conformismo. O proclamado destino fatal ou fortuito da humanidade é contestado. Apesar do fracasso do socialismo de estado, de forma dramática, eloqüentemente descrito no ensaio intitulado “Um sonho escuro, heróico e terrível”, não está assegurado o sucesso do capitalismo globalizante como único caminho da humanidade. O desenvolvimento social está sendo atingido, entre outras vicissitudes, pelas crescentes limitações à livre circulação mundial de pessoas, de gêneros, de técnicas, de ciência e de arte; pela exclusão dos povos desses benefícios, cuja expressão mais aguda se manifesta na situação dramática de fome e violência na maior parte da África; pela sistemática destruição da natureza; e pela vulnerabilidade das economias nacionais às crises bancárias, bursáteis e monetárias.

O ensaio sobre a Polop, de autoria de Victor Meyer, adverte sobre o perigo do aprisionamento das idéias em conceitos rígidos, divorciados da vivência, e da necessidade de se libertar desse cerceamento.

Estes ensaios suscitam em mim o pensamento de que, apesar das profundas mudanças na economia – em particular no papel desempenhado pela indústria – que reduziram o poder de pressão social do proletariado, perdura a possibilidade de luta com vistas à redistribuição eqüitativa dos recursos, mediante a aliança do proletariado com outras forças sociais que apenas começam a se esboçar.

O ensaio intitulado “Quarto de despejo”, considerado como testemunho, poderia ser aceito como uma memória que retrata, de forma impressionante, a repetição diária da luta pela sobrevivência, sem perspectiva de mudança, num tempo anulado que ainda preserva a apreciação da vida.

Reserva-se para o final as relações entre história e memória que se apresentam não só como uma forma estática de se lembrar e registrar, mas, sobretudo, de entender. A memória freqüentemente é variada e cabe ao historiador interpretar, descobrir a memória escondida, subjacente, às vezes inconsciente.

Agradeço a Eduardo a oportunidade desta leitura, uma leitura estimulante e instigante. Outras leituras poderiam ser feitas de um texto tão rico. Esta é a minha.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo

Rio de Janeiro, agosto de 2002.

O Tempo no Planetário

A Propósito

Este livro nasceu como parte de uma bagagem levada em longa viagem, sempre à mão: algumas coisas são usadas, outras não. Na medida em que escrevia os textos, guardava-os, muitas vezes sem uma revisão e com partes inacabadas. Retomei sua leitura, ora releguei-os, ora preservei-os. Noutras vezes, escrevi textos assemelhados.

Os escritos aqui reunidos foram elaborados em momentos distintos, dentro de um período marcado pelo fim da minha militância política organizada e, com o retorno à vida civil, pelo desenvolvimento de uma carreira acadêmica, como professor e pesquisador, sempre vinculada à assessoria aos movimentos sociais.

Aprendi muito nas viagens. Numa destas, tive a oportunidade de amadurecer a perspectiva de análise que gostaria de adotar neste livro. Foi na rodoviária de São João del Rei, por onde passei, num dia no inverno, com destino à cidade de Tiradentes. Tive a curiosidade de ler e anotar, afixado em mural, uma matéria que se iniciava com a seguinte frase no jornal *Amanhecer*, em sua edição de cinco de agosto de 1999:

Cada lugar possui a sua história transmitida por documentos, fatos, lendas, contos narrados pelos mais antigos, passados de pais para filhos, e mesmo deduções.

É disto que este meu livro trata: da narrativa histórica.

A narrativa traz para o centro da reflexão a figura do historiador e de seu “ambiente”, sua filiação teórica, as indagações que constituem seu campo de estudos e, assim, a linha de investigação, bem como as fontes dos dados e informações necessárias.

Decorre daí minha opção pela forma do ensaio. Em poucas palavras: o caráter ensaístico dos textos reflete a percepção de que nenhuma ciência social se basta, bem como a consciência de que recorrer à

interdisciplinaridade e à filosofia nem sempre é o mais adequado ou mesmo plausível.

Pretendi desenvolver, livre de amarras disciplinares, possíveis respostas à pergunta de Jeanne-Marie Gagnebin, apresentada na conclusão de um capítulo central da sua obra *Sete Aulas sobre Linguagem, Memória e História*, publicada em 1997 pela Imago: ***como conseguir uma compreensão diferenciada, inventiva da temporalidade e da história humana em suas diversas intensidades?***

O livro que o leitor tem em suas mãos teve seu título inspirado no ciclo de debates “Dimensões do tempo”, realizado no Planetário da Gávea em agosto de 1996. A partir da hipótese de um tempo profundo, inacessível à experiência, chega-se ao tempo histórico abordado como aprecepção, pelos povos, de suas condições e contradições. Representação, possibilidade e testemunho constituem as partes em que o tempo histórico é classificado. Cada capítulo explora mais de um tema; os temas mantêm um diálogo em torno de um tempo que pode ser apreendido como contínuo ou descontínuo, providencial ou secularizado, linear ou circular, dividido, cheio ou vazio. Por isto, esta é uma obra a ser lida, preferentemente, em poucos dias, pois a leitura continuada revela, na diversidade das formas de manifestação, a unidade do tempo histórico.

O tempo das sociedades somente é compreensível na longa duração da dinâmica social, quer dizer, do desenvolvimento das relações sociais, do imaginário e do poder que as expressa, significa e organiza. A esse respeito cabe acrescentar que tratamos aqui, fundamentalmente, da história da modernidade e de sua crise, quer dizer, dos processos constitutivos, do desenvolvimento e dos conflitos característicos da sociedade burguesa no ocidente. Os ensaios reunidos neste livro examinam aspectos da história desta sociedade na qual a grande maioria participa, faz história. Contudo, para repetir uma frase célebre, se os homens fazem a história, não a fazem de modo arbitrário. Mais ainda: sabemos que, em virtude do poder de que dispõem, alguns homens são mais livres do que outros para fazer a história.

Para que este livro de ensaios viesse a lume, contei com a colaboração direta ou indireta de muitas pessoas, na qualidade de interlocutores ou de narradores. Mesmo sob o risco de esquecer outros nomes quero lembrar inicialmente de José Luiz Foresti Werneck da Silva (28-05-1932 – 06-08-1995), coordenador do Centro de Estudos de História da República/Museu da República, com quem tive, entre 1984 e 1987, o privilégio

de trabalhar e a oportunidade de construir, ao lado de Maria Helena de Almeida Cabral, um modestíssimo acervo da memória social dos trabalhadores sobre a república brasileira.

Meus agradecimentos a professora Eulália Lobo, pelo aprendizado do ofício, como orientadora de meu projeto de dissertação de Mestrado em História, na Universidade Federal Fluminense, e pela relação de amizade construída ao longo de parcerias na reflexão acerca do movimento operário – sindical. A Victor Valla, pelo estímulo a prosseguir, em que pesassem os obstáculos institucionais da época, nos estudos sobre o mundo do trabalho. A Marcos Moreira, pela cuidadosa revisão do texto, pelas sugestões literárias e pelos sempre pertinentes comentários sobre as apropriações culturais da língua portuguesa. Um agradecimento especial a Gil Sevalho, pelas leituras e conversas sobre o tempo *motor* que impulsiona a nave onde seguimos, viventes, em busca de ilhas indescobertas. A Márcia, minha companheira, pelo apoio que me deu durante o longo e tortuoso processo de escritura desses ensaios, empenho sempre renovado de viver amorosamente.

Rio de Janeiro, dez 2002

Apresentação da 2ª Edição

Uma segunda edição é sempre o resultado de outras leituras.

Assim, a leitura das *Cartas do Cárcere* de Antonio Gramsci - uma dessas obras, como disse “A propósito” do livro *O tempo no planetário*, fez parte de uma bagagem levada em longa viagem, entre os muitos endereços que tive durante minha militância, sem nunca tê-la lido - está na origem desta segunda edição, ao trazer-me a imagem que faltava para falar do movimento operário e da tentativa, na experiência soviética, de superação do capitalismo. Ao ler o capítulo *Ela nave va*, o leitor poderá dar-se conta de como está arraigada, no imaginário coletivo ocidental, a idéia de uma sociedade como uma nau à deriva nos mares. Com a globalização, a mundialização ou a transnacionalização das economias, pode-se dizer que o planeta inteiro torna-se esta nave, a nave Terra.

Esta revisão, obviamente, suscitou outras.

Muitos leitores perceberam no livro um tom pessimista, principalmente porque não se aponta, no livro, qualquer alternativa ao sistema capitalista, reconhecidamente destrutivo e inumano em sua voracidade pelo lucro. A questão é a inexistência de alternativa, pelo menos por enquanto.

Uma posição diferente é a de se tentar identificar elementos, sinais, tendências de desenvolvimento das contradições imanentes ao sistema capitalista.

O aparecimento, em língua portuguesa, do texto *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, escrito por Roman Rosdolsky, instigou-me a reler o prefácio de Martin Nicolaus à edição Argentina dos Grundrisse. Então me dediquei a pensar de que forma incorporar estas reflexões. O resultado aí está, especialmente no acréscimo de algumas páginas ao capítulo *O tempo no planetário*.

Por último, sempre tive a expectativa de completar os dados biográficos de Isaac Deutscher. Esta oportunidade foi-me oferecida, sem o esforço de uma pesquisa bibliográfica, no capítulo a ele dedicado por Perry Anderson em seu *Afinidades seletivas*.

Em virtude do que foi dito acima, esta nova edição requer uma segunda epígrafe, complementar à primeira. Ela é retirada da parte final do livro *As cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino:

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer: A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

Rio de Janeiro, dezembro de 2004.

O Tempo
O Tempo no Planetário
no Planetário

O tempo no planetário

O tempo é o fogo do ser que consome eternamente o fenômeno, a mudança como mudança.
Epicuro

As descobertas dos arqueólogos vêm modificando constantemente nossas referências cronológicas sobre os primórdios da “civilização”.¹ Tais achados produzem um resultado paradoxal. Pois se os vestígios do passado oferecem a oportunidade de um maior entendimento de aspectos do funcionamento de sociedades arcaicas e da chamada revolução neolítica, quando se pensa em sua apropriação social, causam estranhamento, por conta da dificuldade de ancorar o novo conhecimento no saber comum sobre o passado mais remoto. Na verdade, quanto mais se recua cronologicamente no tempo, menos compreensível se torna, para o senso comum, o tempo. A apercepção do tempo nessa escala é dificilmente compreensível porque estranha à experiência cotidiana do tempo cronológico e dos tempos cíclicos de rotação e translação do planeta.²

A unidade do tempo humano e natural baseia-se nos “movimentos naturais” de conexão e dependência entre a sociedade humana e a natureza, como nos ciclos do dia e da noite, das estações, da lua e das marés. Esse vínculo é produzido pelos homens em sociedade através do calendário, da medição do tempo físico e da inserção humana nos movimentos naturais regulares, reversíveis, do cosmos. Ao mesmo tempo, o calendário tem um começo, “um evento fundador” a partir do qual se contam e datam os

¹ Enquanto se poderia afirmar, até poucos anos atrás, que a civilização teria começado na Mesopotâmia por volta do 5º milênio, hoje nos defrontamos com a notícia de vestígios de uma civilização que afundou no Golfo de Cambay, Índia, datados de 7.500 anos A C! É o que se pode ler no Jornal do Brasil, 17-01-2002: “Primórdios da História”, 10.

² Experiência culturalmente formada no Ocidente desde a tradição judaica. No Gênesis, 8, 22 lê-se: *Enquanto durar a terra, não mais cessarão a sementeira e a colheita, o frio e o calor; o verão e o inverno, o dia e a noite.*

eventos, e se confere um sentido às gerações de homens, às sociedades. Através do calendário, cria-se a vinculação entre o tempo cosmológico e o tempo humano, histórico. Ora vista como uma sucessão repetitiva dos eventos (o modelo do tempo cíclico dos antigos), ora como um encadeamento irreversível (o tempo como evolução dos modernos), a representação do tempo pode limitar-se à duração ou incluir a idéia da mudança. Esta pluralidade de tempos diferentes encontra sua unidade na sociedade burguesa, no tempo quantitativo e mensurável, no tempo cronológico, síntese racional do senso comum com a ciência.

Esclareçamos um pouco os termos desta relação entre ciência, senso comum e realidade objetiva. O tempo é, como diz Ricoeur, uma espécie de limite do conhecimento humano. Existe como instante e, ao mesmo tempo, pode ser representado através das metamorfoses, do presente pontual, em passado do presente e futuro do presente. Decorre daí a enorme dificuldade da ciência em lidar com a categoria tempo. Já não se trata mais de alegar, com Isaac Newton, ser o tempo uma categoria absoluta como espaço e movimento, oposta à concepção relativa, aparente e vulgar que os leigos possuem. O problema, desde Einstein, é admitir-lhe a existência.

O tempo, em sua concepção habitual, comum, é um fluxo que empurra as coisas do passado para o futuro, diz-nos o físico Luiz Alberto Oliveira. O tempo aparece à consciência das pessoas como uma força incoercível. Para o senso comum, o tempo, tal como definido, cumpre o papel de articular os fatos com o intuito de significá-los. Mas essa definição carece totalmente de sentido para a Física. Tomando-se como exemplo o ciclo lunar, percebe-se com clareza que sua evolução é reversível, retoma sempre as mesmas condições iniciais; não há irreversibilidade, não há sucessão de antes e depois ou o fluxo do agora. Como explicar a diferença entre as duas perspectivas? Seria possível pensar em três soluções e propostas distintas: a primeira é a de que o tempo é uma ilusão. Trata-se da posição de Einstein. Na segunda proposta, de Whitehead, a ciência nada tem a dizer sobre o tempo (seria um problema colocado pela filosofia). A terceira proposta identifica um nível da realidade na qual o tempo não existe e outro no qual o tempo aparece. É a proposta de Prigogine. A questão, aqui, é saber como o tempo é gerado. Nesta última solução, as noções de ordem, de organização são pressupostas. O

*tempo aparece como variação da organização, como algo secretado do interior dos sistemas. Cada sistema, contudo, produz o seu próprio tempo. Daí o tempo ser múltiplo. A variação dos sistemas organizados pode ocorrer tanto do mais organizado e heterogêneo para o menos organizado e mais homogêneo, como o inverso. Nesse segundo caso, trata-se dos sistemas vivos, objeto de investigações de Atlan e de Maturana. Conseqüentemente, há dois tipos de tempo, com duas direções distintas e que se encontram entremeados de modo complexo. Considerando os sistemas vivos, considere-se o exemplo da bactéria: a membrana separa o dentro - o passado, a identidade - e o fora; ela filtra os componentes externos e, assim, altera-se; portanto, **desdobra-se**.*

*Quanto à questão da gênese do tempo, admite-se hoje que o universo encontrava-se inicialmente num estado no qual não havia distinção. Esse estado primordial, uma totalidade de matéria - energia - espaço - tempo, ainda não se havia desdobrado ou diferenciado nessas mesmas dimensões. Entretanto, **por acaso**, teve início à diferenciação. Portanto, o tempo **aparece**.³*

Em outra linguagem e em outra perspectiva filosófica, podemos afirmar ser o tempo uma dimensão da matéria. Esta concepção conduz aos materialistas gregos, e à tese de doutoramento de Marx sobre a diferença entre a filosofia de Demócrito e Epicuro. Os comentários a seguir baseiam-se na leitura desta tese feita por Daniel Bensaid.

De fato, como diz Epicuro, o tempo é a forma ativa do mundo, que percebemos pelos sentidos como mudanças nos seres, nas coisas. A percepção sensível refletida em si mesma, diz Marx em sua tese de doutoramento, é o conhecimento do tempo e o próprio tempo. *É a mudança como mudança*. Tal reflexão supõe a memória, pois sem memó-

³Apontamentos da conferência *O tempo e suas naturezas*, de Luiz Alberto Oliveira, realizada na noite de 06 de agosto de 1996, como parte do ciclo de debates *Dimensões do tempo*, evento organizado sob o patrocínio do Planetário da Gávea. É sempre bom observar que o texto e, portanto, os eventuais erros ou incorreções, são única e exclusivamente de minha responsabilidade.

ria o escoamento das coisas não tem sentido, e não há um passado e um porvir em relação ao momento único em que existimos, o presente.

A referência fundamental do senso comum é a do tempo vivido. Daí que, quando as pessoas comuns, leigas, deparam-se com a informação de um tempo longo, muito além de sua experiência e cultura, mais o confundem com a história natural e perdem, em conseqüência, toda noção de tempo. Se assim é, o que não dizer, então, do *tempo profundo*, uma descoberta científica da geologia?

Não por acaso quase todos os manuais e obras de popularização científica usam escalas temporais para aproximar o tempo das ciências, da Geologia, Arqueologia e História, da percepção comum do tempo. Quem não recorda a idéia de que, na vasta escala do tempo planetário, a história do homem corresponde a apenas alguns instantes?

Refaçamos então este percurso na imaginária escala temporal da evolução da vida.

Consideremos inicialmente a irreversibilidade do tempo das espécies, completamente dependentes do tempo geológico. A evolução da vida dependente da evolução global do planeta no qual emerge e se desenvolve.

*Do ponto de vista biológico, durante três bilhões de anos a vida na Terra conheceu apenas a morte acidental: por falta de nutrientes, variação de temperatura ou mudança drástica na composição do meio.*⁴

Os seres unicelulares (dentre os quais as bactérias) dominaram o planeta e, em certo sentido, por reproduzirem-se através da duplicação (divisão por cópia) do material genético, não conheceram o fenômeno da morte. Apenas há cerca de um bilhão de anos, esses seres foram submetidos, em virtude da pressão do meio, à concorrência dos seres pluricelulares, de reprodução mais complexa.

A molécula de DNA se divide ao meio para destinar aos filhos apenas

⁴ Varella, Drauzio. "Sexo e morte", publicado na Folha de São Paulo de 18 de novembro de 2000.

*metade das informações genéticas do organismo-mãe. (...) Em busca da possibilidade de criar indivíduos geneticamente díspares, mais versáteis para enfrentar os rigores da seleção natural, a multicelularidade inaugurou o sexo na face da Terra. A morte foi a sua consequência inevitável.*⁵

As espécies vivas se produzem através da evolução e se reproduzem por mecanismos embriológicos. História ou gênese e estrutura constituem a dualidade da constituição do existente. Devemos, segundo Stephen Jay Gould

...olhar o imponente espetáculo da evolução da vida como um conjunto de eventos extraordinariamente improváveis, perfeitamente lógicos em retrospectiva, e suscetíveis de ser rigorosamente explicados, mas absolutamente impossíveis de prever e inteiramente não reprodutíveis.

Na vasta escala desse processo, o nosso aparecimento como espécie – *homo sapiens* – pode ter apenas 200 mil anos. E dá-se no final de uma fase longa de períodos de frio e calor extremos, chuva e seca, alternados. O homem surge na última idade do gelo dessa fase, o Pleistoceno, de um milhão de anos de duração. Com a palavra Barraclough e Parker:

Nas latitudes setentrionais, no Pleistoceno, o movimento das geleiras afetou animais e plantas. Lençóis de gelo impenetráveis cobriam parte da Europa, Ásia e América do Norte, bloqueando mares e reduzindo as temperaturas médias de 10°. C a 12°. C e o nível dos oceanos em mais de 137 metros – muito abaixo do encontrado hoje. O homem conseguiu viver longe das regiões equatoriais⁶ apenas nos períodos interglaciais, quando as geleiras recuavam e permitiam a dispersão para o norte das florestas de carvalho e abeto e da vegetação subártica, pasto de mamutes e renas.

A dependência da humanidade da mudança climática global da Terra deve ser salientada aqui, levando em conta a temporalidade desse processo:

⁵ Idem.

⁶ Dai ser a África considerada o habitat natural do homem primitivo.

*Sedimentos encontrados no fundo do mar permitem afirmar que ocorreu um avanço do gelo mais ou menos a cada 100 mil anos, sempre seguido por um período de 10 mil anos (interglacial), de condições amenas similares às atuais.*⁷

A capacidade de adaptação humana num clima tão adverso foi crucial para a sobrevivência e a dispersão da espécie, afirmam Barraclough e Parker. Vale dizer, a capacidade, entre outras, de uso do fogo, de manufatura de armas de caça e roupas, de organização social e de elaboração de narrativas para preservar experiências básicas e instituir normas.

A estimativa de 15 mil anos para a duração do período pós-glacial parece razoável, pois permitiria ao *homo sapiens* aprender a *controlar a natureza ao cooperar com ela*, como escreveu Gordon Childe. Esse processo se tornou conhecido como *revolução neolítica*, e deu-se por volta de 10.000 A.C.

Os limites desse aprendizado apareceram cedo. O Oriente Próximo era, na Antiguidade, uma região menos inóspita do que atualmente, diz-nos Ciro Flamarion Cardoso:

A intervenção humana ao longo de milênios provocou o desaparecimento ou a quase extinção de muitas espécies animais e vegetais, o desflorestamento das encostas e montanhas, a desertificação das savanas devido ao abuso do seu emprego como pasto, a salinização no sul da Mesopotâmia pelo excesso de irrigação, a erosão de muitas encostas pela agricultura mal praticada ou pelo corte indiscriminado de árvores.

Jean Dorst observa que a degradação dos solos pela agricultura foi a decorrência inevitável do princípio universalmente adotado, a saber, a cultura itinerante. Na desaparecida civilização maia praticava-se esse princípio – o *milpa* – e o uso do fogo para transformar o habitat. É possível que a desapareição dessa e de outras civilizações em distintos lugares do mundo, determinada por fatores sociológicos e políticos, tenha sido acelerada

⁷ Devemos acrescentar a estas considerações de Barraclough e Parker a importância da espeleologia. Ao explorar as cavidades naturais do solo, como grutas, cavernas e fontes, a espeleologia oferece a oportunidade de se estudar o clima global em épocas pretéritas do passado remoto. Com base na análise dos espeleotemas (estalactites e estalagmites) obtêm-se registros da variação da temperatura atmosférica nas últimas centenas de milhares de anos, registros fundamentais para o entendimento do efeito estufa e da evolução da temperatura do planeta.

por mudanças climáticas que o modo de organização foi incapaz de enfrentar a contento.

De qualquer modo, parece certo que a emergência das sociedades históricas, a partir da revolução neolítica, dependeu de um período interglacial de longa duração. Num dos tópicos de *Raça e história* – obra publicada originalmente em 1952 e depois como capítulo de *Antropologia estrutural dois* – Lévi-Strauss aborda o tema das invenções e de seu encadramento. E considera que a complexidade desse processo justificaria a introdução, no raciocínio das Ciências Sociais, da noção de probabilidade. Depois de observar que, no tocante às invenções técnicas, a civilização ocidental, após uma estagnação de aproximadamente dois mil e quinhentos anos, tornou-se o centro de uma revolução industrial cujo significado tem equivalente apenas na revolução neolítica, o autor escreveu no parágrafo seguinte:

Por conseguinte, duas vezes em sua história e com um intervalo de aproximadamente dez mil anos, soube a humanidade acumular uma multiplicidade de invenções orientadas no mesmo sentido; e este número por um lado e esta continuidade, por outro, concentraram-se num lapso de tempo suficientemente curto para que operassem altas sínteses técnicas; sínteses que acarretaram mudanças significativas nas relações que o homem mantém com a natureza e que, por sua vez, tornaram possíveis outras mudanças...

Assinale-se a ressalva, feita por Lévi-Strauss, de que se essas duas revoluções aparecem com esse caráter de exclusividade isso se deve a ser o nosso sistema de referências (a cultura ocidental) capaz mensurá-las. As demais mudanças carecem de sentido porque se revelam sob forma de fragmentos, de mensuração impossível.

Deste modo, ao termo da questão, a história da humanidade estaria marcada, fundamentalmente, por duas revoluções, as quais constituem a história “conhecida até os nossos dias”, uma história marcada pela luta em torno da apropriação do excedente. A primeira, a *revolução neolítica*, data de mais de sete mil anos e é marcada pela invenção da agricultura, a divisão entre esta e o pastoreio, divisão que assinala o início do domínio da natureza pelo homem através do trabalho, ainda no âmbito das relações comunitárias. Essa revolução abre caminho para a história propriamente

dita, com o desenvolvimento de instrumentos de trabalho, a geração de excedentes de produção e o adensamento demográfico em cidades. A apropriação do excedente por castas de deuses-reis e o surgimento de não trabalhadores vinculados a esta casta (sacerdotes e guerreiros) configura a cisão da comunidade e o aparecimento do Estado.⁸

Os modos de produção historicamente conhecidos – o asiático, o escravista e o feudal – constituem as diferentes formas da organização social assentada na exploração direta do trabalho, posto que o produtor direto ainda não se encontra realmente separado de seus instrumentos de trabalho (meios de produção). Classes, rigorosa e formalmente falando, somente aparecem na história da humanidade por volta do século XVIII, com o surgimento de capitalistas e trabalhadores assalariados, unidos por pertinência, desigual, ao processo de produção manufatureiro. É quando tem início a segunda revolução radical, a *revolução burguesa* e, finalmente, se realiza realmente o domínio da natureza pelo homem, graças à separação completa que a base técnica da indústria – o sistema de máquinas – permite. Até então, o homem é um “ser natural”, pertencente à natureza, está dentro dela e é incapaz, pois, de dominá-la. Agora, pode tornar-se, enfim, seu “senhor”.

Para Johann Arnason, o caráter absolutamente radical do capitalismo já teria sido vislumbrado por Marx:

É verdade que Marx considera o capitalismo como um dos muitos modos de produção que se sucederam no curso da história, mas, ao lado dessa definição restrita de capitalismo, Marx empregava uma outra, muito mais radical. Sob esse outro ponto de vista, o mundo capitalista está em contraste com todas as formas anteriores de produção social; seu advento é considerado uma ruptura histórica sem precedentes, uma verdadeira fratura com os elementos fundamentais do mundo tradicional. A acentuação de uma imagem revolucionária do capitalismo se apoia obviamente em premissas antropológicas: a fase capitalista da história surge como uma transformação global, que diz respeito a todo o complexo das relações do homem com a Natureza e com os outros homens.

⁸ Embora a palavra revolução seja inadequada para dar conta de processos desenvolvidos no tempo longo, nós a mantemos em virtude de seu uso consagrado.

A história, tal como a conhecemos até os nossos dias, desenvolveu-se em torno da apropriação do excedente econômico – hipótese, aliás, a ser demonstrada por estudos sobre cada época histórica. Quanto às relações entre sociedade e natureza e dos homens entre si na sociedade, podemos dizer que durante milênios a sobrevivência da humanidade esteve fundada na utilização espoliativa da única fonte de energia, para os homens livres, mais acessível e economicamente rentável: o trabalho muscular do escravo, do membro da comunidade, do servo.

Quanto a este aspecto, Marx observa:

Aqueles organismos de produção da sociedade antiga são bem mais simples e transparentes que o burguês; mas, ou assentam na imaturidade do homem individual que não se libertou ainda do cordão umbilical que o prende a seus semelhantes na comunidade primitiva, ou se fundamentam nas relações diretas de domínio e escravidão. Têm, por condição, baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, correspondendo-lhes relações inibidas, nas esferas da vida material, sejam entre os homens ou entre eles e a natureza. Essa inibição real se reflete, de maneira idealizada, nos velhos cultos da natureza e nas antigas religiões nacionais.

Sob o capitalismo – e a revolução industrial é parte essencial da caracterização do capitalismo – a humanidade conhece um desenvolvimento absolutamente distinto, radical. Conhece um desenvolvimento social e amplo das forças produtivas, quer dizer, conhece a reprodução ampliada ou acumulação de capital. Ou ainda, como Immanuel Wallerstein afirma, conhece o impulso à superacumulação, o comprometimento de toda a ordem social com a acumulação.

No Manifesto de 1848, Marx e Engels caracterizam o capitalismo como uma sociedade na qual a revolução permanente dos meios de produção **e das relações sociais** é um traço distintivo em relação às sociedades anteriores:

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada

do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas.

E o que se pode dizer sobre o tempo social no capitalismo? Como a constante revolução nos meios de produção, própria do capitalismo, afeta o tempo em diferentes esferas da sociedade? Como pensar a historicidade deste modo de produção?

O tempo social no capitalismo é um tempo que, segundo a leitura de Daniel Bensaïd de *O Capital*, de Marx, conjuga regularidade e novidade. E essa conjugação traz à mente a unidade contraditória entre irreversibilidade e ciclo. Tempo apreensível através das categorias que reproduzem, no plano do pensamento, o movimento do capital, tempo de trabalho e tempo de circulação, unidade sempre fluida que se manifesta e recomeça interminavelmente, sem nunca retornar às condições iniciais, na acumulação ou reprodução ampliada⁹, processo sob risco permanente de crise, círculo de círculos que implica ciclos, ondas e períodos, o tempo social, no capitalismo, é uma relação social “em movimento”.

Esse tempo a fluir sob o despotismo do capital precisa submeter o que não se lhe reduz: o tempo da reprodução dos trabalhadores e dos não-trabalhadores, o tempo da organização mais ampla da sociedade, a pulsar em outro ritmo e em outra temporalidade.¹⁰ Nesta tensão, sempre medida e resolvida através da luta social e da ação política, desenvolve-se o

⁹ A categoria newtoniana de tempo – absoluto, vazio e mensurável – verifica-se logo, é apropriada à representação do tempo de trabalho sob o modo de produção capitalista.

¹⁰ Os tempos do movimento do capital articulam-se até determinarem os motivos enigmáticos do tempo histórico, que é o da política, diz Bensaïd.

tempo da sociedade organizada sob o modo de produção capitalista – o tempo histórico da modernidade.¹¹

O *presente contínuo* tornou-se a apercepção do tempo social no capitalismo: submetidos a uma exploração aparentemente sem limites, os trabalhadores de todo o mundo têm sido sistematicamente expostos, nas duas últimas décadas, à idéia de que nada pode ser diferente do que é: o possível é o real, a realidade é o *status quo*. Não se trata apenas de conservadorismo, mas também, segundo John Bellamy Foster, de um renovado tipo de autoritarismo que supõe obediência à autoridade humana e sua reificação.¹² Quer dizer, visa ressaltar o triunfo eterno das instituições capitalistas. Vivemos sob o signo de um presente contínuo que invade o passado e “canibaliza” o futuro.

O presente contínuo funda-se, porém, na unidade contraditória entre irreversibilidade e ciclo entranhada no processo de acumulação de capital. Na medida em que a acumulação é reprodução ampliada de capital, na qual as condições iniciais do novo ciclo de investimento e realização da mais-valia são alteradas pelos desfechos do ciclo anterior, sempre haverá indeterminação e porvir. Na representação do tempo social como presente contínuo, as forças que comandam a acumulação de capital e seus ideólogos pretendem escapar, paradoxalmente, aos ditames do tempo como mudança do ser, evadir-se da historicidade como característica fundamental de qualquer forma de organização ou modo de produção.

Daí a atualidade da reflexão realizada por Karl Marx. No *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, assinala seu ponto de vista sobre o caráter histórico das relações sociais que ordenam a produção material da vida neste tipo de sociedade:

As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção; antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém

¹¹ Daniel Bensaïd remete a Gramsci para lembrar que, nesse contexto, a única previsão científica do futuro remete à *necessidade* da luta social e da ação política.

¹² John Bellamy. *Em defesa da história*. In: Wood, Ellen M. e Foster, John B. (orgs.) *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução deste antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana.

No *Prefácio* não fica claro porque, para Marx, o antagonismo funda-se a apropriação privada da riqueza produzida sob condições cada vez mais sociais. Ele irá esclarecer a tese nos *Grundrisse*. Escreverá então que o processo social ou socializado, interdependente e cooperativo, da produção, pressupõe um papel fundamental da ciência e do conhecimento social em face à exploração da mais-valia, uma “bitola” demasiadamente estreita para medir a riqueza assim produzida. Daí a conclusão:

El capital mismo es la contradicción en proceso, [por el hecho de] que tiende a reducir a un mínimo el tiempo de trabajo, mientras que por otra parte pone el tiempo de trabajo como única medida y fuente de la riqueza. Disminuye, pues, el tiempo de trabajo en la forma de tiempo de trabajo necesario, para aumentarlo en la forma del trabajo excedente; pone por tanto, en medida creciente, el trabajo excedente como condición – question de vie et mort – del necesario. Por un lado despierta a la vida todos los poderes de la ciencia y de la naturaleza, así como de la cooperación y del intercambio sociales, para hacer que la creación de la riqueza sea (relativamente) independiente del tiempo de trabajo empleado en ella. Por otro lado se propone medir con el tiempo de trabajo esas gigantescas fuerzas sociales creadas de esta suerte y reducirlas a los límites requeridos para que el valor ya creado se conserve con valor. Las fuerzas productivas y las relaciones sociales – unas y otras aspectos diversos del desarrollo del individuo social – se le aparecen al capital únicamente como medios, y no son para él más que medios para producir fundándose en su mezquina base. In fact, empero, constituyen las condiciones materiales para hacer saltar esa base por los aires.¹³

¹³ Grundrisse fur... ou *Elementos fundamentais para la Critica de la Economía Política*.

Mais de um século depois de Marx ter escrito estas palavras, percebemos o quanto avançou a socialização das forças produtivas. Também nos damos conta de que o indivíduo livre e isolado gerado no interior da sociedade burguesa e a dessacralização das representações sociais do mundo permitiram que nós, seres humanos, nos vejamos, *como medida de todas as coisas*¹⁴ e, possamos, assim, compreender-nos *socialmente*. Por isso, com o capitalismo, o modo de produção na qual se sustenta a sociedade burguesa, encerra-se a pré-história, ou a subordinação da humanidade às forças até aqui ainda estão fora de seu controle consciente.¹⁵

Não há, porém, simples desmoronamento porque a ruína da sociedade capitalista e a barbárie serão inevitáveis se novas e superiores relações sociais, surgidas em seu interior, não venham a reorganizá-la em novas bases. Estas relações somente podem nascer, apesar e contra o domínio do capital, da forma socializada da produção, do intercâmbio e da cooperação entre trabalhadores, técnicos e cientistas, num contexto mundial em que a escassez material já foi em grande medida superada, a produtividade é bastante elevada, ao passo que o tempo de trabalho excedente precisa ainda reduzir-se a um mínimo¹⁶ e a liberdade política afirmar-se cada vez mais nos embates em torno dos rumos a serem tomados.

¹⁴ Esta idéia teria sido formulada, segundo Platão, por Protágoras de Abdera, o formulador de que o conhecimento é concreto, histórico, dependente da percepção, idéias e ação dos homens.

¹⁵No penúltimo capítulo do volume III, intitulado "Relações de distribuição e relações de produção" de O Capital, Marx acentua a condicionalidade histórica específica do capitalismo e da necessidade de sua superação.

¹⁶A ênfase dada ao aumento da produtividade e à diminuição do tempo de trabalho consagrado à produção material, aparece em várias passagens de O Capital, nas quais Marx se refere à superação do capitalismo, especialmente na passagem consagrada ao trabalho excedente do tópico III do capítulo "A fórmula trinitária".

Bibliografia referida

- Arnason, Johann. Perspectivas e problemas do marxismo crítico no leste europeu. In: Hobsbawn, E. J. et al (ed.) *História do marxismo: o marxismo hoje (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. P. 302).
- Barraclough, Geoffrey e Parker, Geoffrey. *Atlas da História do Mundo*. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A., 1995. Copyright Times Book, 1993. (Encarte das edições de domingo da Folha de São Paulo, de 12 de março a 22 de outubro de 1995.)
- BenSaïd, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.
- Borhein, Gerd. Entrevista. *Ambiente* IV (1): 7-12, 1990.
- Cardoso, Ciro Flamarion. *Sete olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora da UnB, 1998, 2ª edição.
- Childe, Gordon. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- Diagnóstico ambiental das grutas do Lago Azul e Nossa Sra. Aparecida (Bonito, MS) e Diretrizes para o Plano de Manejo Espeleológico. Texto preliminar – para leitura crítica e sugestões. (Datado de 21/11/2000, o documento foi elaborado por uma extensa equipe científica de professores e alunos da UFMS, USP e de técnicos do IPHAN e IBAMA.)
- Dorst, Jean. *Antes que a natureza morra: por uma ecologia política*. São Paulo; Edgar Blücher, 1973.
- Gould, Stephen Jay. *Seta do tempo, ciclo do tempo: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- Labastida, J. *Producción, ciencia y sociedad: de Descartes a Marx*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1969.
- Lévi-Strauss, Claude. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- Marx, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Tomo I.
- Marx, Karl, *Elementos fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971. Volumen 1.
- Marx, Karl, *Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858*. 11ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1987. Volumen 2.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- Ricoeur, Paul. O tempo relatado *O correio da UNESCO*, 19 (6): junho de 1991.
- Wallerstein, Immanuel. Mudança social? “A mudança é eterna. Na muda, nunca”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44: dezembro de 1995.

O Tempo
Apercepções do Tempo
no Planetário

I. Representações

Cena de aldeia

Na sala do Museu Nacional de Belas Artes da cidade do Rio de Janeiro reservada à arte flamenga, um pequeno quadro geralmente passa despercebido aos olhares dos visitantes. **Cena de aldeia** é o nome desta obra. Segundo informações de catálogo, trata-se de uma pintura a óleo sobre madeira, de 0,400 x 0,600 cm, s. d., da Escola Flamenga, tombada sob o n. 2174 e catalogada sob o n. Inv. 4047. Procedência: permutado com o Palácio do Catete, com outros quadros do Museu, em 1948.

Quanto ao autor, consta na ficha tratar-se de Teniers ou Tenier, David II, pseudônimo “O Jovem”. David Teniers (1610-1690), tal como citado no Larousse das Artes, foi o primeiro diretor da academia de Anvers (Antuérpia) e da galeria do arquiduque em Bruxelles (Bruxelas). Na Grande Enciclopédia Larousse Cultural, publicada pela Nova Cultural Limitada em 1998, lemos no verbete consagrado ao pintor:

Teniers (David II), personalidade mais importante de uma família de pintores flamengos, nasceu em Antuérpia, no ano de 1610 e faleceu em Bruxelas, em 1690. Aceito como mestre em Antuérpia em 1632, nomeado, em 1647, pintor da corte e conservador das coleções do arquiduque Leopoldo Guimarães, instalou-se em Bruxelas em 1651. Sua obra foi abundante e diversa. Marcada, a partir de 1653, pela influência de Brouwer (cenas de taverna), culminou, por volta de 1640-1650, sob a de Rubens (quermesses aldeãs, paisagens arruinadas). Seu estilo delicado e luminoso tornou-se mais pesado ao fim da vida.

A influência de Brouwer é notável na tela de Teniers intitulada *Interieur de cabaret avec fumeurs*, que se encontra no Museu do Louvre. Os homens bebem e se divertem, deixando o tempo passar. Esta influência, por sua vez, reflete outra, anterior. A esse respeito está escrito no Larousse:

L'héritage de Bosch et de Brueghel se trasmet à Adrien Brouwer (1606-1638), dont le continuateur est Josse Van Graesbeck; à David Teniers (1610-1690) qui épouse la fille de Brueghel de Velours (1568-1625), fils de Pieter Brueghel, l'Ancien...

Seymor Slive afirma que Bruegel fez escola. Entre seus discípulos constam Adriaen Brouwer – o mais original, irreverente e independente pintor flamengo que esteve na Holanda por um breve período, mas deixou marcante influência – Karel van Mander (1548-1606) e David Vinckboons (1576-1632). Seguiram os passos de Brouwer em suas cenas populares, David Teniers, Adriaen e Isack van Ostade, Joos van Groesbeeck, David Ryckaert e Gillis van Tilborch, pintores que poderiam ser incluídos na categoria de “pequenos mestres”. Slive não confere importância a Teniers, ao não reproduzir suas pinturas e sequer anotar seus dados biográficos.¹ Comparando-o a Brouwer, manifesta a respeito da obra do pintor o seguinte julgamento:

Isso o distingue de seu compatriota Teniers, que permanece um espectador neutro e até mostra ares de superioridade quando representa a si mesmo como um cavalheiro em visita a uma quermesse de aldeia.

De fato, fica esta impressão a quem admira alguma de suas pinturas, a exemplo de uma que se encontra na Casa de Diego Velasquez, em Santiago de Cuba. Porém, quando contemplamos a única obra de Teniers pertencente ao acervo do MNBA, percebemos um tom crítico que nos leva a uma análise distinta.

O tema abordado por Teniers, o Jovem, é familiar à tradição da pintura flamenga desde pelo menos Bosch: o andarilho a carregar uns poucos pertences às costas e a portar um cajado, a atravessar aldeias e campos. Seguiam o andarilho, via de regra, cães que ladravam furiosamente aos seus calcanhares. Em outros termos, a pintura pode ser vista como uma paráfrase de Bosch.

¹ Ainda assim, a obra de Teniers tem relevância na pintura dos Países Baixos do século XVII, pois as obras do pintor constam de coleções particulares de nomes como Guilherme V e do colecionador Jan Gildemeester Janz, um mercador de Amsterdã, cuja figura aparece no quadro *A galeria de arte de Jan Gildemeester em sua casa no Herengracht, em Amsterdã*, pintada por Adriaen de Lelie entre 1794 e 1795.

O que a sensibilidade do observador pode captar e, a partir desse processo, por familiarização com a sua cultura, enriquecê-la?



A cena é de uma simplicidade chocante, nada mais do que um instantâneo da vida em uma pequena aldeia. Assistimos ao flagrante de um dia de descanso, talvez um domingo, nessa aldeia, dia eternizado pela passagem, quem sabe pelo “olhar” do andarilho.

O viajante a atravessar a aldeia divide a tela em dois planos, e compõe assim, idealmente, a linha do horizonte que está invisível em virtude da presença do casario. Em primeiro plano estão, ao fundo das casas, em uma área comum (uma praça?) vários aldeões entretidos no jogo da *boccia* ou péla, a se divertirem muito. Um dos homens, mais afastado, (quase um vulto no canto esquerdo da composição), encosta-se na parede de uma das casas e simplesmente...urina.² Temos a impressão de estarmos diante de um “instantâneo” de um dia especialmente dedicado ao lazer: os gestos de cada um dos personagens e os seus olhares imobilizam-se na tela, “flagrados” pelo andarilho.

Mas a cena depende do plano criado com a passagem do viajante. Esse dia eternizado pela passagem do andarilho expressa por assim dizer, uma representação do tempo histórico nos Países Baixos, uma região das

² A naturalidade da atitude lembra, aliás, o mesmo personagem no canto esquerdo do quadro *Pega sobre a força*, de Pieter Bruegel.

Províncias Unidas que superou a longa guerra com a Espanha e, com Amsterdã à frente, domina economicamente o teatro europeu, onde investe seus capitais; e de onde, armada, vai à conquista do mundo colonial.³ A pintura expressa o sentimento de bem-estar dominante. Na opinião de Alpers,

Os quadros holandeses são ricos e variados em sua observação do mundo, admiráveis em sua exibição de virtuosismo, domésticos e domesticantes em suas preocupações. Os retratos, as naturezas-mortas, as paisagens e a apresentação da vida diária representam prazeres hauridos num mundo cheio de prazeres: os prazeres dos laços familiares, os prazeres nas posses, prazer nas pequenas cidades, nas igrejas, na terra. Nessas imagens, o século XVII assemelha-se a um longo domingo, como disse um pintor holandês recente, depois dos tempos conturbados do século anterior.

Mas há algo mais, pois na tela de Teniers encontramos também o que o geógrafo Ortelius identificara em Bruegel:

Pintou muitas coisas que não podem ser pintadas. Em todas as obras do nosso Bruegel, há sempre mais pensamento do que pintura.

Mais “pensamento”: o que o andarilho observa e surpreende, ao percorrer a estrada, são os homens em sua vida cotidiana. Este é o fato revolucionário da pintura flamenga: abrir caminho para a reflexão sobre o destino humano a partir dos hábitos, comportamentos e cultura populares, algo muito distinto da perspectiva renascentista na Itália.⁴

Em Teniers, não há mais, contudo, como havia em Bosch, uma rede de símbolos que, vinculada aos fatos da vida cotidiana, dizia da louca sabedoria do povo. Aqui o ambiente parece dessacralizado, racionalizado.

O ponto de partida pode ser encontrado, como dissemos, na obra de Bruegel, na qual os planos do sagrado e do profano são representados na

³ Antuérpia, o primeiro grande centro da economia-mundo, perde importância para Amsterdam no começo do século XVII. Suas relações comerciais se mantêm apesar da separação e do domínio espanhol sobre a primeira, como afirma Fernand Braudel.

⁴ Ademais, como assinalou com pertinência Svetlana Alpers, a experiência visual era um modo fundamental de autoconsciência social na Holanda. A cultura visual inscreve-se na nova mentalidade moderna a que faz referência Alfred Crosby.

mesma realidade com uma estranha familiaridade. As forças do bem e do mal estão presentes, mas a atitude humana não é a de devoção e temor.

A vida cotidiana, invadida pela progressiva secularização, não exclui manifestações irracionais e absurdas, bem como o sagrado. O que está nascendo é, portanto, um comportamento novo – a atitude *manipulatória* frente a contradições e problemas.

O humanista alemão Sebastian Brant (1458-1521) escreveu um livro no qual representantes de todas as classes sociais embarcam na “Nau dos Insensatos”. Os vícios humanos são personificados por loucos e num dos capítulos, consagrado à loucura de prever mais do que se possa saber e fazer, refere-se nos seguintes termos à observação dos astros:

Se verdadeiramente se investigasse e se ensinasse a verdadeira ciência dos astros, em vez de desviar-la para fins diabólicos que semeiam o pânico no espírito e na alma, se ela ainda fosse aquela consultada por Moisés ou Daniel, ela nada teria em si de maléfica, e seria benéfica e digna de interesse. Hoje é empregada na adivinhação e em previsões: é ela que deve dizer quando o gado morrerá, quando o trigo ou a vinha secarão no pé, quando deverá chover ou nevar, quando fará bom tempo e o vento estará favorável. Os camponeses consultam todas as previsões enquanto estas lhes dizem respeito ao lucro que lhes proporcionam, e guardam o trigo ou o vinho aguardando que os preços tenham subido para vender.¹⁷

Filósofos contemporâneos de Teniers, como Spinoza, ou ensaístas, como Gaspar Barléu (Gaspar van Baerle, ou ainda Caspar Barlaeus) expressaram esse entendimento de modo bastante claro e evidente. Do último vale citar uma passagem da obra a respeito da travessia do oceano pela esquadra do Conde Maurício de Nassau:

Tenha embora quase desaparecido em nossa gente a crença em augúrios e portentos e não cuidem os mais sensatos que Deus se envolva

¹⁷ A citação foi extraída de um pequeno livro de Jean-Pierre Verdet.

facilmente nos casos fortuitos, notou-se, todavia, duplo presságio não totalmente desprezível.

Ágnes Heller destaca a relevância da separação dos planos sagrado e profano como sinal de um novo comportamento social do homem a partir do Renascimento.⁵ O Renascimento introduz a separação entre religião e comportamento ético, ou seja, faz emergir o homem como criador do próprio destino (história). O desaparecimento da crença exclusiva na Providência é sua consequência mais importante.

Esta demarcação, presente na consciência ilustrada de então, tinha um substrato no conhecimento comum do povo. Ou seja, deitava raízes naquilo que Voltaire mais tarde denominaria de senso comum.

Há ainda um outro “pensamento” a explorar. É possível o viajante de Teniers não ser mais o peregrino de séculos atrás, da época e na visão de Bosch, mas, simplesmente, um dos muitos vagabundos que expressam os resultados da expansão do capitalismo e a primeira crise de caráter continental na paisagem europeia, naquele século que foi o século de ouro da Holanda.⁶

Esta possibilidade fica sugerida pela análise de outra tela de Teniers sobre o mesmo tema. Uma outra *Cena de aldeia* se inclui nas ilustrações de uma obra sobre o artista de autoria de Roger Peyre. E a vemos como o reverso da outra: na primeira, o andarilho contempla a vanidade da vida camponesa; nesta última, uma família camponesa observa a passagem do andarilho. E o gesto do marido, ao apontá-lo com o olhar voltado para a esposa com a criança no colo, atesta o sentido de uma sentença moral: o que artista quer mostrar é a miséria social.

⁵ Este desenvolvimento sofreu uma profunda inflexão com a vitória da Contra-Reforma em países como Itália, Espanha e Portugal.

⁶ A esse respeito é interessante consultar a obra de Geremek.



Fernand Braudel escreve que a grandeza e a prosperidade de cidades no centro da economia-mundo européia do século XVII sustentava-se nos que viviam miseravelmente e pouco aproveitavam da situação excepcional que Amsterdã e as Províncias Unidas atravessavam. Mais além das fazendas, aldeias, cidades e portos, além-mar, a influência holandesa se expandia para zonas não-capitalistas, onde o trabalho compulsório, servil ou escravo, produzia e exportava outras tantas mercadorias. Assim, não é um paradoxo encontrar em Amsterdã, na metade daquele século, prisioneiros em reformatórios a transformarem matéria-prima oriunda do trabalho de indígenas escravizados no outro lado do vasto oceano. É o caso da *Rasphuis*, Casa de Raspagem, fundada em 1596 para corrigir, pelo trabalho, delinqüentes. Nesse ano, a Casa abrigava 12 prisioneiros, entre mendigos profissionais, aprendizes em fuga, pequenos ladrões, vagabundos e algumas pessoas presas a pedido de seus familiares, por levarem vida dissoluta. Organização administrada por um conselho de burgueses, na *Rasphuis* impunham-se o trabalho e a religião como normas, e se garantia uma remuneração um pouco acima do preço de manutenção do detento. Inicialmente a tecelagem era o trabalho que ocupava os detentos, depois cedeu lugar à raspagem da madeira⁷ para tintura, proveniente do Brasil.

⁷ Donde o nome do célebre estabelecimento. A raspagem era trabalho especialmente penoso, realizado com pesadas serras e grandes raspadeiras.

Apesar da dureza das condições de trabalho e de vida dos detentos, do contraste gritante entre as punições impostas por infrações ao regulamento (proibição de jogos e de canções obscenas) e o comportamento libertino e corrupto admitido publicamente para os ricos homens livres⁸, os vagabundos não sofriam tanto nas Províncias Unidas como na França e na Inglaterra, com suas sanguinárias leis contra a vadiagem.

E aqui, ao voltarmos mais uma vez nosso olhar para a pintura de Teniers, percebemos que o vagabundo irrompe no mundo tranqüilo da aldeia como um estranho. Sua presença atesta que nem tudo vai bem. Que em meio à abundância, existe a miséria; em meio ao abrigo, o relento; em meio à igualdade, a desigualdade. Seria o andarilho uma advertência aos contemporâneos sobre a iniquidade da ordem social? Este sentido ainda nos alcança com a mesma intensidade, tanto tempo depois – sua contemporaneidade ainda é a nossa.

⁸ Méchoulan refere-se ao fato de serem as “casas de música” – nas quais os burgueses tinham oportunidade dos prazeres da carne, da mesa e da música – alvos prediletos da chantagem policial. Os lucros dessas extorsões aliviavam o orçamento da segurança pública e...o da Rasphuis.

Bibliografia referida

- Alpers, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- Barléu, Gaspar. *História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974 (a primeira edição é de 1647).
- Braudel, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- Braudel, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. 2ª edição. Lisboa: Teorema, 1986.
- Crosby, Alfred. *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600*. Editora UNESP, 1999.
- Geremek, B. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia (1400-1700)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Hagen, Rose-Marie e Rainer. *Pieter Bruegel, o Velho. Camponeses, loucos e demónios*. Benedikt Taschen Verlag, Germany, 1995.
- Heller, Ágnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- Huyghe, R. (org.) *L'Art et l'Homme*. Paris: Librairie Larousse, 1961. – III.
- Méchoulan, Henry. *Dinheiro e liberdade: Amsterdam no tempo de Spinoza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- Peyre, Roger. *David Téniers*. Paris: Henri Laurens, Éditeur, s.d.
- Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Slive, Seymour. *Pintura holandesa, 1600-1800*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- Verdet, Jean-Pierre. *O céu, mistério, magia e mito*. São Paulo: Objetiva, s. d.

E la nave va

1.

*Amigos vamos zarpar/ Paz ou alegria/ Um eco divino nos protegerá/
Amigos, vamos zarpar/ Desafiando o destino/ Memória e prodígio nos acompa-
nharão// Sigamos sobre as vagas da alegria e do pesar/ A rota mais romântica/
Do navio que vai/ O navio que vai/ Vamos partir, partir/ O navio que vai.*

É sob esta cantata que, em julho de 1914, um grupo de admiradores da maior cantora lírica de todos os tempos, Edmea Tetua, parte da Itália, a bordo do Gloria N. rumo à ilha de Érima. O objetivo da viagem? Assistir ao funeral da cantora que, segundo vontade expressa em testamento, determinou a dispersão de suas cinzas naquela que fora sua ilha natal. Uma rota romântica, como diz a canção.

Quem segue nesta viagem e quem são os personagens desta rota?

Vamos descobri-los imediatamente após a cena da partida. Estamos no interior do navio. A câmara se movimenta da cozinha, lugar de agitação, barulho, fumaça, calor e confusão, para a ampla sala do refeitório, limpa e silenciosa, na qual já se encontram, em volta das mesas, afetados passageiros.

Orlando, o jornalista-narrador, começa por apresentá-los. Ali se encontram os diretores do Scala de Milão e da Opera de Roma, um médium clarividente, um tenor, uma colunista social, um baixo, duas sopranos, dois professores de canto, um barão inglês e sua esposa, um egípcio (suposto amante de Edmea Tetua) e seu harém, a cantora que disputa o lugar de sucessora de Edmea Tetua, um russo... Por último, são anunciados, com pompa e sob ovação, o grão-duque de Herzog, sua irmã Lerímia e as pessoas do grupo palaciano. Outros personagens serão apresentados ou aparecerão depois. Eles compõem o círculo social mais elevado, são os passageiros da primeira classe.

A segunda classe é composta pela tripulação que priva da companhia destes passageiros, os oficiais. Depois vem a terceira classe, a dos marinheiros, a do pessoal de copa e cozinha, a dos serviçais. E, na base de tudo, isolados dos demais, os operários navais que alimentam as caldeiras

e controlam o funcionamento da maquinaria sem a qual o navio não vai.

Trata-se de uma ordem vista com absoluta naturalidade. Quando os artistas visitam a casa de máquinas, segundos antes dos operários lhes pedirem uma canção para minorar-lhes o sofrimento, trava-se o seguinte diálogo:

- *Aquela é a caldeira principal* – diz o oficial para uma das ilustres passageiras.

- *Quanto tempo eles ficam aqui?* – pergunta ela.

- *Estão tão acostumados que ficam doentes quando saem.*

Finalmente aparecem, no terceiro dia de viagem, aqueles que estão à margem da sociedade ocidental. Uma espécie de quarta classe, eles participam incidentalmente da viagem. São os sérvios que, alojados no convés, foram resgatados do mar como refugiados da guerra que havia eclodido após o atentado ao arquiduque austríaco em Sarajevo. Camponezes, pastores, ciganos...e estudantes perseguidos pela polícia.

Eis, portanto, na película *E la nave va*, de Federico Fellini, o resumo da sociedade no momento em que a Primeira Guerra envolve o centro do mundo, a Europa.

2.

O tema abordado pelo genial cineasta italiano em 1983 não é propriamente original. Na literatura americana, Katherine Anne Porter deixou-nos o fantástico *Ship of fools*, um romance publicado originalmente em 1962.

O romance de Porter, escrito entre 1941 e 1961, trata da viagem dos passageiros e tripulantes do navio *Vera* que parte do porto de Veracruz, no México para alcançar o de Bremerhaven, na Alemanha, no período compreendido entre agosto e setembro de 1931.

Nas páginas iniciais, a autora faz o rol dos personagens a bordo do navio: alemães, suíços, espanhóis, cubanos, mexicanos, americanos, nas

primeiras classes, separaram-se das oitocentas e setenta e seis almas que viajam na terceira classe, *espanhóis, homens, mulheres e crianças, trabalhadores dos canaviais de Cuba, recambiados para as Canárias e vários portos da Espanha (e seus lugares de procedência), após o crash do mercado de açúcar*.

Qual a situação que se encontraria na Alemanha, ao final da viagem do *Vera*? Simone Weil escreveu sobre as suas primeiras impressões do país em 1932, na qual tudo parecia excessivamente normal; vivia-se uma calma que tinha algo de trágico. O desemprego generalizado afetava a moral dos trabalhadores. A crise econômica havia rompido a possibilidade de cada um resolver por si seu próprio destino. O problema era o bloqueio do caminho coletivo pela atmosfera de derrotismo dominante entre os operários. A profunda divisão no movimento operário era ainda agravada pelo fato de que a maioria dos operários comunistas, ao contrário dos social-democratas, estava desempregada. Era evidente a necessidade de uma frente política entre comunistas e social-democratas, posição também defendida por Krakowski, um jovem comunista polonês, no ensaio “O perigo de uma nova barbárie na Europa”, escrito na primavera de 1932. Apelos em vão. O resultado da cisão no movimento operário foi deixar a política nacional exclusivamente nas mãos das facções partidárias burguesas. Mas as disputas entre estas facções ficaram obscurecidas pela complexidade das relações da burguesia com o partido nacional - socialista. Que acabaria por ser chamado ao governo e tomaria o poder, de modo violento, em 1933.

3.

A imagem simples e quase universal do *navio do mundo* é parte de uma alegoria muito antiga, como nos informa K. A Porter em breve apresentação:

*O título deste livro é a tradução do alemão “Das Narrenschiff”, uma alegoria moral de Sebastian Brant (1458? - 1521), publicada pela primeira vez em latim sob o título **Stultifera Navis**, em 1494. Eu a li em Basileia no outono de 1932 quando ainda tinha bem vívidas na memória as impressões de minha primeira viagem à Europa. Quando comecei a pensar em meu romance, apropriei-me dessa imagem simples e quase universal do navio do mundo em sua viagem para a eternidade. Não tem ela nada de novo, pois já era bem velha, perdurá-*

vel e familiar e muito querida quando Brant a usou; e serve exatamente ao meu propósito. Eu própria sou uma passageira dessa nau.

De fato, esta imagem da sociedade humana descrita no poema de Brant, era, de acordo com Tolnay, um tema já explicitado desde meados do século XIV.

O terrível século XIV, como o denominou Barbara Tuchman em sua obra *Um espelho distante*, começou com um período de chuvas e de frio, quebra das safras agrícolas, crise de subconsumo, alta de preços e... fome. Epidemias de fome, quer dizer, altas taxas de mortalidade. A cisão dentro da Igreja Católica e a transferência do papado para Avinhão, na França, marcaram, no plano espiritual, a época com o sinete da decadência, à qual a epidemia de peste, iniciada em 1347, emprestaria as cores negras do juízo final. Estima-se que, por volta de 1350, quando cessou, a peste tenha eliminado um terço da população europeia. A devastação, paradoxalmente, fortaleceu o campesinato em suas disputas com os senhores feudais e o clero. Também entraram para a história as revoltas do incipiente proletariado urbano, em Florença, no ano de 1378¹ e na Inglaterra, em 1381. Foi John Ball, pároco rural e líder da revolta popular de Londres, neste último ano, quem melhor exprimiu o sentimento contra a opressão, em seu famoso sermão sobre o tema da desigualdade: *Quando Adão cavava a terra e Eva fiava, onde estava o fidalgo?*²

Esse foi igualmente o período da mais longa guerra europeia, a Guerra dos Cem Anos, entre a Inglaterra e a França. A tentativa inglesa de conquistar a França começou em 1337. A recuperação francesa aconteceu após 1360, mas a invasão de Henrique V, em 1415, deu novamente o controle dos territórios ao norte à Inglaterra. Finalmente, em 1453, as forças inglesas remanescentes foram expulsas. Quando o conflito acabou, a geopolítica europeia também se definiu ao leste, com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos. A expansão ibérica para o ocidente já iniciara com os portugueses e em breve os espanhóis os seguiriam. Tam-

¹ A revolta dos Ciompi, como ficou conhecida, foi relatada por Maquiavel em sua História de Florença. Simone Weil introduz e reproduz a passagem relativa ao levante, no texto "Um levante florentino em Florença no século XIV", publicado em 1934.

² A citação foi retirada por Jean Gimpel de M. Mollat e P. Wolff. *Ongles Bleus, Jacques et Ciompi. Les révolutionnaires en Europe aux XIV et XV siècles*. Calman-Lévy, Paris, 1970.

bém por volta deste ano, o império chinês retraiu-se dos mares, voltando-se para seu próprio território. A hora da burguesia havia soado e a Idade Moderna começou.

4.

Este conjunto de experiências coletivas de grande dramaticidade provavelmente fixou-se em diferentes expressões artísticas, dentre as quais interessam-nos aquelas associadas à narração alegórica da “barca dos loucos”.

Foucault dedica um capítulo de sua *História da loucura na idade clássica* ao aparecimento, na paisagem imaginária da Renascença, *do estranho barco que desliza ao longo dos calmos rios da Renânia e dos canais flamengos*. A ascensão da loucura através das imagens fantásticas da Nau dos Loucos – as quais tem uma correspondência no costume de expulsar os loucos, de embarcá-los para longe dos muros das cidades – não nos interessa aqui senão na medida em que se faz metáfora da sociedade. A navegação entrega o homem à incerteza da sorte, diz Foucault. A incerteza que nasce com a aurora da modernidade, tempo em que intervêm as obras dos pintores da Renascença do norte, Dürer e Bosch.

Sabe-se que Albrecht Dürer (1471-1528) fez gravuras para uma das edições do livro de versos de Brant que Edith Simon apresenta em seu livro. As gravuras mostram os disparates humanos: um barqueiro cuida da vela enquanto o barco se desagrega a seus pés, um bufão apaga o fogo da casa do vizinho enquanto a sua casa arde.

A *Nave dos Loucos*, atribuída a Jeronimus Bosch (c. 1453-1516) é, sem dúvida, a mais bela e famosa criação da “narragonia” e confere a esta representação pictórica o sentido temporal da experiência coletiva da humanidade, que somente a invenção do cinema, séculos depois (e mesmo assim, sem tal poder de síntese) poderá exprimir com tamanha profundidade.

Na pintura de Bosch, camponeses, clérigos, um músico e um nobre, uma mulher (alcoviteira?), um bufão e outros personagens, num

total de doze – aos quais é servida uma refeição de morangos, a fruta da voluptuosidade – divertem-se despreocupadamente enquanto a nave na qual se encontram segue à deriva, circundada pelas figuras nuas de um homem e de uma mulher. Tudo resultará num enorme mal-estar, pois, como afirma José-Augusto França, este deve ser o sentido de um passageiro que, na proa da nave, vomita como se seu próprio ser estivesse a se desagregar. A nave é um microcosmo da sociedade representada simbolicamente: no mastro central, assemelhado a uma árvore, símbolo da vida, mas igualmente do apetite sexual, um assado está amarrado e, na “copa”, após a bandeira na qual se inscreve o símbolo do crescente, uma caveira espreita entre a folhagem. Para José Roberto Teixeira Leite, as ramagens ao alto do mastro não são de autoria de Bosch e teriam sido acrescentadas posteriormente para ocultar algum dano. Mas *assim destruíram a sensação de oscilação, de precariedade que o pintor certamente desejou imprimir ao barco*. O sentido moralizante e religioso da obra aparece na bandeirola. Segundo esse autor,

O crescente que nela se vê, é indiscutivelmente uma alusão à Heresia, e herejes são pois os passageiros do absurdo naviozinho, sem velas e sem leme, a derivar pelos mares.

Poder-se-ia igualmente supor que o número de personagens alude aos 12 apóstolos de Cristo, ou seja, à Igreja Católica, e a barca representaria o desgovernado mundo da cristandade que, em breve, seria denunciado pelos reformistas. Importa, contudo, o sentido explícito na obra. *A Nave dos Loucos* apresenta-nos a folia dos homens numa barca à deriva, sem destino, pois o leme foi abandonado pelo piloto tão louco como os passageiros. Os versos de Brant dizem

***nossas viagens não tem fim,
que ninguém sabe onde abordar.***

Diz ainda José Augusto França:

É muito provável que outros painéis tenham completado este que chegou até nós, porque se conhece um desenho (na Akademie der Bildenden Kunst de Viena) em que se vê o mesmo barco, bizarramente carregado, arder no mar. Assim, a folia dos homens, aqui denunciada, teria seu castigo transcendente um pouco mais longe, no seguimento de uma história moralizadora.

Assim, nesta última versão, ao tempo humano que dá origem às crônicas – um tempo cheio de contradições e peripécias, mas também um tempo de vanglória – opõe-se o tempo cosmológico, um tempo imperscrutável, numa oposição dialética também representada na “narragonia” de Brant. Mas a viagem não é eterna.³ Seu desfecho virá com o Juízo Final.

5.

O folheto avulso ou cordel *Auto da barca do inferno* de Gil Vicente, publicado em 1515, é uma representação cômica de viagem com semelhante desfecho. Na peça do dramaturgo português, os homens ainda tentam negociar, com o Anjo e o Diabo, o julgamento divino dos seus atos e pecados, a fim de escapar da condenação. Os homens são personificações de tipos sociais, de “classes”: o fidalgo, o parvo (bobo), o sapateiro, o onzeneiro (agiota), o frade, a alcoviteira, o judeu, o corregedor e o procurador (os burocratas), o enforcado (escrivão testade-ferro) e os cavaleiros. A morte, destino comum de todos os homens, submete-os, contudo, à vontade de Deus. É importante notar que neste momento acontece uma inversão da ordem terrena e um questionamento à doutrina católica da salvação, seja de ricos ou de pobres, pela fé e pelas suas obras. Gil Vicente proclama, em sua peça teatral, que a verdade está entre os pobres. Apenas os simples, os que não exploram e são devotos da verdade cristã, é que podem entrar na barca do Paraíso. Os demais são, como as denomina o Anjo almas embaraçadas, obrigadas a tomar o batel sob o comando do Arrais do Inferno.

³ Na tela de Bosch, um crânio (símbolo da morte) encima o mastro da barca.

Há, em Gil Vicente, uma intenção moralista, comum à época. Contudo, o mais interessante é que, tanto na representação simbólica de Bosch quanto no auto vicentino, percebemos uma visão simplificada da sociedade, uma espécie de categoria subjacente – a de totalidade. Trata-se, na verdade, de uma representação coletiva, quer dizer, da alegoria do *theatrum orbis terrarum*. Todos, soldados, camponeses, comerciantes, padres, alcoviteiras, reis, desempenham um papel num cenário, participam do grande espetáculo do mundo, um espetáculo que nós, séculos depois, ainda podemos admirar.

6.

Voltemos, então, ao filme de Fellini. Mesmo se a viagem do navio parece ter um destino a conferir sentido à vida dos passageiros e tripulantes, descobrimos que não é bem assim. O jornalista-narrador, na solidão de sua cabine, confessa:

Isso não é nada. Apenas reflexões que anoto ao caso. Uma espécie de diário. Sim, eu escrevo, conto coisas. Mas o que posso contar? Uma viagem de navio? A viagem da vida. Mas isso não se conta...se faz...e é só. É banal, não? Já disseram isso? Melhor assim. Tudo já foi dito...e feito.

Na alusão ao que *já foi dito*: talvez Fellini quisesse recordar a passagem célebre do monólogo de Macbeth, de Shakespeare: *a vida...é um conto cheio de bulha e fúria, dito por um louco, significando nada*. A vida é uma tragicomédia, um conjunto de representações mais ou menos bem sucedidas, ou aceitas. Em consequência, todos os atos, mesmo os mais nobres e prodigiosos, são vistos com ironia, ou mesmo sob um tom jocoso.

Os episódios da viagem envolvem o conde Bassano, fã de Edmea, um tipo ambíguo que, a pretexto de fundar um museu em memória da cantora, é sustentado por ela há anos. Ou o pervertido barão inglês Sir Reginald, que participa da viagem apenas por ter financiado uma apresentação de Edmea em Londres. E a *entourage* do grão-duque Herzog, um tipo imbecil que em matéria de política “tem oito anos”. Há episódios tragicômicos como a competição entre os can-

tores, diante da platéia dos operários próximos à caldeira principal, momento onde o maravilhoso irrompe. Também aí pequenos gestos e sinais de estupidez insinuam-se. Tampouco a ciência é poupada, como na cena na qual os passageiros e tripulantes são chamados para assistir ao evento da hipnose...de uma galinha.

O sentimento de loucura vai aumentando ao longo dos dias. Um cheiro insuportável faz descobrir a existência, no porão do navio, de um rinoceronte que está doente. Então, no terceiro dia da viagem, acontece o resgate de náufragos. A rota que parecia romântica vai, doravante, evoluir para a catástrofe. Após noite enlouquecida por uma dança que “invoca os espíritos que governam o crescimento das sementes” – um verdadeiro frenesi de vida, uma sorte de sabor de catástrofe a mover tripulantes e passageiros de todas as classes – tem início a tragédia, com o aparecimento de um navio de guerra da frota austro-húngara. O comando do navio militar exige a entrega dos refugiados sérvios. E como o capitão do Gloria N. recusa-se, desenrola-se uma demorada negociação na qual o grão-duque de Herzog tem o papel decisivo. Pois ele compromete-se a entregar os sérvios à sorte de seus opressores e, deste modo, obtém a trégua para o Gloria N. lograr o seu objetivo. As cinzas de Edmea são dispersas na proximidade de sua ilha natal. Ato contínuo, os sérvios são entregues, sob o comando do grão-duque de Herzog, ao comando do navio militar. Os artistas, reunidos no convés do Gloria N., cantam:

As trevas já invadem o espaço marítimo

Enquanto tocam os acordes de uma valsa de Strauss, os gritos ***Guerra! Guerra! Guerra!*** anunciam o atentado “terrorista” contra o navio militar pelos estudantes sérvios, ao qual se segue o ato final da catástrofe, com o afundamento dos dois navios.

No Gloria N. o conde Bassano assiste a um filme no qual a grande cantora aparece fazendo brincadeiras, enquanto a água invade a câmara. Mais um e derradeiro ato de loucura. Não há, porém, pessi-

mismo na agonia. ***Ama, crê, espera***, diz a canção enquanto o Gloria N. afunda no oceano.⁴

Vemos, na cena final, num barco à deriva, o jornalista-narrador na companhia do rinoceronte. Ele dá então a última e decisiva informação:

Sabiam que o rinoceronte dá um leite formidável?

Na obra felliniana, o navio afunda como conseqüência da guerra. Mas salvam-se, num bote à deriva no oceano, o narrador e o rinoceronte (o “capitalismo”). Podemos imaginar nesse naufrágio o fim de uma cultura que estava associada ao movimento socialista constituído em fins do século XIX.

Em abril de 1915, no curso da guerra fratricida, em meio à ditadura militar e à censura à imprensa, ao denunciar o chauvinismo da social-democracia na Alemanha, Rosa Luxemburg ainda sonhava com a revolução que viesse resgatar a humanidade:

No nosso navio, transportamos os mais preciosos tesouros da humanidade, confiados à guarda do proletariado, e se bem que a sociedade burguesa, difamada e desonrada pela orgia sangrenta da guerra, continue a precipitar-se para a própria perda, é necessário que o proletariado internacional se corrija, e fá-lo-á, para reunir os tesouros que num momento de confusão e fraqueza, no meio do turbilhão desencadeado pela guerra mundial, deixou escorregar para o abismo.

O nosso navio, diz ela. A imagem de um motim dos operários da casa de máquinas, em aliança com parte dos tripulantes, para assumir o controle do navio, vêm-nos imediatamente à mente: é como se o movimento operário social-democrata, com sua grande rede de sindicatos, movimentos de jovens e de mulheres, círculos de leitura, escolas e clubes desportivos, à cabeça do qual se colocava, com a imprensa de

⁴ Com esta despedida, é possível que Fellini tenha pretendido falar do fim do cinema como arte individual, substituída pela indústria cinematográfica. Mas também poderia querer, através dessa alegoria, manifestar sua percepção sobre o fim de um tipo de sensibilidade, de uma relação que sacralizava como arte toda e qualquer manifestação dos artistas.

um lado e a tribuna parlamentar de outro, o partido, estivesse prestes a desprender-se da sociedade burguesa.

O turbilhão da guerra mundial no qual o partido social-democrata alemão submergira com sua postura chauvinista, gerou, contudo, no outro lado da trincheira, ao leste, na Rússia, a possibilidade deste desprendimento: milhares de soldados voltaram as armas contra seus próprios oficiais e depuseram, em seguida, a autocracia czarista. Entre fevereiro e outubro de 1917, o país oscilou entre dois poderes, o da democracia burguesa que se transformou em Assembléia Constituinte e o da democracia operário-camponesa, organizada nos conselhos de deputados (soviets). A insurreição militar sob a liderança bolchevique decidiria o rumo da revolução em favor dos soviets e do socialismo.

Rosa escreverá, um ano depois, na prisão: *a revolução russa significou a reabilitação do socialismo internacional.*

Sim, os preciosos tesouros da humanidade foram confiados à guarda do proletariado russo, mas sob as mais terríveis condições.

Uma imagem de grande impacto emocional capaz de resumir a memória desta experiência revolucionária, compartilhadas por milhões de pessoas, foi-nos legada por Antonio Gramsci numa carta datada de 18 de abril de 1927⁵. Nesta, para explicar à esposa, Julija Schucht, seu estado de espírito no Cárcere de Milão, recorre a uma metáfora concreta, a narrativa da viagem de Nansen⁶ ao pólo Norte. Novamente aqui aparece a imagem da sociedade como um navio, agora já desprendido da sociedade burguesa:

Nansen, tendo estudado as correntes marinhas e áreas do Oceano Ártico, depois de observar que se encontravam nas praias da Groelândia arbustos e detritos que deviam ser de origem asiática, pensou que poderia alcançar o Pólo ou pelo menos suas proximidades, fa-

⁵ Cartas do Cárcere. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁶ Fridtjof Nansen (1861-1930), norueguês, naturalista, professor de Oceanografia, explorador do Pólo Norte nos anos 1882 a 1907 e ativo organizador da proteção aos refugiados de guerra desde 1920 até a sua morte, foi o primeiro Alto Comissário para os Refugiados da Liga das Nações. Pela sua ação na repatriação dos prisioneiros de guerra e na luta contra a epidemia de fome na União Soviética recebeu, em 1922, o Premio Nobel da Paz.

zendo com que a nave fosse transportada pelo gelo flutuante. Assim, deixou-se aprisionar pelo gelo e durante três anos e meio sua nave se movimentou apenas quando, lentissimamente, deslocavam-se os blocos. Meu estado de espírito pode ser comparado aos marinheiros de Nansen durante esta viagem fantástica, que sempre me tocou por sua ideiação, verdadeiramente épica.

Nansen supôs, a partir das viagens realizadas em 1882 e 1888, que a correnteza vindo do oriente para o ocidente, da Sibéria para a Groenlândia, poderia arrastar, no meio do glaciário, em navio especialmente construído para este fim, uma expedição capaz de chegar ao Pólo Norte a partir do oriente. Com o apoio do parlamento e de subscrição pública, este navio, batizado de Fram (Avante), foi construído e finalmente zarpuu, em 1894, da Noruega. Durante a expedição, os 13 tripulantes realizaram observações científicas como a medição da velocidade dos ventos e da força das correntes marinhas, ou seja, das sucessivas posições da embarcação em direção ao pólo, ao tempo em que se desincumbiam dos diversos ofícios requeridos à navegação. Durante os meses nos quais o Fram parecia contorcer-se e estalar junto com o gelo à deriva da correnteza, Nansen percebeu que a profundidade dos mares árticos era maior do que supunha e, assim, a força da corrente siberiana seria insuficiente para provocar o deslocamento almejado. O heroísmo de sua viagem fica ainda maior quando sabemos que, ao concluir que somente lhe restava o acesso ao pólo mediante trenós e esquis, partiu com um companheiro nesta empreitada da qual saíram com vida, mas sem o sucesso pretendido. O navio também retornou com a tripulação salva. A conquista do Pólo Norte parecia estar concluída com o reconhecimento oficial da posição alcançada por Robert Peary em 1908.⁷

De qualquer modo, a imagem da nave carregada pelas correntes marinhas, avançando lentamente em meio aos gigantescos blocos de gelo é de uma grandeza de fato heróica. E trágica. Se tivermos em mente o propósito político desta metáfora de grande força, na qual ele próprio se

⁷ Conforme João Paulo Barbosa (2004), a disputa com Frederick Cook e o questionamento do explorador britânico Wally Herbert, para quem Peary chegou a apenas cinco quilômetros de distância dos desejados 90° de latitude norte, deram o tom de uma controvérsia inconclusa. Uma narrativa da viagem de Nansen acessível ao grande público se encontra na obra de Wårtenweiller (1959).

vê como um marinheiro, entenderemos Nansen e os marinheiros como o partido revolucionário que, com o único apoio da Internacional Comunista, conduz uma faminta e desesperada Rússia para o socialismo, uma nau flutuando ao sabor das águas densas, geladas e mortais do oceano ártico, expressão do cerco que lhe fazem as potências do mundo capitalista.

O abismo. Conhecemos o desfecho trágico da revolução alemã, em 1919. Sabemos do isolamento e da liquidação da maioria da classe operária na Rússia socialista, faminta e cercada por um mundo capitalista hostil, entre 1918 e 1920. A classe operária foi a grande derrotada da Primeira Guerra Mundial. Estaria a História assim definitivamente escrita?

A história não acabou, mas uma época histórica certamente chegou ao fim.

O século XX terminou com o colapso do sistema socialista e com o aparente esgotamento das energias utópicas no mundo. O triunfo do capitalismo foi seguido de retrocessos nas conquistas sociais e de aumento da violência e da alienação. Mais importante ainda é que, nesse processo, a figura social do antagonista ao capitalismo parece ter desaparecido do cenário social. A nova dinâmica da acumulação de capital afetou profundamente as bases materiais da coesão de classe do operariado: a segmentação do mercado de trabalho, o trabalho precário e o desemprego estrutural dispersaram o núcleo mais combativo do operariado; a concorrência a que se viram sujeitos os trabalhadores, afetou a capacidade de organização e de luta do conjunto. Com a retração da política de caráter social e, no limite, das regulações sociais do mercado pelo Estado, destruiu-se outro “referente empírico” por meio do qual os operários conseguiam identificar-se como uma classe social.⁸

Mas isso significa que não há mais lugar para a oposição entre capital e trabalho? Não. Capitalismo implica na exploração da força de trabalho. José de Souza Martins lembra que Henri Lefebvre apontou para as astúcias da história, perceptíveis nas cisões no movimento operário, nas greves “selvagens” e nas aspirações “da base”:

⁸ Entrevista com Marilena Chauí. *Cult, revista brasileira de literatura* – III (35) – junho 2000.

Pode-se perguntar se essa classe não declina, depois de uma breve e trágica epopéia, sem ter atingido o estatuto de 'sujeito político', de 'classe dominante' ou 'hegemônica'. Entretanto, ressurgimentos não são impossíveis, longe disso. A pretendida integração da classe operária ao capitalismo não passa de um engodo (...) Que a classe operária entre no funcionamento e na circulação geral da sociedade existente (...), é um fato geral. Que não haja mais resistência, nem reticência, essa é uma afirmação dogmática.

Como assinala Marilena Chauí, em cada fase do desenvolvimento do capitalismo sempre há uma redefinição da força de trabalho pelo capital, a implicar também a reformulação da divisão social. Mas não está claro como isto acontecerá.

7.

As cenas finais do filme *E la nave va* são apresentadas ao espectador nos estúdios, num clima nostálgico. Nosso olhar perde-se naquele mar ondulante e artificialmente criado na Cinecittá. Sentimos uma estranheza diante daquele desfecho, como se algo de vital nos escapasse sempre. Podemos rir de nossas misérias. Sabemos, porém ser o riso uma arma para eludir a nossa impotência em controlar o destino, as forças que nós mesmos desencadeamos. Participamos do navio que vai, mas o nosso destino é escamoteado, apesar da direção clara e precisamente estabelecida. O tema de fundo de nosso ser social encerra um dilema – o da *alienação*.

Um famoso historiador expressou bem esse dilema. Pouco antes de morrer, perguntado sobre o futuro do mundo num colóquio internacional convocado em sua homenagem, Fernando Braudel⁹ referiu-se à falência dos modelos explicativos no contexto de uma crise de longa duração e ao peso das macro-estruturas da história na determinação do porvir.¹⁰ Retomou o mesmo tema ao responder a uma pergunta do público presente ao colóquio. A questão dizia respeito à influência da memória social sobre o devir, e, na resposta de Braudel, apareceu novamente a analogia entre a história e a nau:

⁹As Jornadas Fernand Braudel realizaram-se de 18 a 20 de outubro de 1985, no centro de reuniões de Châteauevallon (Toulon-Ollioules).

¹⁰ Em artigo publicado em 1997, Chesnais aventa a possibilidade da economia mundial ter entrado numa fase depressiva de longa duração.

Mas o que se entende por devir pessoal, devir de uma sociedade, ou devir de um país? Quando se trata de um grupo humano suficientemente grande, apesar de seu voluntarismo, apesar de seus esforços, apesar do seu desejo de agir bem, apesar de suas idéias de reformas, apesar de suas explosões revolucionárias, é como uma jangada levada pela corrente de um rio. O rio não se desloca depressa. Se ele se deslocasse depressa, há muito tempo teríamos observado a realidade de uma história subjacente. Não a notamos porque o deslocamento é quase imperceptível.

Bibliografia referida

- Braudel, Fernand. *Uma lição de História de Fernand Braudel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- Barbosa, João Paulo. A conquista do Pólo Norte. In: http://aventure-se.ig.com.br/materias/16/0001-0100/42/42_04.html. Pesquisa na Internet em janeiro de 2004.
- Bourdieu, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Chesnais, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. *Praga*, 3: 1997.
- Foster, John Bellamy. Em defesa da história. In: Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- Foucault, Michel. *História da loucura*. 6ª. edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- França, José-Augusto. *Bosch ou "o visionário integral"*. Lisboa: Chaves-Ferreira Publicações S.A., 1994.
- Gimpel, Jean. *A revolução industrial da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- Leite, José Roberto Teixeira. *Jheronimus Bosch*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.
- Luxemburg, Rosa. *A crise da Social-democracia*, Porto: Editorial Presença, s/d.
- Martins, José de Souza (org.) *Henri Lefévre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- Porter, Katherine Anne. *A Nau dos Insensatos*. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.
- Shakespeare, William. *Macbeth*. Tradução de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- Simon, Edith. *A Reforma*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/Biblioteca de História Universal Life, 1980.
- Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Tolnay, Charles de. *Hieronymus Bosch*. Bâle, 1937. 2ª edição Baden-Baden, 1965. Apud José-Augusto França. *Bosh ou "o visionário integral"*. Lisboa: Chaves-Ferreira Publicações S. A., 1994.
- Tuchman, Barbara W. *Um espelho distante. O terrível século XIV*. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- Vicente, Gil. *Auto da Barca do Inferno*. São Paulo: O Globo; Kick Editora, 1997.
- Wartenweiller, Fritz. *Nansen, explorador do Pólo Nort*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1959.
- Weil, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Obra organizada por Ecléa Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Memória dividida

O tema é antigo. Há um debate, entre os gregos, em torno da memória e do esquecimento, um debate que retoma as tradições da mitologia e do pensamento cosmológico, escreve Jean-Pierre Vernant.¹ A memória social está na origem da História, pois expressa *a luta contra o esquecimento* de regras, normas e valores tidos como fundamentais para a existência dos grupos sociais e das sociedades. O resgate do passado é premissa de sua continuidade: lembra-se para não descumprir. Não por acaso, a memória importa mais quando se faz prospectiva, tornando-se um programa de ação. Entretanto, como quem recorda são os indivíduos, o termo “social” diz respeito às recordações individuais partilhadas com outros no contexto dos grupos sociais de que todos participam. Assim, memórias individuais tornam-se sociais em virtude da comunicação. Quanto à sua finalidade ou função, a memória social deve ser compreendida como reencenação formal do passado, isto é, como uma *comemoração*.

A história oral oferece uma contribuição importante para apreender o processo da reconstrução do passado como comemoração, em suas contradições e ambigüidades. E, assim, serve para dizer o indizível, lançar um pouco de luz sobre o horror que nos causam os genocídios de nossa época. É o que faz Alessandro Portelli no estudo sobre o massacre de Civitella Val di Chiana. O texto trata da distinção e interação (intrincada, complexa) de fatos e representações, tendo como ponto de partida o fenômeno da “memória dividida” sobre um massacre ocorrido no final da 2ª Guerra Mundial.

Por que dividida?

¹ Isto é válido inclusive para o movimento sindical. Na minha dissertação de mestrado *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na construção do sindicato corporativista: 1932-1945*, defendida no Mestrado em História da UFF, em 1986, analisei documentos nos quais eventos importantes do passado da classe operária e da categoria metalúrgica foram reinterpretados, à luz das injunções criadas pelo atrelamento do sindicato às leis sindicais e o controle da vida sindical pelo Ministério do Trabalho.

No dia 29 de junho de 1944, as tropas de ocupação alemã praticaram uma verdadeira chacina, ao fuzilarem 115 civis daquele vilarejo italiano, aparentemente em represália ao assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência local. Este evento trágico dividiu as lembranças e interpretações dos moradores de Civitella Val di Chiana, cidadezinha montanhosa situada nas proximidades de Arezzo, na Toscana. A chacina gerou o fenômeno da “memória dividida”: uma “memória oficial” – a comemorar o massacre como um fato significativo na resistência ao nazifascismo – e outra memória, a dos sobreviventes – centrada nas perdas e no luto, e marcada paradoxalmente pela culpabilização da Resistência.

Como veremos adiante, Portelli teve a oportunidade de entrar em contato com as duas e antagônicas memórias, ao participar de um colóquio internacional em 1994. Mas haveria a possibilidade de entender outras experiências e modos de pensar?² O esforço por captar as *representações* da dor e do sofrimento, leva o autor a refazer investigações, ao fazer uma leitura crítica das entrevistas dos sobreviventes do massacre.

Primeira interrogação: quando começa a “história” para os moradores de Civitella? Tem início com a ação da resistência. Não há fatos importantes antes, sob uma situação de ocupação. Há apenas paz e tranquilidade, ainda que sob o jugo nazista. Esta “era da inocência” corresponde à *idealização do passado*.

A culpabilização da Resistência local pelo massacre insere-se, diz Alessandro Portelli, num contexto que tem uma história muito anterior à guerra, pois remete às tensões de classes entre os habitantes daquela região. O importante, porém, é perceber como este passado mais remoto permaneceu, e se atualizou através da atitude “pacífica” dos moradores de Civitella para com os alemães e da hostilidade manifestada contra a Resistência. Os habitantes de Civitella, artesãos, gente da cidade, foram violentamente afetados pelos camponeses, que lhes invadiram o espaço e, “irresponsavelmente”, mataram os soldados alemães e lhes abandonaram os corpos no espaço do povoado. Agindo desta forma, atraíram a ira do exército de ocupação. Os cidadãos nada tinham a ver com os alemães e toleravam as leis dos ocupantes. Mas os outros, os trabalhadores de fora do povoado desafiaram as “bestas selvagens”, a lei e a ordem instituídas, e ainda por cima fizeram isso de modo irresponsável.

² Os depoimentos foram concedidos a um programa televisivo francês, divulgado no Brasil pela GNT/NET, na madrugada de 19/02/2000.

A reencenação dos eventos trágicos por uma das sobreviventes, Ida Balò, no contexto da conferência internacional *In Memoriam: por uma Memória Européia dos Crimes Nazistas após o Fim da Guerra Fria*, realizado em Arezzo, de 22 a 24 de junho de 1994, iria oferecer a oportunidade para se desvendarem os mecanismos por meio dos quais se constrói e atualiza a memória social. As informações dadas por Ida Balò e desconhecidas por Alessandro Portelli, tinham toda a força de um mito: antes da execução dos civis pelas tropas alemãs, o pároco implorara seu sacrifício em troca da salvação dos moradores, ato inútil pois foi, como todos os outros, também executado; um jovem soldado alemão que se recusara a atirar foi morto pelos próprios companheiros; anos mais tarde, um dos veteranos alemães da ocupação, voltou ao povoado para pedir perdão e o novo pároco lhe agradeceu.

Não é possível determo-nos sobre a narrativa mítica. O autor, vivamente impressionado pela encenação de Ida Balò, procurou-a e lhe fez perguntas. Constatou que a história do “bom alemão”, contada por uma única testemunha, nascida em outra região, somente foi assumida pela comunidade de Civitella quarenta anos depois, na mesma época em que o veterano da ocupação alemã foi perdoado.

Assim, a memória social baseia-se na experiência vivida e em emoções profundas, diz o autor. Os fatos, e também suas representações fazem parte de uma memória dividida, que implica, pelo esquecimento, interpretações, atualizações. A memória é uma construção fundada em narradores autorizados – quem lembra e narra são pessoas determinadas. Mas esta não deixa de ser *uma construção bastante ideológica e institucional³, distinta das memórias pessoais nas quais se baseia*, conclui Alessandro Portelli.

³ A experiência do fascismo e nacional-socialismo foi relatada, contemporaneamente, através de várias publicações. Mário Pedrosa (*A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966) cita a de Otto Nahan, *The Nazi Economic System*, da Duke University Press, 1944, uma tradução da edição alemã de 1937. Há também a obra *Fascism and Big Business*, de Daniel Guerin (1939); e a Editora 34 lançou, em 1999, a autobiografia do presidente do Banco Central, o formulador da política econômica nazista nos anos 1933-39, Hjalmar Schacht, sob o título *Setenta e seis anos de minha vida*.

Segundo Mário Pedrosa a solução fascista para a grande depressão dos anos 30 foi a de deformar a economia de mercado livre ao preço da extirpação das instituições democráticas: *Os fascistas criaram as moedas dirigidas, intervieram no mercado de trabalho para impedir as greves, controlaram os bancos e, finalmente, para repor em marcha a economia, entregaram-se ao surto armamentista que constituiu o grande mercado para as suas forças produtivas, inativas até então por falta de esquadras*. Na Alemanha, lograram o pleno emprego e o envolvimento entusiasmado – devidamente estimulado por verbas e melhorias nas condições de trabalho – de muitos cientistas com o renascimento da cultura germânica. As contribuições destes cientistas no campo da economia e da tecno-ciência (física nuclear, química,

continua

A permanência de uma memória dividida, como a de Civitella Val di Chiana, aponta para clivagens mais amplas que o autor aponta no seu texto. O escândalo de uma consciência coletiva que, mais do que se recusar, opõe-se ao movimento de resistência ao nazismo, aponta para a questão de uma “área cinzenta”; essa expressão foi cunhada por Primo Levi, para descrever a atitude dos prisioneiros de campos de concentração que colaboraram, ou serviram de mediadores, com as autoridades nazistas.

Não foi diferente o comportamento colaboracionista dos franceses de Vichy. Em seus depoimentos sobre esta época, meio século depois, homens e mulheres, principalmente de pequenas cidades do interior da França, ainda guardam a consciência nítida de terem colaborado, em troca de dinheiro (e de outros benefícios não confessados), com um exército de ocupação.⁴ Mas para eles, adverte-nos George Steiner, não houve colaboração com monstros. Os alemães eram, na perspectiva dos colaboracionistas, pessoas educadas. Há uma ênfase no comportamento “correto” e “polido” dos oficiais com quem os depoentes conviveram. Lembrariam talvez Ernst Jünger, um escritor alemão que se engajou no exército com o intuito de servir a seu país à maneira antiga e honrada. Ele escreveu *Jardins e ruas*, um livro lírico e elegante, no qual um oficial honrado preocupa-se com a vida de seus prisioneiros franceses e mantém com eles relações “corretas” e até graciosas. Contudo Jünger nada disse a respeito dos caminhões da Gestapo e das tropas de elite que chegavam atrás de sua viatura oficial. Ele não comentou sobre essas coisas desagradáveis, porque escrevia sobre jardins.

Os aldeões franceses, contudo, são pessoas simples. Eles não foram tomados por nenhuma “má consciência” em relação ao passado, pois acreditam nunca ter feito nada de errado. Também não alegaram desconhecer

continuação pág. 67

genética, aeronáutica, etc.) foram assimiladas imediatamente após a guerra que eliminou esses regimes. Mário Pedrosa denominou essa época de *nazi-rooseveltiana*. Por outro lado, o regime nazista contou também com o apoio aberto de círculos de direita nos Estados Unidos, a exemplo de Henry Ford que manteve uma sucursal de sua fábrica de caminhões pesados no III Reich, inclusive durante o conflito bélico. Até a declaração de guerra ao Eixo, em 1941, a política exterior americana de neutralidade representava apenas a sua expectativa como potência emergente frente ao declínio britânico num mundo em destruição. Por outro lado, a posição das potências em guerra com a Alemanha nazista é, a respeito do holocausto, controversa e repleta de implicações desagradáveis, afirma Steiner na obra aqui referida.

⁴A rede clandestina é uma imagem ficcional da organização comunista, realmente existente, denominada Socorro Vermelho.

a atuação do exército de ocupação. Pelo contrário, sabiam que os nazistas usavam o território francês para atacar a Inglaterra e, mais tarde, para perseguir os inimigos (judeus, pilotos ingleses, pessoal da Resistência, a maioria na rota de fuga dos Pirineus). Mas...o que poderiam fazer, pessoas indefesas, senão sujeitar-se?

Em outro texto do mesmo livro citado, o crítico George Steiner põe contra a parede os contemporâneos que não opuseram resistência ao holocausto. Para ele, não havia escapatória possível. A questão a desvendar é a medida do desconhecimento, indiferença ou cumplicidade a relacionar os contemporâneos ou sobreviventes aos mortos. O terrível é que esses fatos ocorreram num mesmo tempo, e se desdobraram como se fossem duas ordens de experiência social, simultâneas, mas antagônicas. Enquanto os judeus estavam sendo torturados e mortos no campo de Treblinka, perto dali, escreve Steiner, a três quilômetros, nas fazendas polonesas ou mais longe, a oito mil quilômetros, em Nova Iorque, pessoas dormiam, comiam, iam ao cinema, ou preocupavam-se com o dentista. Então, defrontado com a monstruosidade deste paradoxo, ele se pergunta:

Existirão, como a ficção científica e a especulação gnóstica dão a entender, espécies diferentes de tempo no mesmo mundo, "bons tempos" e dobras envolventes de tempo desumano, nas quais os homens caem nos lentos ponteiros da maldição em vida?

A dualidade temporal é um jogo do espírito que apenas serve para tornar mais aguda a problemática da colaboração, mas também a do silêncio e da omissão.³³ É inegável que Treblinka existiu. Mais ainda, que existiu tanto porque foi construída por alguns homens, como porque outros permitiram que existisse.

Eis-nos diante da relação entre a cotidianidade dos atos da vida humana e as transformações da sociedade, a história. O sociólogo francês Émile Durkheim formulou a idéia de que a divisão do trabalho estabelece uma solidariedade objetiva entre os indivíduos, quer dizer, um vínculo que independe da sua consciência. Durkheim distinguiu entre uma forma *mecânica* e outra *orgânica* de solidariedade.

Para usar outra terminologia, a solidariedade orgânica é o âmbito da vida cotidiana. A participação dos homens nas relações sociais como *cotidianidade* é condição de sua passividade e subordinação. Faço apenas o meu trabalho, tenho uma família para cuidar, meu pai está doente, a época

dos exames chegou, sou uma pessoa muito ocupada, responsável por muitos empregados, infelizmente não posso envolver-me...Todas estas justificativas respondem pelo interesse imediato, vinculado ao lugar de cada um de nós na divisão do trabalho e na hierarquia das posições de controle social. Os indivíduos aderem a estes processos por estarem convictos de que os mesmos correspondem a uma necessidade natural, na qual não há passado nem futuro. Entretanto, os atos humanos, mesmo aqueles simples (olhar pela janela da casa o campo à distância), quase sempre transcendem suas motivações.

Em certo sentido, o sentimento do cotidiano é parte integrante do mesmo processo que separa os homens em categorias e permite a opressão da maioria por alguns poucos. A pseudoconcreticidade, expressão da consciência alienada dos homens, poderia então satisfazer, no plano das atitudes de massa, a condição de um obstáculo intransponível à consciência de se fazer parte de uma “engrenagem social” e, por conseqüência, de poder recusar-se a participar dela?

Sabemos, graças a depoimentos e a narrativas dos sobreviventes, existir sempre uma margem de liberdade possível, na medida em que nos definimos em função das situações vividas.

Jorge Semprun escreveu *A Grande Viagem* para denunciar a cumplicidade da população civil alemã com os campos de extermínio. O livro é a narrativa de uma viagem em dois tempos, a viagem de trem do prisioneiro Gerard, um intelectual comunista espanhol, a um campo de concentração nas proximidades da cidade de Weimar, na planície da Turingia; e de seu retorno, depois da libertação, à mesma localidade, do regresso de um ex-prisioneiro que constata, ao olhar do andar superior de uma casa da aldeia, o que os camponeses devem ter visto durante anos:

Pois eles viram o campo, bom Deus, eles o viram verdadeiramente, forçosamente viram o que se passava ali, mesmo que se não quisessem sabê-lo.

Muitos anos depois, quando retorna, descobre portanto,
...bruscamente, que aquela aldeia não era o fora, que era simplesmente a outra face, mas era uma face interior igualmente da sociedade que tinha propiciado o nascimento dos campos alemães.

Por seu turno, uma exilada alemã no México escreveu um romance para afirmar peremptoriamente a possibilidade e o dever da recusa. Em *A sétima Cruz*, a escritora Anna Seghers pinta um impressionante painel da sociedade alemã sob o nazismo, ao analisar a rota da fuga de um prisioneiro de um campo de concentração. Sob um Estado totalitário que contava com maciço apoio popular, o fugitivo encontra medo e proteção, apoio e reprovação, numa rede³⁴ que finalmente lhe permite alcançar a liberdade no exterior. Assim, a história é feita de escolhas, ainda que circunscritas, ou mesmo exíguas, em situações-limites.

É preciso, pois recusar a dobra temporal, esta imaginária fuga de uma realidade brutal e monstruosa, é preciso defrontar-nos com a responsabilidade de que a história foi, tanto quanto é, feita por nós, seres humanos, aqui e agora.

Bibliografia usada e referida

- Fentress, J. e Wickhan, C. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.
- Kosik, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Portelli, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: *Usos & abusos da História Oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- Ribeiro, Renato Janine. Apresentação a Norbert Elias. In: Elias, N. *O processo civilizador*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996. Vol. 1.
- Seghers, Anna. *La séptima cruz*. La Habana: Editorial Arte y Literatura. 1978.
- Semprun, Jorge. *A Grande Viagem*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.
- Sigaud, Ligia. "A idealização do passado numa área de *plantation*". In: *Contraponto*, II (2): novembro de 1977.
- Steiner, George. *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Vernant, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

II. Possibilidades

Te fabula narratur

Em sua *Contribuição à história da Liga dos Comunistas* (1885), Engels observa que, depois da derrota das jornadas revolucionárias de março a junho de 1849, a função que aquela organização política poderia preencher dependeria *das perspectivas de um novo ascenso da revolução*, contudo, essa situação parecia, a ele e a Marx, totalmente afastada, na conjuntura da época. Escrevendo em 1850 na Nova Gazeta Renana, eles advertiram as lideranças do proletariado alemão e europeu que se havia iniciado um período de estabilidade burguesa, fundada na prosperidade geral promovida pelo desenvolvimento do capitalismo no plano mundial. O proletariado, em meio a esta fase na qual *as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem com toda a exuberância que lhe permitem as condições burguesas*, teria de aprender, ao longo das lutas parciais, a manter sua independência de classe.

Marx e Engels então se retiraram da agitação política. As esperanças da proximidade um novo drama revolucionário frustraram-se ao longo das décadas seguintes, ainda que a traição da burguesia na França tivesse favorecido, em meio à guerra franco-prussiana, a extraordinária experiência da Comuna.

Marx recolheu-se à biblioteca do Museu Britânico, onde se dedicou a estudar a fundo seus tesouros de economia política. Desses estudos resultaram, em 1859, a *Contribuição à Crítica da Economia Política* e, em 1867, *O Capital – Crítica da Economia Política*.

O prefácio da primeira obra¹ acabou por se tornar um dos textos mais conhecidos de Marx, vulgarizando-se sob a denominação de *Prefácio de 1859*, uma espécie de texto “programático”.²

Encontra-se formulada aí a tese famosa que será, anos mais tarde, transformada por Antonio Gramsci em “princípio de metodologia histórica”. A passagem é a seguinte:

Uma formação social não perece antes de se terem desenvolvido todas as forças produtivas em relação às quais ela ainda é suficiente e novas e mais altas relações de produção não tenham tomado o seu lugar, antes de as condições materiais de existência destas últimas não terem sido incubadas no próprio seio da velha sociedade.

Esta tese, ou concepção, sobre a história serve aqui para orientar a leitura sobre este “princípio metodológico” na obra de maior fôlego, e mais densa, de Marx.

.....

De te fabula narratur:³ *É a tua história que aqui se conta:* com esta frase Marx anuncia, no prólogo à primeira edição de *O Capital*, a tendência geral do desenvolvimento histórico que arrastaria a Europa e o mundo, advertindo ao leitor alemão:

¹ A obra permaneceu como um fragmento (somente dois capítulos chegaram até o público) em razão de dificuldades que Marx teve com seu editor.

² Tais formulações – que a muitos pareceram vagas – foram detalhadas mais tarde nos *Elementos para a Crítica da Economia Política*, os chamados Grundrisse organizados sob a forma de *rohentwurf*, cadernos de rascunho (borrador, em língua espanhola) nos quais tomou forma os diversos volumes de *O Capital*. Na introdução do volume I dos Grundrisse, Martin Nicolaus faz a seguinte comparação: ***El Capital*** es una obra que avanza lenta e cuidadosamente, paso a paso, desde las formas puras de las relaciones económicas hacia una aproximación más cercana a la realidad histórico-económica. Nada se prejuzga y no se introducen nuevas teorías hasta tanto no se hayan sentado las bases para las mismas. A ese paso, es fácil advertir que hubieran sido necesarios varios volúmenes más de ***El Capital*** para que Marx hubiese podido llegar al punto que había alcanzado en el bosquejo de su sistema en los ***Grundrisse***. ***El Capital*** está pensadamente inconcluso, como una novela de misterio que termina antes de que se descifre el enigma. Pero los ***Grundrisse*** contienen las líneas generales del argumento, anotadas por el autor.

³ *Quid rides? Mutato nomine de te Fabula narratur* (De que ris? Mudado o nome, de ti a história fala) são versos do poeta romano Horácio (65-8 a. C.), em *Sátiras* (I,1, 69-70).

En la presente obra nos proponemos investigar el régimen capitalista de producción y las relaciones de producción y circulación que a él corresponden. El hogar clásico de este régimen es, hasta ahora, Inglaterra. Por eso tomamos a este país como principal ejemplo de nuestras investigaciones teóricas. Pero el lector alemán no debe alzarse farisaicamente de hombros ante la situación de los obreros industriales y agrícolas ingleses, ni tranquilizarse optimísticamente, pensando que en Alemania las cosas no están mal, ni mucho menos.

Acrescenta não interessar a averiguação histórica deste processo e sim o estudo das “leis naturais” da produção capitalista em si, identificando-as com *las tendencias que actúan e se imponen con férrea necesidad*. Desta compreensão da necessidade expansiva do novo modo de produção deriva a conclusão:

Los países industrialmente más desarrollados no hacen más que poner delante de los países menos progresivos el espejo de su propio porvenir.

Os níveis lógico e histórico da análise imbricam-se nesta projeção feita por Marx que, aliás, verificou-se acertada. Marx acrescenta considerações históricas sobre o que se passa na Inglaterra, nos demais países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. No caso de países como a Alemanha, adverte que dificilmente escapariam dos males sociais sofridos pelas classes trabalhadoras inglesas porquanto não dispunham sequer das leis fabris. Assim, padeceriam tanto dos males decorrentes do desenvolvimento da produção capitalista quanto da falta desse desenvolvimento. Nesses países, as misérias modernas conviviam com as herdadas do passado, quer dizer, de outros modos de produção. Que, na Alemanha, sobreviveram em grande medida por causa da covardia da burguesia prussiana para levar adiante a revolução em 1849, na qual o povo lutara por ela contra o feudalismo e o absolutismo.

Diante do fato de que o capitalismo já havia iniciado seu desenvolvimento nesta parte da Europa e nos Estados Unidos, principalmente a partir da guerra de secessão, o que se poderia esperar do ponto de vista social e político? Esse processo todo era o toque de combate que anuncia o levantamento da classe operária. Assim, as formas mais brutais, ou mais

humanas, assumidas pelo capitalismo, em cada país, dependeriam das lutas de classes e, no que diz respeito à classe operária, do seu grau de desenvolvimento alcançado em cada país.⁴ Mais uma vez, Marx afirma que não seria possível ultrapassar os limites impostos pela lei a presidir o movimento do capitalismo:

Aunque una sociedad haya encontrado el rastro de la ley natural con arreglo a la cual se mueve – y la finalidad última de esta obra es, en efecto, descubrir la ley económica que preside el movimiento de la sociedad moderna – , jamás podrá saltar ni descartar por decreto las fases naturales de su desarrollo. Podrá únicamente acortar y mitigar los dolores del parto.

Para Marx, não existem leis do desenvolvimento da sociedade abstratas. Cada época histórica tem suas próprias leis, o que remete à relação (complexa, interdependente) entre a vasta “superestrutura” da vida social com o modo de produção dominante. Todo o esforço de Marx está voltado para a compreensão da dinâmica do capitalismo, de suas contradições, das tendências e das contra – tendências, através das quais ele busca captar as possibilidades de sua superação. Na medida em que constituem expressão de um jogo de forças entre tendências e contra – tendências, as “leis naturais” da produção capitalista são leis históricas.⁵

Não nos equivoquemos a respeito desta terminologia: tendências e contra – tendências são movimentos sociais de agentes econômicos, da competição entre eles, dentro e fora de fronteiras nacionais, mas igualmente da intervenção do Estado, das rivalidades entre Estados e da resistência dos trabalhadores (quase sempre nos limites do Estado-nação)⁶. Neste

⁴ Aponta-se aqui a relevância das experiências de classe, da consciência lograda, do nível de organização, das tradições políticas e culturais herdadas e do reconhecimento (institucionalizado ou não) pela sociedade, nos movimentos operários em cada país.

⁵ No Brasil, cabe a Luiz Pereira o mérito de ter elaborado, com base na atividade docente do autor (responsável pela disciplina de Sociologia do Desenvolvimento da USP), na contramão do althusserianismo em voga na intelectualidade de esquerda, notas teóricas sobre a *extensividade da reprodução capitalista vista em sua totalidade*. Graças a esta perspectiva metodológica, o autor – que modestamente intitulou sua obra de *Capitalismo: notas teóricas*, publicada em 1977 pela editora Duas Cidades – pôde pensar o pacto de interdependência entre formações capitalistas centrais e periféricas e formular uma explicação consistente para a situação do Brasil sob a ditadura militar.

⁶ A obra *O Capital* estuda a dinâmica do capitalismo, ou seja, a reprodução ampliada do capital, segundo um plano, assinalado nos manuscritos de 1857-58 – os *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* – que necessariamente teria de analisar o papel do Estado e as relações internacionais.

último sentido, aliás, a luta pela diminuição da jornada do trabalho, o desenvolvimento da maquinaria e a exploração relativa da força de trabalho, a formação de uma superpopulação relativa a exceder as necessidades imediatas da produção capitalista, são outras tantas formas de apresentar o processo de desenvolvimento do capitalismo, tal como se deu no país onde estava mais avançado, isto é, na Inglaterra.

Contra a interpretação dominante de que haveria uma naturalização das leis do desenvolvimento capitalista n' *O Capital*⁷, deve-se resgatar, e aqui seguimos a leitura de Balibar, os próprios comentários de Marx sobre as repercussões de sua obra.

O mais importante destes comentários encontra-se numa carta enviada à redação da revista russa *Folhas Patrióticas*⁸, mais conhecida como *Carta a Mikhailovski*. Surpreendemo-nos com a afirmação de que uma trajetória diversa da Europa ocidental poderia dar-se na Rússia, desde a comunidade rural⁹.

...si Rusia sigue marchando por el camino que viene recorriendo desde 1861, desperdiciará la más hermosa ocasión que la historia ha ofrecido jamás a un pueblo para esquivar todas las fatales vicisitudes del régimen capitalista.

Em seguida, Marx resume suas próprias considerações, contidas n' *O Capital*, sobre a acumulação primitiva, para assinalar como nasceu, na Europa ocidental, o capitalismo. Ao final deste capítulo de *O Capital*, resume a tendência histórica da produção capitalista, a qual

...engendra su propia negación con la fatalidad que caracteriza a los cambios naturales, que ella misma se encarga de crear los elementos para un nuevo régimen económico al imprimir simultáneamente a las fuerzas productivas del trabajo social y al desarrollo de todo

⁷ Comentário importante formulado por Agnes Heller na obra *Teoria de las necesidades en Marx*.

⁸ Cartas sobre o volume I de *O Capital*, publicadas em apêndice da edição de Fondo de Cultura Económica, p. 710-12. A carta em questão teria sido escrita em fins de 1877 e, como as demais, foi traduzida para o espanhol da edição completa da correspondência entre Marx e Engels, publicada pelo Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, em 1931.

⁹ Marx participou da polêmica entre duas categorias de leitores russos do *Capital*, os populistas e os socialistas, afirma Balibar.

productor individual en todos y cada uno de sus aspectos un impulso tan poderoso, que la propiedad capitalista, la cual descansa ya, en realidad, en una especie de producción colectiva, sólo puede transformarse en propiedad social.

Então se pergunta:

Ahora bien, cual es la aplicación que mi crítico puede hacer a Rusia de este bosquejo histórico? Solamente ésta: si Rusia aspira a convertirse en un país capitalista calcado sobre el patrón de los países de la Europa occidental – y durante los últimos años, hay que reconocer que se ha infringido no pocos daños en este sentido –, no lo logrará sin antes convertir en proletarios a un gran parte de sus campesinos; y una vez que entre el seno del régimen capitalista, tendrá que someterse a las leyes inexorables, como outro pueblo cualquiera. Esto es todo. A mi crítico le parece, sin embargo, poco. A todo trance quiere convertir mi esbozo histórico sobre los orígenes del capitalismo en la Europa occidental en una teoría filosófico-histórica sobre la trayectoria general a que se hallan sometidos fatalmente todos los pueblos, cualquiera que sean las circunstancias históricas que en ellos concurren, para plasmarse por fin en aquella formación económica que, a la par que el mayor impulso de las fuerzas productivas, del trabajo social, asegura el desarrollo del hombre en todos y en cada uno de sus aspectos. (Esto es hacerme demasiado honor y, al mismo tiempo, demasiado escarnio.)

A tese sobre a possibilidade de a Rússia conseguir desviar-se das fatais vicissitudes do regime capitalista é desenvolvida nos esboços da carta a Vera Zasulich, de 18 de março de 1881; nesses esboços, Marx afirma que a comuna russa instituída após a abolição da servidão em 1861 poderia tornar-se uma alternativa de desenvolvimento se soubesse apropriar-se dos resultados positivos do modo capitalista de produção. Observa ainda que a comunidade aldeã russa continha um dualismo (propriedade comunal e exploração pessoal em pequenas culturas divididas) que poderia conduzir à sua ruína. Não vê, porém, esta como uma fatalidade:

Mas isto significará que a trajetória histórica da comunidade agrícola deva, inevitavelmente, conduzir a tal resultado? Certamente, não. Seu dualismo intrínseco proporcionará uma alternativa:

*ou seu elemento de propriedade dominará o elemento coletivo, ou ocorrerá o contrário. Tudo dependerá do ambiente histórico em que ela ocorrer.*¹⁰

Se a comuna rural era uma alternativa contemporânea das formas mais desenvolvidas da produção capitalista, dificilmente poderia, pelo seu caráter atrasado, incorporar o progresso técnico de modo vantajoso. Isso somente seria possível se fosse o resultado de uma revolução. Por outro lado, Marx percebia que a comuna rural ver-se-ia igualmente diante das pressões decorrentes do caráter expansivo do capitalismo.

Por que Marx teria se inclinado a aceitar o ponto de vista dos *narodniks* ou “populistas”? Hobsbawn alude às possíveis razões do interesse de Marx pela comuna rural russa. Afirma que, além da orientação do volume III de *O Capital* em torno da renda da terra, o desenvolvimento de um movimento revolucionário na Rússia levantou expectativas quanto a uma revolução européia. Como a comunidade aldeã russa era assunto de controvérsia entre os revolucionários russos, eles consultaram Marx. Ele inclinou-se para o ponto de vista dos *narodniks* que sustentavam que a comunidade aldeã poderia fornecer a base da transição para o socialismo sem prévia desintegração através do desenvolvimento capitalista. Esta inclinação, porém, estava em desacordo com o próprio pensamento de Marx. Os marxistas russos discordaram dele. Os seus próprios argumentos careciam de uma justificação teórica sólida. Hobsbawn anota que em 1894 Engels aventou a possibilidade de a “revolução russa dar o sinal para a revolução dos trabalhadores do Ocidente, de modo que se complementem”, mas aí ele já estava falando da classe operária e dando apoio aos marxistas russos.¹¹

Mas haveria ainda um outro motivo da preocupação de Marx com o comunismo agrário: *seu progressivo ódio e desprezo da sociedade capitalista*. Vale citar aqui toda a argumentação de Hobsbawn:

¹⁰ Transcrito de Karl Marx, 1977. Eric Hobsbawn observa, na introdução a esta obra, que a tese não foi aceita pelos marxistas russos, revelando-se infundada. Ele observa que Marx teve dificuldade em justificar teoricamente sua posição.

¹¹ A tese marxiana se revelou infundada, mas fecunda do ponto de vista da teoria da história, pois traz a idéia de um “desenvolvimento desigual e combinado” de diferentes formações econômico-sociais. Pois seria o marxista Lênin que a retomaria, ao argumentar sobre a necessidade de entender a dialética naqueles tempestuosos anos de 1917 a 1918. A revolução desencadeada por milhões de camponeses, operários e soldados, disse ele, obriga-nos a saltar a etapa democrático-burguesa e implantar o socialismo.

Eduardo Navarro Stotz

A opinião de que o velho Marx perdeu algo do ardor revolucionário do jovem Marx é sempre popular entre os críticos que desejam abandonar a prática revolucionária do marxismo sem desvincular-se de sua teoria. Pareceria provável que Marx, que anteriormente saudara o impacto do capitalismo ocidental como uma força desumana, mas historicamente progressista sobre as estagnadas economias pré-capitalistas, fosse ficando cada vez mais impressionado com sua desumanidade.

Bibliografia referida

- Balibar, Étienne. *A filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- Bourdieu, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Foster, John Bellamy. Em defesa da história. In: Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- Gramsci, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Heller, Agnes. *Teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1986.
- Marx, Carlos. *El Capital. Crítica de la Economía Política*. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1964. O prólogo é datado de Londres, em 25 de julho de 1867. Transcrição das páginas XIV-XV.
- Marx, Karl. *A burguesia e a contra-revolução – segundo artigo* (1848). In Karl Marx e Friderich Engels. Obra citada.
- Marx, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Organização e apresentação de Eric Hobsbawm.
- Marx, Karl e Engels, Friderich. *Textos 2 e 3*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976 e 1977.
- Nicolaus, Martin. El Marx desconocido. In: Karl Marx. *Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858*. Volumen 1. Buenos Aires: siglo XXI, 1971.
- Pereira, Luiz. *Capitalismo: notas teóricas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- Santos, Milton. *Por uma nova globalização*.

Um sonho escuro, heróico e terrível

La revolución rusa es el acontecimiento más importante de la guerra mundial. Esta a frase inicial do exame crítico da revolução, por Rosa Luxemburg, é o fio condutor da análise destinada a combater o oportunismo no meio do movimento operário alemão, dominado pela perspectiva social-patriota.¹ A teoria “doutrinária” de que a revolução, por acontecer num país atrasado e essencialmente agrícola, deveria limitar-se a objetivos burgueses – teoria sustentada por Kaustky na Alemanha e os mencheviques na Rússia – foi duramente criticada com o intuito de demonstrar o sentido internacional dessa limitação. Rosa deixa bastante claro que tal teoria tende a eximir o proletariado internacional de sua responsabilidade diante da revolução russa. Em decorrência,

*La insurrección de octubre no representó solamente la salvación de la revolución rusa, sino también la rehabilitación del socialismo internacional.*²

O exame crítico da revolução russa não impediu Rosa de identificar problemas e apontar erros, ainda que ela própria não estivesse isenta de cometer erros de avaliação, principalmente por causa de seu longo período na prisão. Assim, em que pese seus equívocos na análise das medidas do governo dos soviets – especialmente no que diz respeito à reforma agrária e à defesa da autonomia nacional –, a obra de Rosa Luxemburg revelou-se acertada quanto aos seus prognósticos.

¹ Após a derrota da revolução de 1848, o movimento operário alemão, renasceu sob a influência da social-democracia. Apesar de inspirar-se nas idéias de Karl Marx e de Friedrich Engels, a liderança do partido tinha, quanto ao papel do Estado na transição ao socialismo, uma visão reformista. Na crítica ao Programa do partido social-democrata alemão, Marx observou que, por mais que se apusesse o adjetivo “popular” ao Estado (quer dizer, um Estado com a participação de partidos operários), ainda se tratava da república democrática burguesa. Na transição ao socialismo, alegaram, o estado deveria assumir uma forma de ditadura do proletariado. A crítica caiu no esquecimento. Progressivamente, o partido social-democrata alemão passou a identificar, em virtude das conquistas sociais advindas de sua participação parlamentar, o socialismo com a república democrática burguesa...alemã. O social-patriotismo dominou a posição do partido na época da primeira guerra mundial. Kaustky, nesses anos, expressou uma posição de compromisso entre a ala direitista majoritária e a esquerda minoritária. Mas nessa correlação de forças, o centrismo teria de traduzir-se como “oportunismo”, como uma defesa verbal dos princípios do marxismo para justificar a unidade partidária sob a direção do social-patriotismo.

² Três anos antes, a capitulação da social-democracia diante da catástrofe mundial levava Rosa a escrever no opúsculo *A crise da social-democracia*, ser a própria evolução do movimento operário nos últimos 25 anos que estava em causa.

No manuscrito que escreveu sobre a revolução russa³, ela manifestou divergências importantes com Lênin a respeito do Estado, do papel das instituições democráticas e dos direitos políticos e às relações da liberdade com o socialismo:

Lenin dice que el Estado burgués es un instrumento para la opresión de la clase obrera, y el Estado socialista un instrumento de opresión de la burguesía. Este último sería simplemente el Estado capitalista invertido y puesto de cabeza. Esta concepción simplista olvida lo esencial: el dominio de clase burgués no tenía necesidad de una instrucción y de una educación política de las masas populares, por lo menos más allá de ciertos límites muy estrechos. Para la dictadura proletaria, en cambio, ambas cosas constituyen el elemento vital, el aire, sin el cual no podría subsistir.

(...)

La práctica socialista exige una completa transformación espiritual en las masas degradadas por siglos de dominación burguesa. Instintos sociales en lugar de instintos egoístas, iniciativa de las masas en lugar de inercia, idealismo capaz de pasar por encima de cualquier sufrimiento, etc. Nadie lo sabe mejor, lo describe con más eficacia, lo repite con más obstinación que Lenin. Sólo que él se engaña completamente sobre los medios. Decretos, poderes dictatoriales de los inspectores de fábrica, penas draconianas, reinado del terror, son todos paliativos. El único camino que conduce al renacimiento es la escuela misma de la vida pública, de la más ilimitada y amplia democracia, de la opinión pública. Es justamente el terror lo que desmoraliza.

Rosa acreditava que os bolcheviques caminhariam na direção da ditadura do proletariado, como sistema de aplicação mais radical da de-

³ Luxemburg, 1969. A respeito desse manuscrito sobre a experiência revolucionária russa, cabem algumas observações. A obra, um conjunto de anotações feitas às pressas durante o período de prisão de Breslau, Alemanha, em 1918, foi publicada em 1921 por Paul Levi, um dos onze membros do grupo espartaquista e da direção do novo Partido Comunista Alemão. Expulso em 1921, reingressou no partido social-democrata e, nesta ocasião, publicou um texto incompleto do folheto de Rosa Luxemburg. O folheto tem uma história cheia de interpretações sobre o intuito efetivo de sua publicação, o caráter das anotações, a falta de informações precisas, etc.

mocracia, não fossem as dramáticas e fatais circunstâncias em que se dava a revolução. Nas notas há uma advertência e um prognóstico. Adverte para o perigo de se transformar a necessidade em virtude, de se cristalizar na teoria a tática que os revolucionários se viram obrigados a adotar por causa destas mesmas circunstâncias. Mas estes eram os limites de uma ação verdadeiramente revolucionária, e cabia distinguir entre o essencial e o acessório. A conquista do poder e a formulação prática da realização do socialismo pelos bolcheviques expressavam o que havia de essencial e imperecível, era o seu mérito histórico. Contudo, um novo passo dependeria do avanço da revolução em outras partes do mundo. Eis o prognóstico:

En Rusia el problema sólo pudo ser planteado. No podía ser resuelto allí. Y en este sentido, el porvenir pertenece en todas partes al socialismo.

Um país excessivamente atrasado do ponto de vista material e cultural como a Rússia – predominantemente agrário e de industrialização incipiente – não poderia mais do que iniciar uma era de revoluções. Para os marxistas, o socialismo expressaria o desenvolvimento superior de forças produtivas já avançadas no interior do capitalismo. Conseqüentemente, para seguir adiante, a revolução russa precisaria contar com o apoio revolucionário externo; tal apoio parecia vir precisamente da Alemanha.

Durante os breves meses de outubro de 1918 a janeiro de 1919, marinheiros e operários alemães organizados em conselhos (*räte*) instauraram a república democrática. Mas, paradoxalmente, enquanto a vanguarda operária queria a revolução, as amplas massas dessa classe, organizadas nos sindicatos social-democratas, seguiam sob a influência da social-democracia, que pretendia manter suas posições e, no máximo, arrancar reformas à burguesia.

Como explicar o paradoxo? O conhecido provérbio “entregar os anéis para não perder os dedos” pode ajudar a compreender a excepcional situação da luta de classes na Alemanha naquele momento. Na medida em que o calor revolucionário, em meio à fogueira que arrastava para a esquerda os trabalhadores do recém-desmoronado império austro-húngaro aumentava, a burguesia resolveu, para salvar a ordem, convocar os social-democratas de direita para o governo. Deixou-se aparentemente levar pela revolução para não ser vencida por ela, escreveu Victor Serge.

Nos conselhos operários – *arbeiterräte* – havia muitos reformistas que agora, podiam dizer “sim, estamos no poder”. Enquanto conclamavam as massas a aguardar as eleições em ordem, mantiveram nos postos de comando os generais reacionários e romperam as relações diplomáticas com a Rússia Soviética. A minoria revolucionária do proletariado, agrupada na Liga Spartacus e no Partido Social-democrata Independente, exigia a ditadura do proletariado. O desfecho dessa situação foi dramático. O governo decidiu usar a força para restabelecer a ordem, lançando mão do conhecido estratagema de uma sangrenta provocação em Berlim. À precipitada ofensiva dos revolucionários que decidiram decretar a insurreição, seguiu-se o massacre praticado por bandos monarquistas, sob a liderança de um social-democrata de direita, Noske. Os líderes do recém-organizado Partido Comunista Alemão – Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg – detidos como promotores da guerra civil, foram assassinados no dia 15 de janeiro de 1919.

Apesar da derrota da revolução alemã, o sentimento dominante nos militantes de esquerda era o de que o mundo atravessava um período revolucionário. Foi com esta expectativa que as facções revolucionárias dentro da social-democracia européia apoiaram, sob iniciativa dos bolcheviques, a fundação da Internacional Comunista em 1919. A iniciativa representava, também, a influência determinante de um partido vitorioso, com uma tradição de luta e de organização forjada na resistência à autocracia czarista, uma tradição estranha aos grupos de esquerda da Europa ocidental. Para Hobsbawn,

Os bolcheviques se comprometeram com o que, retrospectivamente, parece um grande erro, a divisão permanente do movimento trabalhista internacional. Fizeram isso estruturando o seu novo movimento internacional comunista com base no modelo do partido de vanguarda leninista, de uma elite de “revolucionários profissionais” em tempo integral.

A exclusão daqueles que não aceitavam a estrutura leninista de partido, argumenta Hobsbawn, somente faria sentido numa situação revolucionária em âmbito mundial. Mas esta não era mais, naqueles anos, a perspectiva imediata.

Os bolcheviques, tal como os recém-criados partidos comunistas europeus, não haviam percebido o esgotamento da onda revolucionária e nem o início de uma fase de estabilidade relativa na economia capitalista mundial. Mais ainda, eles resistiram a aceitar que a maioria da classe operária na Alemanha, e nos países capitalistas mais adiantados da Europa, ainda seguia uma liderança reformista, ainda procurava aprofundar sua participação política e manter algumas de suas conquistas dentro da ordem burguesa. Apenas em 1923, após o fracasso da última tentativa revolucionária na Alemanha, as esperanças em torno da revolução mundial imediata foram abandonadas.⁴

Desesperadamente sós: ao olharem para dentro das fronteiras da Rússia, os bolcheviques se depararam com a situação paradoxal de terem vencido a guerra civil (1918-20) e de controlarem absolutamente o poder em meio a uma economia industrial quase inoperante em virtude dos efeitos destrutivos da guerra mundial e em seguida, da guerra civil.

No campo, a reforma agrária, posta em prática imediatamente após a conquista do poder, consistiu em repartir, entre milhões de pequenos camponeses, as terras da grande propriedade nobiliárquica. Em seu estudo sobre a coletivização agrária, Fábio Bettamini analisa as contradições desse processo. Ele demonstra como, em decorrência da distribuição das terras na fase inicial da revolução, o consumo alimentar aumentou muito, ao mesmo tempo em que os camponeses médios (*seredniaks*) e ricos (*kulaks*) não tinham interesse em se desfazer de suas reservas de trigo e outros cereais em troca de produtos industriais a preços exorbitantes. Em conseqüência, o resultado da reforma agrária do governo bolchevique foi o fortalecimento do camponês médio, do *kulak*.

⁴ Em 1922, Lenin reconheceu que a Internacional tinha sofrido uma influência excessiva da única revolução vitoriosa. Havia, também, outros revolucionários preocupados com esta influência mas eram uma minoria, que acabou isolada por conta de suas próprias posições. Em suas memórias, Victor Serge afirma que foi Amadeo Bordiga quem, no 2º congresso da Internacional Comunista apresentou contra Lênin questões de organização e orientação geral; ele temia a influência do Estado soviético sobre os partidos comunistas e não julgava que a Rússia camponesa tivesse condições de dirigir o movimento operário internacional. Para o autor, o italiano Bordiga, um notório “esquerdista” que seria alvo das críticas de Lênin, “certamente foi uma das inteligências mais perspicazes do Congresso”. A influência do partido comunista russo na Internacional cresceu a tal ponto após a morte de Lênin que a ação nacional de cada partido passou a considerar, obrigatoriamente, os interesses e a política exterior da URSS, processo denominado “bolchevização” dos partidos comunistas.

Por outro lado, as plantas industriais estavam praticamente destruídas e a maioria da classe operária também. Assim, ao falar em nome dos interesses dos operários e de sua aliança com os camponeses, o partido fazia, na verdade, uma declaração em nome dos interesses futuros do proletariado. Inevitavelmente, tal situação fortaleceu o processo de burocratização do Estado e, depois, do próprio partido. Essa consciência ainda era bastante limitada e mesmo parcial entre os dirigentes do partido. Alexandra Kollontai e a Oposição operária haviam chamado atenção para o problema e, em seguida, responsabilizado os dirigentes, entre 1920-21, numa polêmica áspera que dominou uma parte do X Congresso (março de 1921) do partido. O assunto somente tornou-se alvo da preocupação de Lênin dois anos mais tarde. É importante considerar, a esse respeito, a chamada *Carta ao Congresso* – notas ditadas entre 23, 24, 26 de dezembro de 1922 e 4 de janeiro de 1923 –, documento no qual ele registrou suas preocupações com a situação interna do Partido e alertou para os riscos da polarização política dentro de uma estrutura decisória fortemente concentrada no Secretariado Político.

As preocupações da maioria absoluta dos bolcheviques encaminhavam-se, porém, noutra direção. Estavam voltadas para a gigantesca tarefa de retirar a economia do país da estagnação. Reconstruir a economia significava também afastar a ameaça de contra-revoluções e de intervenções estrangeiras. Uma ameaça real, pois entre 1920 e 1921 registraram-se mais de 130 levantes camponeses na Rússia central, aconteceram greves operárias em Petrogrado e em março de 1921 eclodiu a rebelião armada dos marinheiros do Kronstadt, base naval de Petrogrado. A revolta dos marinheiros desafiava a lógica da própria revolução, pois aquela base naval tinha sido um dos focos da revolução de 1917. Em 1921, contudo, a revolta dos marinheiros era um eco do descontentamento dos camponeses. Pior ainda, eles seguiram a liderança da oposição aos bolcheviques. Ouviu-se, pela primeira vez desde 1917, o grito *soviétes sem os comunistas!* O motim foi sufocado militarmente.

O malogro da colheita de 1921, em meio a uma terrível seca, dramatizou ainda mais a situação, pois a perda da safra disseminou a fome (e fez reaparecer o canibalismo) no ano seguinte, e afetou não menos de 22 milhões de pessoas. Em decorrência, o mercado se impôs de modo incontrolável sobre o monopólio estatal do comércio. Fez-se necessário,

portanto, dar um passo atrás, estabelecer uma aliança entre o setor socialista – representado pelo capitalismo de Estado – com a pequena produção mercantil e o capitalismo privado. Os passos atrás entraram para a história da revolução como a Nova Política Econômica (NEP); a revolução tinha de recuar frente à fome e a desorganização da economia.

Entretanto, prevaleceu a concepção “economicista” da NEP, em detrimento da conquista política do campesinato pobre.⁵ “Economicismo” significava encarar a aliança entre operários e camponeses do ponto de vista das trocas mercantis sob controle do Estado, um aparelho a possuir apenas um “verniz” soviético; as relações entre operários e campesinato passaram a ser mediados por esse aparelho burocratizado.

Não é difícil entender porque os novos delineamentos da estratégia propostos por Lênin não foram assimilados e aceitos pela maioria do partido. A prioridade era restabelecer a produção industrial e isso significava assegurar a alimentação dos trabalhadores urbanos. A criação da premissa material do socialismo tornou-se uma obsessão dos bolcheviques. As fábricas não podiam funcionar se o Estado não dispusesse de uma reserva suficiente de produtos alimentícios e combustíveis. Não havia como garantir essas reservas exclusivamente através dos mecanismos do mercado, dentre os quais o sistema comercial baseado no *chastinik*, o comércio privado. Então, frente à utilização cada vez mais frequente de pressões extra-econômicas, o próprio sentido, quer dizer, os limites da NEP, estavam em jogo.

Ao longo dos anos da NEP, o número de pequenas propriedades passara de 21.008.600 em 1916 para 25.095.900 em 1927, um aumento de praticamente 20%, enquanto a população no campo aumentara, no mesmo período, de 119, 2 milhões para 127,6 milhões. Nessas propriedades, onde imperavam métodos dos tempos faraônicos, os camponeses pobres conseguiam produzir um pouco mais comida para si mesmos, mas eram incapazes de gerar excedentes. As cooperativas cresciam, por outro

⁵ Lênin passara, desde o início de 1923, a vislumbrar a aliança entre os operários e o campesinato pobre como a nova estratégia política, como se pode ler no artigo “Sobre as cooperativas”. Escrito em de janeiro, esse texto veio à luz no Pravda, em 26 e 27 de maio de 1923.

lado, de modo exasperadamente lento.⁶ Conclusão inevitável: os alimentos tinham de vir das fazendas dos camponeses ricos, dos *kulaks*. Mas em face de bens industriais escassos e caros, os *kulaks* passaram a especular com o preço dos cereais. Entre 1924 a 1928 as crises de fornecimento de alimentos se sucederam e intensificaram. Os anos da “batalha do trigo” (1928-29) – caracterizada pela diminuição da entrega de trigo e centeio, especulação, requisição forçada, atos terroristas contra ativistas e instituições soviéticas e, principalmente, de queda da produtividade nas propriedades dos *kulaks* – deixaram patente que a Nova Economia Política (NEP) estava definitivamente acabada. Então, em fins de 1929 e começos de 1930, sem qualquer mudança no discurso leninista, o partido deu uma violenta guinada na sua política e iniciou a coletivização. Que, nestas circunstâncias, somente poderia ser levada a termo através de uma brutal coerção.

A coletivização

Coletivização plena foi, segundo Fábio Bettamini, uma política destinada a provocar uma ruptura entre dois mundos: o mundo imóvel, atrasado e paroquial do camponês disposto a considerar o *kulak* como modelo e o novo mundo do campo coletivizado, no qual o camponês seria conquistado para trabalhar no *coléts* (fazenda coletiva) segundo as metas do plano quinquenal. Mais do que viabilizar a economia agrária, o secretariado político do partido comunista da União Soviética, sob a liderança de Stálin, tinha em mente submeter o campesinato e a potencial ameaça contra-revolucionária que o mesmo representava ao poder soviético nas cidades.

Algumas particularidades importantes no processo de coletivização precisam ser aqui registradas. Em abril de 1929, a XVI Conferência do Partido adotava os princípios da industrialização e da coletivização. A maioria da direita (o ponto de vista de uma política de concessões ao campesinato, representada, no comitê central, por Bukharin) submeteu-

⁶ Muitos militantes e dirigentes bolcheviques manifestavam certo desprezo diante do atraso técnico e cultural da imensa maioria do campesinato russo, inclusive sob a forma do “obreirismo”, bastante disseminado entre os membros da Oposição Operária e nas bases do partido.

se. De acordo com a XVI Conferência, a coletivização deveria abranger, em cinco anos, 26 milhões de hectares ou 17,5 % das terras cultiváveis e contribuir com 15,5% da produção de cereais.

Mas Stalin e o Secretariado Político decidiram alcançar mais rapidamente as metas, numa evidente radicalização à esquerda que implicaria o uso da violência do Estado em larga escala. No dia 5 de janeiro de 1930, o comitê central reviu sua posição, e estabeleceu a completa coletivização das regiões mais importantes num prazo máximo de um ano e meio. Em cinco meses, mais da metade do total das propriedades camponesas havia sido submetida ao controle público.

A coletivização, para ser bem sucedida, deveria contar com a convicta participação dos camponeses. Contudo, a organização do Partido no campo era muito frágil. Por volta de 1928, o Partido dispunha de 23.458 células, com uma média de pouco mais de 10 membros, as quais não conseguiam reunir mais do que um terço dos cerca de 72 mil soviets rurais da URSS. Ora, isso não passava de uma “gota no mar” de 120 milhões de pessoas da população rural soviética. Apesar da posição defendida por Lenin de que o campesinato pobre deveria ser a base de sustentação do poder soviético no campo, o Partido não dedicara maior atenção a esse trabalho.

Diante das limitadas bases de apoio do Partido no campo, o terror vingou como método mais usado. Isso significou prisões, deportações, expropriação dos bens, humilhações, obviamente além do que seria admissível segundo a diretiva da expropriação dos camponeses ricos, a chamada *deskulakização*. Os camponeses médios, a burguesia urbana, a igreja foram igualmente atingidos. Em julho de 1930, a expropriação atingia 191.035 fazendas de kulaks e 77.795 famílias tinham sido deportadas até o final daquele ano. Mesmo assim, houve enorme resistência, manifestada principalmente pela liquidação sistemática dos rebanhos. Nas palavras de Bettamini, foi um processo de proporções bíblicas. Para uma estimativa quantitativa do fenômeno, vejam-se os dados da tabela a seguir:

Gado em milhões de cabeças							
	Anos					Diferença em %	
	1916	1929	1930	1931	1932	1932 - 1916	1932 - 1929
Equinos	35,1	34	30,2	26,2	19,6	44,2	42,4
Bovinos	58,9	68,1	52,5	47,9	40,7	30,9	40,2
Ovinos	115,2	147,2	108,8	97,7	52,1	54,8	64,6
Suínos	20,3	20,9	13,6	14,4	11,6	42,9	44,5

Fonte: *Fábio Bettamini, 1981.*

Além disso, a fuga dos colcoses e os atos de terrorismo seguiram-se à tentativa de coletivização forçada e assumiram, no Cáucaso setentrional, a forma de rebelião. Ainda segundo Bettamini, ocorreram episódios de rebelião armada na Transcaucásia e Ásia central.

Os insucessos na colheita refletiram o fracasso da política de coletivização: os números caíram de 71,7 milhões de toneladas de cereais em 1929 para 65 em 1931 e 69,9 em 1932. A produção de carne, em razão da matança em massa dos animais, diminuiu em 1.797 mil toneladas, no mesmo período.

A queda da produção e a carestia conjugaram-se para gerar uma epidemia de fome, com maior intensidade na Ucrânia, Cáucaso setentrional (sobretudo no Kuban), nos baixo e médio Volga e no Casaquistão. As estimativas sobre o custo em vidas humanas são divergentes e, sua magnitude – que oscila entre um milhão e 10 milhões de pessoas mortas de inanição – deixam patente tanto a falta de dados quanto o viés ideológico das análises. Segundo Bettamini, um demógrafo descobriu um déficit na taxa de crescimento demográfico, entre 1927 e 1939, da ordem de 5,5 milhões de pessoas. Mas as migrações e a queda da natalidade ligada à urbanização também desempenharam, ao lado da carestia, um papel importante na explicação desse déficit. É provável que a fome tenha alcançado uma cifra expressiva e que as execuções em massa e principalmente deportações para os campos de trabalho – onde a maioria dos prisioneiros terminou os seus dias – tenham aumentando ainda mais os números da tragédia da coletivização.

O fracasso da política agrária não poderia deixar de provocar uma reação dentro do Partido. Mas a liderança direitista (Bukharin, Tomsky e Rykov) recusou-se a agir contra Stálin, porque lhes era impensável lançar-se contra o Partido com o apoio do campesinato. Em resposta a esta ameaça, Stalin conseguiu o desligamento dos oponentes e o Secretariado Político tornou-se um aparelho exclusivamente estalinista.

O terror marcou a história deste período. Mas nenhuma forma de dominação se impôs durante muito tempo apenas pelo emprego da força. Assim, na URSS, se a repressão aparecia como uma necessidade para eliminar os “inimigos do povo”, eram necessários, por outro lado, exemplos positivos. Esses exemplos existiram e numa escala que os críticos não poderiam supor. Dentre muitos, o terror estalinista selecionou alguns para transformá-los, através da propaganda, em mitos de heroísmo na edificação do socialismo. Um deles é o mito dos filhos do comunismo, construído pela burocracia estalinista sobre o terreno de um evento dramático; esse evento envolveu a família Morosov, e aconteceu em Gerasimkov, aldeia da cidade de Tavda, nos Urais, na fase inicial da coletivização das propriedades camponesas.⁷

Pavlik Morozov tinha 12 anos quando foi assassinado, em 6 de julho de 1932, no bosque de Gerasimkov. Qual é a versão oficial do evento? Gerasimkov era um campo de trabalho para os deportados, dentre os quais existiam alguns mais ricos. O pai de Pavlik, presidente do Conselho da localidade, usava essa prerrogativa para vender documentos para os exilados que desejavam voltar a Kuban.⁸ O filho perguntava por que ele fazia isso e encontrava a resposta “isso não lhe interessa”. Além disso, o pai roubava grãos e carne. Denunciado pelo filho, o homem foi julgado com outros quatro daquela região e condenado a 10 anos de trabalhos forçados num campo de trabalho. Não se teve mais notícias dele. Houve mais de 50 pessoas presas. No julgamento público viram-se condenados à morte (ao que parece sem provas) 11 pessoas.

⁷ Segundo o documentário “Um jovem herói”, de Pekka Lehto (Kinnofinlandia e Aurora Filmes), exibido pela GNT no dia 13 de julho de 2000.

⁸ Na província do Kuban, a resistência do campesinato a entregar os cereais teria contado com o beneplácito das organizações do partido. No jornal Prava, de 24 de novembro de 1932, há referências explícitas à repressão contra os colcoses e o próprio partido no Kuban; o expurgo dos quadros chegou a atingir 45% dos inscritos. A esse respeito, ver Bettamini, 1981.

Algum tempo depois, o governo estalinista percebeu a oportunidade de transformar o evento num episódio exemplar. O início do processo da criação do mito foi converter Pavlik em herói, para dar aos pioneiros comunistas o exemplo da luta contra os kulaks e da abnegação da vida em prol da coletivização, etapa necessária do socialismo. Seu retrato estava presente em todas as salas de aula e os grupos de pioneiros disputavam levar seu nome. Pavlik personificou as mudanças na vida do povo russo sob a coletivização e tornou-se o exemplo da lealdade ao Estado.

Nos anos 30, a reforma do código penal abriu a possibilidade da aceitação de denúncias de menores. Em 1935, o cineasta Serguei Eisenstein iniciou, solicitado pelo PCUS, um filme sobre o caso de Pavlik, o pioneiro. Ele considerou-o um dos conflitos mais marcantes da URSS, mas deu-lhe um sentido trágico. Eisenstein presenciou a destruição e a reconstrução da igreja como um clube, no qual se ergueu a Casa de Cultura que levou o nome de Pavlik Morosov. O filme acabou sendo destruído.

Muito tempo depois (por volta de 1954), foi erguido em Tavda um monumento em memória do menino. Procissões de pioneiros eram regularmente feitas ao local da cripta construída no meio do bosque de Guerasimkov. Construíram também um parque em seu nome na capital, Moscou. Foi talvez a primeira experiência de “revolução cultural”, o ensaio do que viria mais tarde a ser a estratégia de luta de Mao Tsé-Tung contra a ala direita no Partido Comunista da China

O caráter grotesco da farsa se evidencia nas 35 versões diferentes da história criadas na URSS. A fotografia original foi falsificada. Enfim, um pesquisador, Maslov, graças ao estudo do processo judiciário número 794, pôde estabelecer uma versão mais próxima da realidade.

A tragédia pessoal de Pavlik Morosov começou quando o pai abandonou a família e deixou a esposa Tatiana sozinha com seus quatro filhos. Pouco depois o sogro pediu o terreno que havia dado como presente de casamento. Isso significava, nas condições da época, condenar a família à morte por fome. Então aconteceu o episódio que serviu de fio condutor à tragédia. O pai devia fazer o pagamento de impostos em espécie, mas o produto não foi encontrado pelos inspetores. Pavlik contou-lhes que o produto do imposto se encontrava na casa do avô, onde agora o pai morava. O ódio pelas perdas alimentou um profundo ressentimento contra o meni-

no e motivou a sua eliminação. No tribunal, o avô declarou-se culpado de um conflito por causa de terras! Maslov não encontrou no processo 794 nenhum relatório com acusações de Pavlik contra seu pai. Concluiu, então, que o evento se tratou de uma tragédia pessoal a envolver um menino camponês, simples, que mal sabia ler e escrever e seu irmão menor, Fedya, tragédia politizada pelo regime estalinista.

O mito começou a ser desconstruído a partir de 1988, no contexto da *Glasnot*. Neste ano, a revista *Yunost* publicou um artigo apresentando Pavlik como símbolo da traição ao próprio pai, aos valores da família e do indivíduo em prol do Estado. No ano seguinte, o parque foi removido, a estátua derrubada e a terra devolvida à Igreja Ortodoxa. Pavlik Morosov continuava a ser alvo de manipulação, apenas agora em sentido oposto, demonizado pelos que haviam acabado com a URSS. Apenas recentemente começou-se a perceber que ele não foi nem herói do comunismo, nem traidor do pai, mas apenas um garoto miserável e talvez estúpido, uma vítima de seu tempo.

O socialismo de Estado

A imposição dos *colcozes* abriu caminho para a constituição de um “mercado de trabalho” capaz de dar arranque da industrialização pesada, segundo os objetivos e metas do primeiro plano quinquenal. O novo operariado era visto com muita desconfiança pelos dirigentes do partido. A desconfiança em relação a esses operários oriundos do campo tinha aparentemente suas justificativas nos métodos da coletivização. Entretanto, a falta de tradição operária tornou-se uma justificativa permanente para a planificação social da produção e da distribuição da riqueza organizada pela burocracia, em detrimento da participação da classe operária.

A experiência da planificação teria sido outra com a participação dos operários, na condição de produtores e de consumidores. Ao invés da ação consciente das massas de trabalhadores capazes de identificar qualidade e custos dos produtos, preferência e quantidade de bens, o plano era expressão de uma estatística social permanentemente distorcida pelas limitações da burocracia e dos interesses de poder entre seus múltiplos seg-

mentos. Mais tarde, diante da falência da planificação, os mecanismos de mercado acabaram por impor-se, não oficialmente, mas através do mercado negro, e se instituiu, assim, uma economia dual.

Quais foram, em linhas gerais, a relação entre classe operária e burocracia, na sociedade soviética?

De acordo com Victor Meyer, ao longo dos anos 20, principalmente a partir de 1925, quando a produção industrial se equiparou à agrícola, teve curso o enquadramento dos sindicatos na lógica da acumulação sob a planificação. Escalas diferenciais e taxas de salários, pagos por produção, foram apresentadas como emulação socialista do trabalho. Os sindicatos tinham também uma função de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores. Mas o seu comprometimento, a partir de 1926, com a política governamental de aumentar a produtividade e assegurar o êxito do plano quinquenal, tornava esta função praticamente letra morta.⁹ A burocracia impôs uma disciplina de trabalho rígida e impediu a mobilidade da força de trabalho. Nos processos de trabalho instituiu-se o “estakanovismo”, isto é, métodos de intensificação do trabalho e pagamento segundo os resultados - o sucedâneo soviético do taylorismo.

A resistência dos trabalhadores, embora molecular, manifestou-se de modo generalizado no absenteísmo, na indisciplina e nos atrasos; as atitudes dos gerentes das fábricas envolveram outro tipo de problemas, como demissões sem autorização e demanda excessiva de força de trabalho. Para refrear estes processos, o governo instituiu, ao longo dos anos 30, uma legislação punitiva que incorporou e ampliou sucessivamente o conceito de crime político.¹⁰

⁹ O ano de 1926 foi o único em que os sindicatos conseguiram aumento acima da produtividade.

¹⁰ Victor Meyer, 1995. É neste contexto que se desencadeou a grande onda de terror contra os sobreviventes da velha guarda bolchevique do partido, episódio conhecido como os expurgos dos implicados nos processos de Moscou de 1936-38. O assunto será apresentado e discutido no próximo tópico.

Nenhuma sociedade pode funcionar, a longo prazo, submetida a uma coerção contínua. De fato, a participação no esforço de industrialização acelerada, sob orientação dos planos quinquenais, teria de ser acompanhada de benefícios materiais. As campanhas estakanovistas tinham de trazer ganhos concretos, mesmo que para uma parte pequena do proletariado. Além de projetar um ideal de futuro, capaz de justificar os sacrifícios e a desigualdade do presente em nome dos benefícios vindouros, as campanhas serviram, simultaneamente, aos propósitos de disciplinar a força de trabalho e impedir a solidariedade de classe. A esse respeito Deustcher escreveu o seguinte:

O braço forte da burocracia impôs-lhes (aos operários) a disciplina de trabalho stalinista: a burocracia, e só ela, determinou a orientação da política econômica, as metas dos Planos Quinquenais, o equilíbrio entre bens de produção e bens de consumo e a distribuição da renda nacional. A burocracia sozinha fixou as escalas diferenciais e as taxas de salários, criando um abismo entre camadas superiores e inferiores. A burocracia puxou os cordões por trás das campanhas stakanovistas e, sob o pretexto da emulação socialista, colocou operário contra operário e destruiu a sua solidariedade. E, sob as ordens de Stalin, foi a burocracia, auxiliada pela aristocracia do trabalho, que conduziu uma cruzada frenética e incansável contra o instintivo igualitarismo das massas.

A necessidade do controle burocrático aumentou com as limitações técnicas e humanas da industrialização. Talvez tenha sido a experiência da guerra, porém, que, ao distender ao máximo essa necessidade, propiciou, contraditoriamente, a iniciativa das massas operárias. Alexander Werth afirma, em sua obra sobre a Rússia na guerra, que o crescimento industrial sob a planificação sofreu uma brutal descontinuidade com a invasão nazista da URSS. A guerra provocou um desequilíbrio social e dispersou, com o deslocamento físico das indústrias de base e de armamentos para a parte leste do país, os contingentes operários formados na primeira onda da industrialização. Ainda assim, a experiência lograda nos primeiros anos permitiu uma rápida recuperação nos termos de um esforço de guerra. O proletariado desempenhou, então, um papel de retaguarda decisivo para a contra-ofensiva do Exército Vermelho e o desfecho vitorioso de 1945.

Com o fim da guerra mundial seguiu-se um uma acelerada fase de reconstrução econômica. Nos anos cinquenta, afirma Isaac Deutscher, a URSS conheceu a maior fase de crescimento e desenvolvimento, com a incorporação da instrução técnica, do desenvolvimento da cultura e da educação das massas, das conquistas científico-tecnológicas decorrentes da “guerra fria” com os Estados Unidos da América, quando o homem e a mulher soviéticos alçaram-se ao espaço cósmico. Tudo isso aconteceu sem que se criassem as condições do operariado adquirir experiência como classe. A desestalinização promovida na “era Krushev” superou as formas mais agudas da desigualdade, como o fim do stakanovismo e seu sistema de emulação através da taxa progressiva por peça, o aumento salarial para as categorias mais baixas, a abolição das taxas de instrução. Retomou-se, enfim um igualitarismo que expressava a pressão vinda de baixo, das fábricas. Entretanto, os debates sobre a “era estalineana” ficaram confinados ao Comitê Central do Partido, e deram origem ao paradoxo de uma abertura na cúpula e de manutenção da rigidez na base, ainda que sem a brutalidade característica da era estalineana. Não houve renovação das instituições com a participação dos trabalhadores. A experiência coletiva e autônoma de se debater livremente problemas, através da disseminação de opiniões e da manifestação aberta de interesses, não pôde acontecer, uma vez que as instituições (os sindicatos, o partido, os soviets) continuaram sob controle burocrático.¹¹

O estalinismo e o terror: por que?

Estalinismo foi um sistema de governo compreensível à luz das circunstâncias históricas acima descritas. Os métodos brutais, usados durante a guerra civil e na questão das nacionalidades, generalizaram-se progressivamente, no âmbito da URSS, na medida em que o monopólio de poder na sociedade soviética tornou-se sinônimo do domínio de Stálin. De fato, a partir de 1927, após a expulsão de Trotsky – seu principal antagonista – Stalin passou a conquistar cada vez mais poder dentro do partido e, portanto, no Estado e na sociedade. A transformação do partido em instrumento executivo da política Stalin e dos membros que lhe eram abso-

¹¹ Deutscher, 1968a.

lutamente fiéis, no Secretariado Político e na Polícia Política, aconteceu nos anos iniciais da década de 30. A partir do assassinato de Kirov, em fins de 1934, Stalin passou a exercer uma forma de ditadura pessoal; este é o sentido histórico da palavra estalinismo.

O processo remonta à fase inicial da coletivização e do primeiro plano quinquenal, dada a reação do partido contra Stalin. A oposição dentro do partido existia tanto no campo como nas cidades.

Os militantes ressentiam-se com a resistência dos trabalhadores ao “stakhanovismo”, manifestada na destruição de máquinas e ferramentas, na “sabotagem” e em casos de ataque e assassinato de stakanovistas. Tudo isso acontecia num quadro de escassez e de aprofundamento das desigualdades sociais.

O fracasso inicial da coletivização, por outro lado, fez renascer a oposição dentro do partido. Propostas de suspender a coletivização e democratizar o partido, redigidas na *Carta de um velho bolchevique*, assumida por Riutin, mas cuja autoria atribui-se a Bukharin, circularam, em 1932, entre os militantes. A tentativa de Stálin de condenar, à morte, Riutin, tinha de afetar o partido, em virtude da tradição bolchevique. Para Bettamini, estabeleceu-se, naquele momento, uma fratura entre o grupo dirigente e os quadros intermediários. Stálin conheceu a derrota dentro do próprio Secretariado Político, graças aos votos de dirigentes como o jovem membro estalinista, Serguei Kirov.¹²

Talvez nesse momento Stalin e um grupo restrito de militantes tenham percebido que a revolução somente poderia seguir se deixasse para trás os bolcheviques da velha guarda, companheiros de viagem marcados por uma concepção superada pela história. Ao final do primeiro plano quinquenal, em 1934, a conquista das metas na indústria pesada estimulou a busca da superação do estado de exceção em que a sociedade soviética se encontrava. Os militantes sentiam ter conferido ao Secretariado Político e a Stalin, secretário-geral, poderes extraordinários para uma situação críti-

¹² Kirov tinha sido destacado para suprimir a influência de Zinoviev e dirigir o Partido em Leningrado. Desempenhou esse papel mas não deixou de ser influenciado pelas bases e pelo impulso à maior liberdade, que vinha do proletariado fabril.

ca. Deu-se uma liberalização acanhada, principalmente em Petrogrado e nas cidades industriais; Kirov era um dos expoentes dessa liberalização.¹³ Stalin e a sua facção sabiam que isso significava mudança de comando. Evitar essa mudança implicava em eliminar qualquer possibilidade de oposição dentro do Partido. É assim que se chegou ao assassinato de Kirov e daí aos Processos de Moscou, um caminho monstruoso para manter o mesmo grupo no poder, em nome da preservação do socialismo. Para Deutscher, um socialismo “do alto”, imposto pela força, teria de usar métodos excepcionais.

O intuito verdadeiro e mais amplo de Stalin foi destruir os homens que representavam a possibilidade de dar ao povo outros tipos de governo diferentes do seu. (...) Desde o início ele identificou qualquer tentativa ou mesmo qualquer idéia de se criar um outro governo com a contra-revolução. (...) O que se precisa esclarecer agora é a razão que levou Stalin a alcançar esse objetivo em 1936.

Deutscher argumenta que o descontentamento popular era demasiadamente amorfo para representar um perigo imediato e que a oposição dentro do partido sentia-se incapaz de tomar uma atitude. Apenas uma grande desordem, que envolvesse a máquina do poder, poderia dar à oposição as forças necessárias para confrontar Stalin – uma nova guerra mundial. Essa ameaça teria ganhado substância na invasão da Renânia pelos exércitos de Hitler, em 1936. A política apaziguadora da Inglaterra deixava entrever suas esperanças de lançar o militarismo alemão contra a Rússia e deu plausibilidade a um quadro de ameaça para a sociedade soviética.¹⁴

Não se pode esquecer que a ideologia socialista exigia uma justificativa para o genocídio. Traição era uma acusação cabível e foi como traidores que os velhos bolcheviques acabaram sendo executados. Para tanto foi criada a atmosfera adequada a uma situação de conspiração política; a saber, expulsões em massa (expurgos), prisões, processos e julgamentos.

¹³ De acordo com Deutscher, 1970a, Kirov, Voroshilov, Rudzutak e Kalinin eram “liberais”; Molotov e Kaganovitch, da “linha dura”.

¹⁴ Deutscher, 1970a. G.D.H. Cole afirma ter sido a remilitarização da Renânia por Hitler um passo decisivo no caminho para a guerra mundial.

Deutscher estabelece a cronologia dos processos: em agosto de 1936, Zinoviev, Kamenev, Smirnov e outros 16; seguiram-se os processos Pyatakov, Radek e outros 17, em janeiro de 1937; e, em junho de 1937, os oficiais do Exército Vermelho, tendo à frente o marechal Tukachevski; em março de 1938, Rikov, Bukharin, Kretinski, Rakovski e outros 21.

A escala do terror é de uma grandeza difícil de estabelecer, a ponto de sugerir um quadro de desvario coletivo. As grandezas oscilam, por falta de fontes confiáveis.¹⁵ A amplitude do terror do Estado deixaria patente uma situação de repressão descontrolada.¹⁶ Fugindo, contudo, a esta perspectiva nitidamente conspiratória, deve-se tentar, diante dos fatos, subentender a lógica que os encadeou. Essa lógica é política e teve a ver com a consolidação do grupo estalinista no poder; nas circunstâncias da imposição do socialismo “desde cima”, isso implicava o uso do terror. A interpretação dos fatos sob essa lógica significa tanto cálculo quanto aposta, pois a história não cessou de irromper na realidade, apesar do controle totalitário exercido pelo secretariado político e a polícia política.

Apenas uma parte dos processos foi pública. O grosso dos expurgos e condenações aconteceu sem publicidade, muitas vezes sem qualquer julgamento. A amplitude dos processos pode ser imputada às relações diretas

¹⁵ Stéphane Courtois e Robert Conquest oferecem, a esse respeito, um ponto de vista liberal e anticomunista. Apesar da pretensão de realizar um estudo histórico, suas obras pecam exatamente pela falta de apego aos fatos; quando se baseiam em fatos, interpretam-nos como expressão da vontade política dos dirigentes do partido. Não se faz propriamente uma análise histórica. A falta de dados é uma grave limitação desses estudos, o que também compromete outras obras, inclusive da esquerda, a exemplo da de Roy Medvedev, *Let History Judge* (1972) e Anton-Antonov-Ovsjenko, *The Time of Stalin* (1981), citados por Ernest Mandel.

¹⁶ Segundo Conquest, as estimativas de prisioneiros detidos oscilam de um a oito milhões de pessoas! Aproximadamente 850 mil membros do partido teriam sido expulsos entre janeiro de 1937 e junho de 1938. As execuções teriam alcançado no mínimo 10% dos “inimigos do povo” detidos, o que nos levaria a diferentes números, conforme a estimativa dos detidos. Foram mortos não apenas membros do partido e sim também seus parentes e amigos, às vezes cientistas, técnicos, outras vezes padres, exkulaks e até ex-guardas brancos já anistiados, oficiais das forças armadas, radioamadores. As acusações de participar da conspiração direitista-trostkista e de espionagem em favor do nazifascismo teriam permitido o enquadramento indiscriminado de suspeitos, graças aos quais os responsáveis dos aparelhos repressivos puderam responder às pressões oriundas de cima, em última análise do Secretariado Político. Nos campos de trabalho da Sibéria, devido ao excesso de trabalho e rações alimentares insuficientes, teriam morrido, de acordo com Robert Conquest, mais dois milhões de pessoas; Courtois e outros criticam Conquest por superestimar o número de vítimas.

e indiretas dos acusados, vistos também sob a ótica da eliminação de possíveis testemunhas e vingadores entre os adeptos das vítimas.

Em sua biografia de Stálin, Deutscher observa que o terror cria um círculo vicioso, pois a conspiração gera uma instabilidade na qual poucos dos que a comandam acabam por sentir-se seguros de sua situação. Assim, a reação contra o terror começou dentro da própria facção estalinista, provavelmente como expressão do conflito entre Stalin e Ordjonikizde, fiel companheiro durante anos, mas que se opusera ao sacrifício de seu substituto Piatakov que, juntamente com outros líderes industriais do Partido, estavam incluídos no processo de janeiro de 1937. A morte repentina e inexplicada de Ordjonikizde, estaria, por sua vez, na raiz da revolta de Rudzutak, um dos chefes da facção estalinista, vice-primeiro ministro e líder dos sindicatos. A história é bastante nebulosa, mas há outra versão que aponta para uma conspiração iniciada pelos chefes militares, com Tukachevski, Gamarnik e outros; eles foram executados em processo secreto em 12 de junho.

Atrás de todos os processos públicos, um réu ausente: Leon Trotski. Assim, todas as confissões iriam ressaltar a liderança incontestada de Stálin, e, no final, culpar esse um grande “inimigo do povo”.¹⁷ O mesmo Deutscher, em sua biografia de Trotski, transcreve a seguinte declaração de um dos condenados, Ivan Sminorv:

¹⁷ Trotski teve um papel fundamental na conquista e consolidação do poder soviético, nos anos 1917-21. Ele dirigiu o Exército Vermelho desempenhou um papel importante na reconstrução da economia devastada pelas guerras mundial e civil. Lenin, na *Carta ao congresso*, traçou um perfil dele e manifestou preocupações com a instabilidade e a possibilidade de uma cisão no partido por conta das relações entre Stalin e Trotski. O primeiro havia concentrado poder em demasia e Lénin, por saber que era intolerante, desleal, caprichoso, não tinha segurança de que soubesse utilizá-lo com suficiente prudência. Trotsky, apesar de ser talvez o homem mais capaz do Comitê Central, era excessivamente orgulhoso e se deixava levar pelo aspecto puramente administrativo dos assuntos. Lénin advertiu o Comitê Central de não culpar a Trotski por seu passado menchevique. Trotski recusou-se a assumir a liderança do Partido no lugar de Lénin e optou, em 1923, por colocar-se na oposição dentro do partido. Expulso em 1927, continuou a exercer uma influência junto à velha guarda bolchevique até 1934, quando praticamente deixa de existir qualquer oposição organizada ao estalinismo. Em 1940, foi brutalmente assassinado por um agente da polícia política soviética no México, onde se encontrara exilado.

*Não há outro caminho para o nosso país senão este que está trilhando hoje, e não há nem pode haver outra liderança senão aquela que a História nos deu. Trotski, que nos envia orientação e instruções sobre o terrorismo e considerado nosso Estado como fascista, é um inimigo. Está do outro lado da barricada.*¹⁸

É importante assinalar também que o primeiro processo – o de Zinoviev e outras 16 pessoas – ocorreu pouco depois de ter a Frente Popular chegado ao governo, na França. Deutscher afirma que esse foi um jogo político hábil de Stálin, pois assim chantageou o movimento operário e a intelectualidade da esquerda ocidental, que o consideravam aliado, contra Hitler. Essa jogada era parte fundamental da política externa soviética, que já então considerava as lutas de classes nos países europeus sob a ótica da proteção de suas fronteiras. Mas aquelas vozes e movimentos contrários caíram sob o látego da repressão política, usando-se, para isso, a Internacional Comunista como instrumento.¹⁹

Em 1921, uma delegação da CNT viajou para Moscou a fim de participar de congresso da federação comunista mundial dos sindicatos. Durante o período do congresso, a CNT sofreu uma violenta repressão na Espanha. As posições internas radicalizaram-se em consequência da perda de várias lideranças e um congresso deu instruções para que a delegação em Moscou não firmasse nenhum acordo. A maioria, dentre os quais se destacou Andrés Nin, encantada com a experiência russa, recusou-se a seguir a orientação. Andrés, inclusive, permaneceu um tempo na Rússia, trabalhando na federação e em seguida com Trostky. Estes setores pró-

¹⁸ Deutscher, 1970a. Smirnov era um operário que, no comando do V Exército Vermelho, derrotara o general contra-revolucionário Kolchak na guerra civil. Um dos integrantes da Oposição nos anos 20, ele havia se retratado e voltara ao governo; mas em 1932, aderiu à proposta de Riutin de afastar Stálin em 1932, e assim, ao reafirmar, sua postura oposicionista, viu-se preso, julgado e condenado.

¹⁹ Durante a guerra civil espanhola (1936-39), foram executados dirigentes comunistas espanhóis, como Andrés Nin, do Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM). Pereceram também refugiados do nazifascismo residentes na URSS que tivessem mantido, no passado, quaisquer ligações com facções do partido bolchevique; entre esses se incluíam Bela Kun – líder da revolução húngara de 1919 e membro da Internacional Comunista – Remmele e Neumann – do partido comunista alemão – e quase todos os integrantes do comitê central do partido comunista polonês.

bolcheviques dos movimentos anarquistas (e também socialistas) do movimento operário deram origem ao Partido Comunista Espanhol.²⁰

Em 1922, sob a direção de Bullejos, Anguiano, Hurtado, Gorkin, Arroyo, Jules Humbert-Droz (instrutor da Internacional Comunista) e outros, constituíam um pequeno agrupamento de 5.000 membros, com bases entre os mineiros de Astúrias e Vizcaya. Nesse ano, depois da violenta greve em Bilbao e da tentativa armada de resistência ao governo espanhol – então envolvido com a ocupação militar de Marrocos – a maioria do comitê central foi detida. Uma direção provisória, organizada por Maurín, também viu-se em seguida encarcerada. Tudo isso levou a Executiva da Internacional Comunista, em Moscou, proceder a uma investigação sobre a tática e a organização do PCE. Um comitê com a participação, entre outros, de Gramsci, Marty, Doriot e dos membros do secretariado da Internacional Andrés Nin, Humbert-Droz e Lozovsky, bem como de três representantes do PCE, Bullejos, Ibáñez e Gorkin, tomou a si o encargo da tarefa. A nova direção formada não foi, contudo, aceita por muitos comunistas espanhóis, que, assim, retornaram ao partido socialista.

O insucesso marcou a trajetória do Partido Comunista Espanhol que, segundo estimativas da Internacional, não chegaria a ter 3.000 membros, quando da proclamação da República, em 1931. Nesse momento os comunistas espanhóis encontravam-se, inclusive, profundamente divididos. Andrés Nin, regressado da Rússia, separou-se do PCE em virtude da perseguição de Stalin aos trotskistas. Fundou um pequeno grupo chamado de Oposição Comunista. Maurín, liderança de maior expressão no movimento da esquerda espanhola, expulso do PCE em virtude de seu antiestalinismo, constituiu o Bloco Operário e Camponês. Nin e Maurín tinham maior influência na Catalunha. Em 1936, as duas organizações unificaram-se no POUM – Partido Obrero de Unificación Marxista, considerado, pelos estalinistas, como um partido “trotskista”, por estar de acordo com a idéia da revolução permanente. No entanto, segundo Hugh Thomas, o próprio Trotsky, desde seu exílio na Noruega, condenara os dirigentes do POUM.

²⁰ As informações sobre a Espanha baseiam-se principalmente em Hugh Thomas (1967) Uma análise na perspectiva do POUM encontra-se na obra de Andrés Suárez (1974), basicamente uma introdução ao folheto «La represión y el proceso contra el POUM», impresso na clandestinidade por Ediciones del POUM, em 1938.

Durante a guerra civil espanhola, o POUM, ao lado dos anarquistas da Federação Anarquista Internacional e da Confederação Nacional do Trabalho, tentaram dar uma direção ao impulso revolucionário dos operários e camponeses e, em seguida, organizaram milícias em defesa do governo republicano – do qual, entretanto, descreditavam em razão de sua orientação reformista. Guerra e revolução não eram, para o POUM e os anarquistas, termos antitéticos.

Os anos da guerra civil – a última “guerra romântica” da história, assim denominada porque, segundo um dos que dela participaram ao lado dos anarquistas²¹, foi desencadeada por motivos ideológicos – caracterizaram-se por heroísmos e traições que até hoje marcam a consciência de todos aqueles envolvidos, direta ou indiretamente, nessa luta.²² Em fins de 1938, os remanescentes das Brigadas abandonaram a Espanha praticamente reconquistada pelos fascistas; em janeiro de 1939, caía Barcelona e em março, com a queda de Madrid, terminava a guerra civil.

Derrotadas em razão da superioridade das forças militares do franquismo, do isolamento internacional do governo republicano e da determinação dos comunistas em constranger as transformações sociais a seus objetivos reformistas (expressão da linha política de apoio diplomático à URSS), as milícias sobreviventes, e seus familiares, deslocaram-se em massa pelos Pirineus em busca de refúgio na França. Mas ao POUM reservou-se uma sorte diferente.

Para o governo republicano controlado pelo estalinista PCE, o POUM tornara-se um inimigo; demonizado como nazifascista, viu-se alvo da polícia política de Stalin, a GPU. Os fatos, brutais, são inequívocos:

²¹ Depoimento concedido por Nemésio Bediaga Lopez a Pedro Tortima e ao autor, em 18 de setembro de 1999. O sr. Nemésio é engenheiro e nasceu em Miranda del Ebro, província de Castilha, no dia 8 de julho de 1912.

²² Na passagem do ano 2000, o jornal O Globo publicou uma série de fascículos para tratar dos principais eventos do século XX. Encomendou textos a vários intelectuais, dentre os quais Leandro Konder, que assina o texto “Espanha, campo de ensaio para a Guerra Mundial”. No texto do escritor está omitido o papel dos anarquistas e do POUM na resistência ao fascismo e não se concede uma única frase à problemática relação entre guerra e revolução. Mas para benefício das novas gerações, Ken Loach resgatou-os no filme *Terra e Liberdade*, um testemunho desse processo - trágico, belo, inesquecível.

seqüestro e assassinato de seu principal dirigente, Andrés Nin, prisão, julgamento e, contra os demais dirigentes, perseguições, calúnias e infâmias.

Expurgos, perseguições, assassinatos precisavam ser vistas como medidas excepcionais, destinadas a assegurar os objetivos socialistas da revolução. Assim, Stalin e o grupo dirigente legitimaram o novo sistema de governo ao promulgar, em novembro de 1936, a nova Constituição da União Soviética. O texto era bastante democrático na letra, exceto num ponto essencial: a proibição constitucional de qualquer oposição. Na URSS somente havia lugar para um único partido e, neste, para apenas uma liderança.

Esta análise do estalinismo como sistema de governo impõe interrogações ao historiador. A primeira diz respeito ao comportamento dos militantes comunistas: por que não resistiram?

Para entender esse paradoxo, é indispensável debruçar-se sobre o papel do partido bolchevique nos anos que vão até os Processos de Moscou.

O partido comunista russo, constituído com o ingresso de centenas de milhares de membros impulsionados pela “maré” revolucionária de 1917-1918, tornara-se um partido de massas. De um número estimado, no início da revolução de outubro, entre 5 e 10 mil membros – um terço dos quais composto por intelectuais – atingiu aproximadamente 650 mil em 1921. Muitos, porém, eram arrivistas, usavam o partido para ocupar posições no governo. Compreende-se a importância da depuração do partido neste contexto: era indispensável tornar mais sólidas a adesão e a militância partidárias para enfrentar as tarefas políticas na conjuntura histórica da NEP. Esta era uma reivindicação comum de todos os grupos dentro do partido russo. Mas, ao mesmo tempo, naquele ano, diante da insatisfação das massas populares, visível nas greves operárias, levantes camponeses e na rebelião do Kronstadt, a maioria do partido reunida no X Congresso (março de 1921) decidiu, em nome da necessidade de garantir a unidade interna, proibir a formação de facções organizadas. A diretriz aplicava-se contra os “democratas centralistas”, o grupo Verdade dos Trabalhadores e Alexandra Kollontai, Schlyapnikov e outros membros da Oposição Operária.

A resistência aberta a esta decisão equivalia, naquelas circunstâncias, a uma morte política, a uma perda de identidade, pois fora do partido não havia nenhuma outra instituição capaz de agregar o ponto de vista de uma esquerda marxista. Deve-se lembrar que os dois partidos de oposição, os socialistas revolucionários (SR) e os mencheviques, em virtude da participação direta e indireta nos eventos de protesto contra o governo soviético, tinham sido proibidos de funcionar. Em 1920, a expulsão dos mencheviques, após uma perseguição marcada por uma brutalidade aterradoras, havia atestado o abandono da idéia de uma democracia soviética. De acordo com Deutscher, isso incluía, entre os mencheviques, a ala esquerda sob a liderança de Martov, que reconhecia a legitimidade histórica do regime soviético e contribuía para a consolidação do mesmo durante a guerra civil.

Ao agarrarem-se, no contexto de caos social, ao seu monopólio de poder e tentarem organizar a sociedade “de cima para baixo”, os bolcheviques tornaram-se também vítimas das vicissitudes do sistema de partido único: os conflitos sociais passaram a expressar-se dentro do próprio partido.²³

Eles haviam sido empurrados para esta situação absurda, mas havia outra alternativa senão aceitar essas circunstâncias?

*Os bolcheviques julgavam que seria o cúmulo da loucura, de sua parte, ter seus atos guiados pela voz de um remanescente desesperado da classe trabalhadora e pelos estados de espírito de maioria ocasionais que se poderiam formar dentro dos soviets.*²⁴

Apesar dos apaixonados ataques às posições adversárias que muitas vezes, nas lutas internas, não poupavam acusações pessoais e ameaças (os tempos eram assim), os membros do partido representavam uma comunidade de iguais. Entre eles havia, além da filiação teórica do marxismo, o passado comum forjado na clandestinidade durante o regime czarista, e, especialmente após a revolução, o companheirismo forjado nos duros e

²³ Deutscher, 1968a. Na *Carta ao congresso*, Lênin já expressa a consciência dessa situação ao referir-se aos riscos do aprofundamento das dissensões entre Trotski e Stalin para o futuro do socialismo na Rússia.

²⁴ Deutscher, 1968b.

violentos anos da guerra civil, no decorrer dos quais coragem, cálculo, impiedade e disciplina prevaleceram, ao final, sobre a perspectiva do aniquilamento conjunto do partido. A vitória nestas circunstâncias (nas quais a violência aparecia como uma necessidade histórica, parteira de uma nova ordem a ser instituída) e a concentração do poder nas mãos do partido criou um sentimento de unidade inquebrantável. O ideal permaneceu mesmo após a morte de Lenin, em 1924 e acompanhou o crescente poder de Stalin, que acabou por vencer a luta interna com Trostky, em 1926.

Sequer a submissão do partido ao *Derszhimorda*²⁵ modificou esse ideal. Os protagonistas da Oposição, como outros, depois, permaneceram no partido ainda durante todos os anos seguintes, e assistiram à liquidação de suas posições através do afastamento e da expulsão de inúmeros companheiros de idéias e lutas, pelo grupo estalinista.²⁶ A permanência de Nadezhda Krupskaja, companheira e viúva de Lenin, no Comitê Central do PCUS até o final de sua vida, em 28 de fevereiro de 1939, e o fato de ocupar um cargo pouco importante no Comissariado do Povo para a Educação, simbolizam as contradições a que aludimos.²⁷

²⁵ *Derszhimorda*, personagem de uma das obras de Gógol, sinônimo de abuso e brutalidade, representado por um polícia, foi a expressão utilizada por Lenin nas notas taquigráficas intituladas *El problema de las nacionalidades o de la autonomía*, de 30 a 31/12/1922, ao se referir ao papel desempenhado por Stalin, Ordzhonikidze e Dzderzhinski na questão da “autonomia” da república da Geórgia. Usamos aqui o texto *Contra la burocracia*, dos Cuadernos de Pasado y Presente, de Córdoba, pois a edição moscovita das Obras escolhidas, de 1977, altera o texto em várias passagens e atenua, ou mesmo suprime, a linguagem cáustica de Lênin, como na passagem em que, ao invés de citar o personagem gogoliano, usa a expressão “el esbirro genuinamente ruso”.

²⁶ A esse respeito são ilustrativas a evolução e o destino dos principais líderes da antiga Oposição Operária. Schlyapnikov, principal dirigente operário do partido, comissário do povo no primeiro governo soviético e membro do comitê central durante muitos anos, juntou-se a Trotsky na luta contra Stalin. Durante os expurgos, foi preso e condenado e, em 1937, fuzilado. A sobrevivência de Alexandra Kollontai é um caso estranho: reviu suas posições por considerar que estavam em desacordo com a realidade. Mais tarde, após aceitar a linha estalinista, foi nomeada embaixadora na Suécia e sobreviveu, neste posto, ilesa. É importante destacar que, graças à coletivização, os velhos bolcheviques sentiram que o Partido dava uma virada à esquerda. Stalin provocou, com a nova política, um reagrupamento interno no partido e esvaziou o apoio às teses da oposição de esquerda (trotskista).

²⁷ De acordo com Conquest, Krupskaja colocou-se no papel de defensora das vítimas do estalinismo, apesar do pouco que pôde fazer. O poeta Jerzy Walencyk dedicou-lhe, em 1953, os seguintes versos: *Nadezhda Krupskaja não mais protegerá/os inocentes, os moribundos, os executados como ratos.*

Havia nisso tudo uma crença de caráter racional, sustentada na análise das contradições da sociedade soviética. Os velhos bolcheviques acreditavam que a correlação de forças dentro do partido fundamentava-se nas relações entre as classes na sociedade e na posição relativa do Estado no concerto internacional. Modificações nesse contexto impeliriam o partido para outro lado. Deve-se levar em conta, também, que muitos opositores haviam “capitulado” publicamente mas continuavam a fazer oposição clandestina e a enviar materiais sobre a situação na União Soviética para Trostki, no exílio. Até a instalação dos Processos de Moscou, entre 1936 e 1938, esta crença deu amparo à aposta de que Stalin não sobreviveria indefinidamente aos efeitos desastrosos de sua política. Mas os membros do partido não conseguiram (e nem poderiam, em virtude de seus próprios papéis e concepções) perceber como o fim da democracia interna, no contexto do monopólio da representação política dos interesses sociais, poderia acarretar a imposição da ditadura sobre o próprio partido.

Outra questão é a seguinte: por que os Processos de Moscou não afetaram a sociedade soviética? Isto é, por que não levaram a revoltas generalizadas?

Para entender a passividade reinante, devemos pensar na situação da URSS nos anos 30, ou seja, na situação de um país passando por uma transformação nunca vista sem a possibilidade de livre expressão política. O plano quinquenal significou a integração de milhões de pessoas, a grande parte oriunda do campo, nas fileiras do novo proletariado industrial. Acima, uma nova camada de dirigentes estava saindo das academias entre 1933 e 1938, e representava, segundo Deutscher, um ponderável contingente de meio milhão de administradores, técnicos, economistas e outros técnicos que vinham substituir os expurgados, com a vantagem de serem os filhos de uma geração criada sob o comando exclusivo do estalinismo. A oposição dentro do partido estava eliminada. O único centro de gravidade política do país era a Secretariado Político do PCUS. A estrutura toda do país gravitava em volta das diretrizes emanadas desse centro e executadas muitas vezes com o braço da polícia política.²⁸

²⁸ Deutscher, 1970a.

A vida das pessoas comuns, à margem desse centro, resumia-se ao trabalho e a driblar a escassez e a fome, como Victor Serge observou em suas memórias. Mas para assegurar a estabilidade, era mister que a fome não fosse generalizada, principalmente entre os operários das novas indústrias pesadas. Na avaliação dos resultados do primeiro plano quinquenal, visto, na época, com total ceticismo pelos economistas liberais, Cole ressaltou a importância de se ter estabelecido, nos anos iniciais da década de 30, uma estrutura de preços diferenciais para diversos grupos de consumidores, a fim de contornar uma potencial crise. A abertura de restaurantes e cafés nas fábricas, com a possibilidade de aquisição de alimentos, foi uma medida política decisiva nesse sentido. Trabalhadores jovens, homens e mulheres, sentiram os êxitos do primeiro plano como expressão de seu esforço, apesar da produtividade do trabalho ficar abaixo da alcançada no ocidente. Segundo Cole, a maioria dos trabalhadores era autenticamente idealista – e isto significava apoio ao governo e aceitação da falta de liberdade.

O cerco de Leningrado e o pós-guerra

Durante os anos finais da década de 30, a política exterior da URSS esteve fundamentalmente voltada para evitar uma guerra com a Alemanha nazista. O tratado de Munique não conseguiu impedir, contudo, o desastre. Os temores de Stálin confirmaram-se de maneira surpreendente.

A invasão da URSS pela Alemanha aconteceu em 22 de junho de 1941.²⁹ Logo nos primeiros dias, dois importantes centros industriais foram perdidos – Riga e Minsk. As tropas do exército nazista ameaçaram imediatamente as zonas industriais da Ucrânia central e oriental (Kharkov, Bacia do Don, etc.), além de Moscou e Leningrado.

As notícias da invasão desencadearam, em Leningrado, uma onda de comícios de massa. Nas duas semanas seguintes, grande número de trabalhadores apresentou-se para o voluntariado. Nas Usinas Kirov (ex-Putilov) 15 mil homens e mulheres inscreveram-se imediatamente para o

²⁹ O texto a seguir baseia-se na obra de Alexander Werth.

serviço militar, mas é claro que nem todos poderiam ser aceitos, pois a indústria era essencial. Reação diversa aconteceu em Moscou: houve pânico, possivelmente em decorrência de uma nítida avaliação errada das próprias forças; e o pânico atingiu seu auge no dia 16 de outubro de 1941, com a proximidade das tropas invasoras.

As derrotas sofridas foram duras. O rompimento da frente da Bacia do Don - apesar da mobilização de milhares de mineiros e dos esforços de 150 mil deles - representou também a perda da produção de 60% do carvão, 75% do coque, 30% do ferro-gusa e 28% do aço da União Soviética.

Então aconteceu uma verdadeira epopéia. Na segunda metade de 1941 e começo de 1942, o parque industrial foi removido da Ucrânia, Bielo-Rússia, Leningrado e Moscou - com os alemães praticamente às portas - e reconstruído no leste, na região dos Urais, do Volga, da Sibéria Ocidental e Ásia Central. O transporte, por trens, envolveu 1.523 empresas industriais apenas no período de julho a novembro de 1941.

Esse processo implicou uma crise e teve seus custos econômicos e humanos.

A queda nos índices de produção entre outubro de 1941 e agosto de 1942 quase levou a economia ao colapso; de todos os altos fornos, apenas 38% continuavam em ação em 1941. A média anual de emprego caiu de 31,2 milhões de pessoas em 1940 para 27,3 milhões no ano seguinte. A situação teve também efeitos catastróficos sobre a alimentação do povo.

Neste contexto, abriu-se a possibilidade de um novo rumo histórico na URSS, chance perdida pela fraqueza do núcleo dirigente. O próprio Krustchev teria reconhecido, no discurso secreto que proferiu no 20º Congresso do Partido Comunista, tal situação. Segundo Alexander Werth,

Em 1941, quando o Exército Vermelho cambaleou sob o primeiro ataque de Hitler, o vigor de Stalin fraquejou e ele ficou abatido e amuado em sua barraca. Poderia parecer que essa era uma oportunidade para os líderes do partido livrarem-se dele, mas, em vez disso, mandaram uma deputação a Stalin, a fim de implorar-lhe que retomasse as rédeas novamente. Dessa maneira, condenaram a si mesmo e ao país a mais doze anos de terror e de degradação.

Deutscher corrobora esta análise. Ele afirma – em *Ironias da História* – que os membros do Secretariado Político haviam insuflado a autoridade de Stálin

...muito alto e, dessa maneira, numa crise, sentiam que não tinham autoridade suficiente para tomar o seu lugar. Como a história da União Soviética foi uma só seqüência de emergências e crises, a facção estalinista esteve todo o tempo num impasse do qual era incapaz de sair; mesmo que, para tantos de seus líderes e membros, o impasse fosse a sepultura.

Os estalinistas não eram mais, nesse momento, uma facção, pois representavam o próprio partido, já expurgado de todas as demais tendências e do espírito democrático. Mas com o desenvolvimento da guerra (transformada em guerra “patriótica” contra o inimigo alemão quando da comemoração do 24º aniversário da revolução) novas forças entrariam em cena. Entre outubro e novembro de 1941, sob o impulso do espírito nacionalista de resistência, se franqueou o ingresso de qualquer soldado que se distinguisse no campo de batalha.

Por outro lado, após os desastres de Rostov, da ocupação da Ucrânia e da Bielo-Rússia, o Exército recuperou seu prestígio. Os militares perseguidos por Stalin retornaram das prisões, entre os quais Rokossovski, vítima dos expurgos no Exército em 1937-38. Os “comissários políticos”, dentre os quais os agentes da política política – a NKVD – tiveram seu papel diminuído e deu-se a reabilitação dos velhos militares comunistas.

Outro elemento importante foi o papel da participação da massa trabalhadora e dos quadros de base do Partido, como vimos no caso de Leningrado. A história da guerra na Rússia registra inúmeros episódios de heroísmo, como a resistência dos 28 de Panfilov, unidade antitanque que guardava a estrada de Volokalamsk, na interseção de Dubosekovo; ou o caso do capitão Gastello, que na primeira semana de guerra atirou o avião em chamas contra uma coluna de tanques alemães; e ainda o caso de Zoya Kosmodemianskaya, de 18 anos, membro da Juventude Comunista que incendiou um estábulo cheio de soldados alemães, foi presa, torturada e enforcada numa aldeia perto de Moscou nos negros dias de novembro de 1941. Ao lado deste heroísmo individual, houve uma resistência coletiva

muito importante, como na bacia mineira do Don e em Sebastopol que resistiu durante nove meses ao ataque nazista, em novembro de 1941. Mas nenhuma foi mais dramática do que a de Leningrado.

Imediatamente à invasão, 75 mil civis e 10 mil soldados empenharam-se voluntariamente na construção de fortificações e defesas contra o assalto das tropas germânicas. O cerco militar (acompanhado de bombardeio aéreo) aconteceu em setembro de 1941, em pleno inverno. Introduziu-se, dentro dos limites da cidade, um sistema de economia de guerra. Em novembro e dezembro as rações diárias de pão ficaram muitíssimo abaixo do mínimo necessário e praticamente existiam...no papel. Em consequência, a mortalidade por inanição adveio inevitavelmente; em novembro, morreram 11 mil pessoas, em dezembro, 52 mil, número equivalente à taxa anual de mortalidade em condições normais. No primeiro mês de 1942, o número subiu para 120 mil pessoas; ao todo, 900 mil pessoas morreram.

Apesar das condições dramáticas, não aconteceu nenhuma sublevação. Exceto casos isolados, o comportamento coletivo mostrou-se exemplar, sinal de que as tradições estavam ainda vivas na consciência da população.

Os membros da Juventude Comunista, principalmente as mulheres, tiveram um papel importante. O moral, mesmo sob as mais desoladoras condições do auge da fome, era mantido por todos os meios. Exemplo disso foram os inúmeros espetáculos teatrais, realizados com destemor durante todo inverno, por atores a desmaiar de inanição e, tal como a platéia, vestidos com o que quer que fosse capaz de proporcionar-lhes um pouco de calor. O Komsomol (a Juventude Comunista) organizava *bytovyie otriady* (equipes da vida diária) compostas de milhares de jovens que auxiliavam a população a resolver seus problemas. Essas equipes consistiam de mil jovens, acrescidos de 500 ou 700 ajudantes temporários freqüentemente recrutados no próprio bairro.

O trabalho mais penoso, além do enfrentamento militar do cerco, era o das indústrias, pois o grosso dos equipamentos já tinha sido transferido para o leste. E como Leningrado não mais dispusesse de energia elétrica, os operários adaptaram, aproveitando sua experiência fabril, um sistema

artesanal de geração de eletricidade baseado em pedais. Para garantir o funcionamento nas condições de cerco, o trabalho dividiu-se em pequenas unidades, com pessoal e equipamento próprios; o trabalho nas fábricas ficava na zona de fogo do inimigo.

A determinação de toda uma população de resistir até o limite de suas vidas manifestou-se na seguinte determinação do ativo do Partido em Leningrado, realizado no dia 20 de agosto de 1941:

Ou a classe operária de Leningrado será escravizada e verá exterminados os seus melhores filhos, ou transformaremos esta cidade no túmulo dos invasores.

Em dezembro de 1941 a retomada de Tikvin criou melhores condições para a sobrevivência de Leningrado. E no mês seguinte, 500 mil pessoas, mulheres, crianças, velhos e doentes foram evacuados. Em 1942, a situação estava “consolidada”. Um ano depois, as linhas alemãs ainda se situavam a uns três quilômetros das usinas Kirov. A libertação completa de Leningrado aconteceu apenas em 27 de janeiro de 1944. Neste meio tempo ainda houve a famosa batalha de Stalingrado, após a queda de Sebastopol, em 3 de julho de 1942, no contexto da ordem “Nem um passo atrás”, dada por Stálin ao Exército Vermelho.

Depois da guerra, a máquina política estalinista entrou novamente em operação. Alexander Werth refere-se ao patriotismo “particular” de Leningrado, alimentado nas tradições revolucionárias da resistência ao cerco dos exércitos brancos em 1919. E a desconfiança, em Moscou, de que Zhadnov, um grande chefe nos dias do sítio, mas também um estalinista convicto, tornara-se, também, um particularista. Em 1949, no chamado “caso Leningrado”, Kuznetsov, Popkov e outros líderes da resistência da cidade perderam a vida em circunstâncias misteriosas. E Krutshev mais tarde fez vagas alusões ao sinistro papel de Malenkov, um dos membros do Secretariado Político, no expurgo daqueles dirigentes.

O uso sistemático, pelo Secretariado Político, da polícia política contra membros do partido e do governo, oriundo nos Processos de Moscou, muitas vezes apresentou fatos consumados para o próprio Comitê Central. Eliminada qualquer oposição e centralizado o poder de modo

ilimitado no Secretariado Político e, portanto, nas mãos de Stálin, o terror de estado tornou-se estrutural.

Eric Sachs observou, em 1981, que Stalin não poderia usar o Partido para controlar a burocracia, pois isso levaria a tamanhas concessões que a eficiência do sistema ver-se-ia ameaçada:

Preferiu controlar a burocracia estatal (e o próprio Partido) através da polícia política, a NKVD.

(...)

Seu sistema era simples: um diretor de uma fábrica tinha direitos e deveres. Os direitos consistiam nos seus privilégios. Os deveres, antes de tudo, no cumprimento do plano de produção elaborado para sua empresa. Se não conseguia atingir as metas, seja por incompetência ou mesmo por motivos alheios a sua vontade (como falta de matéria-prima ou mão de obra), era demitido, preso e acabava na Sibéria. Hoje, depois da “desestalinização” de Krutchev, os métodos se modernizaram e se civilizaram. Mas, no fundo, o sistema continua o mesmo.

Krutchev sabia muito bem da realidade³⁰ e, depois de sua ascensão, tratou de impor limites à polícia política. A desestalinização, iniciada por Krutchev em 1956, significou, do ponto de vista político, uma reforma promovida pela burocracia estalinista no poder. Sob a sua liderança, a burocracia estalinista desvencilhou-se da dependência da polícia política e inaugurou uma nova era, ao introduzir um sistema coletivo de decisão na cúpula partidária. Em linhas gerais, este sistema manteve-se até o fim da URSS.

³⁰ Membro candidato ao Secretariado Político em 1938, cargo efetivado no ano seguinte, quando foi designado para “reorganizar” o Partido na Ucrânia, Krutchev esteve, naquela época, implicado na eliminação dos velhos quadros e na promoção de novos e fiéis membros, dentre os quais o futuro dirigente Leonid Brejnev.

O verdadeiro socialismo

No final dos anos 50 a industrialização chegou, na URSS, a uma nova fase. A indústria de base, de bens de produção e intermediários estava com sua capacidade praticamente utilizada e a continuidade do crescimento econômico supunha a retomada da construção de um setor de produção de bens de consumo, extremamente deprimido. Mas os métodos do planejamento centralizado, impostos de cima para baixo, não seriam mais viáveis. Assim, uma discussão em torno do papel das empresas e da descentralização ganhou força nos anos 60. Outro problema era o peso da guerra fria (a corrida armamentista com os Estados Unidos da América) na estrutura econômica, pois uma parte enorme do orçamento drenava o excedente econômico para a indústria militar.

Aos poucos ficou evidente que as novas condições estavam empurrando o socialismo na URSS para a hora da verdade: ou seria capaz de reformar-se com a intervenção das massas operárias ou entraria em colapso. A solução que a burocracia soviética impôs ao sistema sob seu controle foi uma restauração progressiva dos “mecanismos de mercado”, uma abertura para o capitalismo (inclusive com investimentos diretos do exterior) dentro dos limites da planificação.

A experiência iniciada nos anos 60 acelerou a corrosão do sistema já às voltas com os pesados custos da “guerra fria”.³¹ Os “germens” de capitalismo que se quis então eliminar pela força militar e o controle policial apenas se difundiram subterraneamente. Mais à frente, diante de

³¹ Os fatos sobre esse período envolvem operações de guerra, inclusive econômica, como relata Thomas Reed, ex-membro do Conselho de Segurança Nacional do governo Reagan. O caso da sabotagem do gaseoduto da Sibéria à Europa construído com recursos da Alemanha e Inglaterra, um projeto de suprimento de energia capaz de gerar 8 bilhões de dólares de receita anual para a URSS – o que permitiria ao país, segundo ele, desenvolver computadores e satélites – envolve espionagem, contra-espionagem, contrabando e fornecimento de chips desenhados de forma a passar nos testes de qualidade soviéticos e a falhar quando entrassem em operação. De acordo com Reed, “o resultado foi a maior explosão não nuclear jamais vista, em junho de 1982”. A explosão de três quilotons na Sibéria “sem causar vítimas conhecidas” foi ocultada pela KGB, “por motivos óbvios”. (William Safire, “O dossiê Farewell”, O Globo: 03/02/2004, p. 29. Safire é articulista do The New York Times).

crises de abastecimento cada vez mais freqüentes, estes “germens” acabaram admitidos como inevitáveis pela burocracia, e deram margem à “economia dual”. A pesada herança do planejamento burocrático, que se manifestava em artimanhas nos balanços das empresas, nos desvios dos fundos, na dilapidação do patrimônio, na preguiça, nas tolices na gestão, na improvisação, permitem entender porque a produtividade declinou e o desperdício se generalizou a tal ponto que provocou, ao lado da escassez e do mercado negro, a desigualdade e a desmoralização. Em 1954, Isaac Deutscher, em ensaio para *The Times* a respeito do dilema do socialismo na URSS, usou as seguintes palavras:

Pero una moderna nación industrial no puede permitir que sus energías creadoras estén restringidas, como no esté dispuesta a aceptar la pena correspondiente: el estancamiento final. ³²

A esta fase de declínio (a “era Brejnev”) seguiu-se o curto período do fracassado reformismo de Gorbachev, que favoreceu a capitulação final ao capitalismo. Uma espécie de rearticulação capitalista originada nas burocracias dos órgãos de planejamento, ministérios e empresas, deu lugar a uma forma violenta, selvagem e corrupta (“mafiosa”) de acumulação de capital. Do ponto de vista político, adotou-se, formalmente o regime democrático. Mas o estado legado pelo passado, um estado burocrático e autoritário, continuou em vigência, sob a regência do ex-comunista Boris Yeltsin.

Em 1987, um comentarista particularmente reacionário do *Sunday Times* britânico fez a seguinte avaliação da burocracia no poder:

Lenin e Trotsky acreditavam na vil doutrina que pregavam. Os velhos bolcheviques faziam o mesmo, e, fosse qual fosse a sua correção pessoal, nós tínhamos toda a razão de viver com medo destes fanáticos sinceros...Eu me sinto mais à vontade contemplando a ninhada atual de soviéticos cínicos. Não que eu seja irrealista a ponto de supor que vão instalar a democracia na União Soviética...Não, é o seu cinismo que me alegra...A hierarquia dominante e seus numerosos ajudantes não crêem na infantilidade do marxismo-leninismo. Muitos dentre eles não

³² “Fermento de ideias pós—leninistas, depois ampliado na obra *Hereges e renegados*.”

*crêem provavelmente em qualquer variante do socialismo, e estão completamente decepcionados pelas conseqüências da experiência que ia neste sentido... Talvez esta elite esteja composta há muito tempo de **apparatchiks** prudentes e corrompidos. Mas não havia o reconhecimento público desta verdade reconfortante. Agora nós o obtivemos, e sabemos qual é o seu jogo. Querem ficar no poder e manter o Partido Comunista como único canal de discussão política e de mudança institucional. Não podemos viver (coexistir) com tal propósito. De fato, podemos considerar com um profundo alívio sua perspectiva limitada, mesmo se é pouco limpa.³³*

Muito embora se possa, com toda segurança, negar uma identidade entre esses “soviéticos cínicos” e a geração dos revolucionários de 1917 (os bolcheviques), o paradoxo é que os primeiros pertenceram à burocracia - que impulsionou a experiência do socialismo - após a liquidação física e política daquela geração. Os “cínicos” representaram as contradições e o fracasso desta experiência. Ao final da década de 80, voltaram-se abertamente para o capitalismo e levaram ao fim à experiência do socialismo tutelar; eles são os novos senhores da Federação Russa, depois do colapso do socialismo.³⁴

Que socialismo? Quando falamos de socialismo na ex-URSS, temos de precisar o significado do termo socialismo, em verdade um sistema de planejamento centralizado construído, passo a passo, nas contramarchas do processo revolucionário, *sem* e depois *contra*, a participação dos operários. Em outros termos, um tipo de socialismo de Estado, um socialismo tutelar.

A despolitização do operariado soviético, expressão da impossibilidade de sua transformação em classe para-si, foi admiravelmente resumida no depoimento de um operário comunista da cidade de Minsk, cita-

³³ Citado por Ernest Mandel, 1989.

³⁴ Idem.

do por Ernest Mandel.³⁵ Esta despolitização enraizou-se na indiferença da burocracia para com a vida, as idéias, os desejos e as aspirações dos trabalhadores. A essa indiferença responderam também com indiferença coletivos inteiros de trabalhadores.³⁶

Nos últimos anos, as palavras “progresso técnico” e “democratização” eram incansavelmente repetidas por Gorbachev e os dirigentes do partido como expressão da política destinada a superar a crise do sistema soviético, nos níveis econômico e político. Mas a permanência dos velhos males, a injustiça quanto à repartição dos bens, os privilégios, a especulação, a desigualdade dos direitos, apareciam aos olhos dos operários como o desmentido da possibilidade de transformação. A religião ortodoxa, as “antigas virtudes camponesas”, o fundamentalismo islâmico, os “valores ocidentais”, o álcool e as drogas surgiram como alternativas viáveis para enfrentar a realidade insuportável da mentira e da injustiça permanentes. E a democracia? Para o operário de Minsk, democracia e cidadania tinham o sentido da *participação política de pessoas capazes de pensar de modo independente*. É o verdadeiro socialismo, disse ele.

³⁵ De acordo com Notícias de Moscou, 22 de novembro de 1987.

³⁶ Nos países do leste, com tradições democrático-burguesas mais desenvolvidas, especialmente com uma tradição humanista mais enraizada, a exemplo da Tchecoslováquia, a imposição burocrática do socialismo teve conseqüências inusitadas. À margem do mundo oficial, os excluídos politicamente pelo regime tiveram a oportunidade de fazer crescer entre si a fraternidade e viver uma vida criativa. Estes aspectos transparecem no romance *A insustentável leveza do ser*, de Milan Kundera, e na novela *Utz*, de Bruce Chatwin.

Bibliografia usada e referida

- Bettamini, Fábio. *A coletivização da terra na URSS: Stálin e a "revolução do alto" (1929-1933)*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1981.
- Bettelheim, Charles. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Cole, G.D.H.. *Socialismo y fascismo, 1931-39*. Historia del pensamiento socialista, volume VII. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1975.
- Conquest, Robert. *O Grande Terror: os Expurgos de Stalin*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970.
- Courtois, Séphane e outros. *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- Deutscher, Isaac. *Ironias da História*. Civilização Brasileira, 1968a.
- Deutscher, Isaac. *Trotsky - O profeta banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.
- Deutscher, Isaac. *Stalin: a história de uma tirania*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970a.
- Deutscher, Isaac. *Hereges y renegados*. Barcelona: Ariel, 1970b.
- Hobsbawm, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Luxemburg, Rosa. *A crise da social democracia*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- Luxemburg, Rosa. *Crítica de la revolución rusa*. Buenos Aires: Ediciones La Rosa Blindada, 1969.
- Mandel, Ernest. *Além da perestroika: a era Gorbachov e o despertar do povo soviético*. São Paulo: Busca Vida, 1989.
- Meyer, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- Sachs, Erico. "Qual a herança da revolução russa?" In: *Qual a herança da revolução russa e outros textos*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1988.
- Serge, Victor. *Memórias de um revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Serge, Victor. *O ano I da revolução russa*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- Suárez, Andrés. *Un episodio de la revolución española: el proceso contra el POUM*. Paris: Ruedo ibérico, 1974.
- Thomas, Hugh, *La guerra civil Espanhola*, obra impressa na França e publicada pela Ruedo ibérico em 1967.
- Ulianov, Vladimir Ilich (Lênin). "Sobre las cooperativas". V. I. Lenin. *Obras escogidas en doce tomos*. Tomo XII: marzo 1921-marzo 1923. Moscú: Editorial Progreso, 1977.
- Ulianov, Vladimir Ilich (Lênin). *Contra la burocracia*, Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, 1971.
- Werth, Alexander. *A Rússia na Guerra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

Pós-escrito

Isaac Deutscher passou sua infância em Cracóvia, Polônia, onde nasceu em 1907¹. Ingressou no Partido Comunista Polonês ainda jovem, em 1927 e permaneceu como militante até 1932, quando foi expulso devido à publicação, sob o pseudônimo de Krakowski, do ensaio “O perigo de uma nova barbárie na Europa”; nesse escrito, Deutscher conclamava à união comunistas e social-democratas, em franca oposição a se caracterizar estes como “social-fascistas”, conforme faziam a linha oficial do partido, da Internacional Comunista e do PCUS. Sofreu uma forte influência de Trotski, mas depois se afastou dele

Como disse Anderson, “se a Alemanha foi a causa imediata do rompimento de Deutscher com o movimento comunista oficial, a Rússia viria a ser a grande preocupação, como marxista, de sua obra de maturidade.”² Em 1931, testemunhou, ainda como membro do partido polonês, “a ruína da coletivização e a fome, bem como os feitos da indústria durante o primeiro plano quinquenal.” Detentor de uma sólida formação marxista e uma vasta cultura humanista, ele assumiu, em seu exílio na Inglaterra a partir de 1939, o papel de um intérprete da revolução russa e do comunismo. Jornalista, ensaísta, biógrafo, historiador, Deutscher deixou um legado sem o qual compreender o mundo, na perspectiva do leste, seria mais difícil.³ Faleceu em 1967, quando preparava a biografia de Lênin.

Isaac Deutscher era um marxista militante. Em sua teorização, ele seguia o compasso da história, mas, em seu próprio tempo, com escritos e conferências públicas – as “armas” de que dispunha – ele lutava por um determinado futuro.

¹ Ver o capítulo “Alemanha e marxismo” do livro *El marxismo de nuestro tiempo*. México. D. F.; Ediciones Era, 1975.

² Perry Anderson. *Afinidades eletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

³ Entre 1967 e 1970 a editora Civilização brasileira publicou grande parte das obras de Deutscher, a saber: *Trotski (Profeta Armado, Profeta Desarmado e Profeta Banido)*; *A Revolução Inacabada*; *Stalin, a história de uma tirania*, em dois volumes; *Ironias da História: ensaios sobre o comunismo contemporâneo, O judeu não-judeu e outros ensaios*. Em língua espanhola, consultamos *El marxismo de nuestro tiempo*, e *Herejes y renegados*, uma coletânea de artigos publicados na imprensa entre fins dos anos 40 e a primeira metade dos 50, introduzida por Edward H. Carr.

Deutscher assistiu à constituição do socialismo em sistema mundial. O socialismo havia rompido seu isolamento inicial e se transformara, desde a segunda guerra mundial, num sistema cujo dinamismo o conduzia a defrontar-se com, e a refrear, a expansão imperialista. Acreditava, por outro lado, que as forças sociais desencadeadas com a instauração do socialismo na União Soviética acabariam por forçar uma renovação política da qual o reformismo krushevista e a desestalinização seriam apenas os capítulos iniciais.

No livro *A revolução inacabada* ele deu a forma mais desenvolvida a uma tese insistentemente defendida: no processo de desestalinização, as novas forças produtivas criadas irromperiam de um modo imperioso, em busca de expressão política. Esperava que a incipiente e fragmentada revolta do operariado – então mais instruído e educado – contra as limitações impostas pela burocracia ao seu padrão de vida e à liberdade de manifestação, viesse a transformar-se em ação coletiva. Entretanto, como os operários poderiam aprender coletivamente se não dispunham de liberdade, se persistiam as enormes travas impostas pelo estalinismo sob o regime de partido único? Reforma vinda de cima e pressão social de baixo, racionava, resultaram no dinamismo da vida soviética na era pós-Stalin. E, num futuro não muito longínquo, o movimento da sociedade provocaria o ressurgimento político da classe operária.

A história demonstrou que suas esperanças e sonhos não se concretizaram. Ele subestimou a importância do controle social exercido pela burocracia e o esvaziamento do papel do partido na existência de todos os grupos sociais na União Soviética e em países do leste europeu. O socialismo tutelar bloqueou a organização independente da classe operária e o próprio desenvolvimento das novas forças produtivas. As energias criadoras da sociedade soviética foram restringidas a tal ponto que levaram ao pior rumo, rumo antevisto por Deutscher imediatamente após a morte de Stálin; ou seja, a sociedade soviética viu-se diante de uma crise estrutural, prolongada, caracterizada pela estagnação.

O socialismo, tal como existiu ao longo do século XX, agora pertence à História. Se Deutscher ainda estivesse vivo, certamente reconheceria, e teria a coragem intelectual de assumir para si o sentido –

trágico, mas ainda prometedora – da passagem de Marx citada por Rosa Luxemburg em sua análise do colapso da social-democracia:

A geração atual assemelha-se aos judeus que Moisés conduziu através do deserto. Não tem somente um mundo novo a conquistar, torna-se necessário que ela desapareça para dar lugar aos homens que estarão à altura do novo mundo.

Frágua inovadora: o tormentoso percurso da POLOP

Victor Meyer

Introdução

No começo de 1961, no interior de São Paulo, realizava-se o Congresso de fundação da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, mais conhecida como POLOP. Seu impacto intelectual sobre o pensamento radical de esquerda no Brasil, sua influência política sobre frações importantes da esquerda organizada, do movimento estudantil, e mesmo do movimento operário, seriam fortemente crescentes ao longo dos anos 60. Na década seguinte, período de auge da ditadura militar, a POLOP mergulharia num doloroso processo de isolamento social, seja pelos cruentos ataques que sofreu da polícia política – Delegacia de Ordem Política e Social, Polícia Federal, Operação Bandeirantes (OBAN) e demais signos do terror anticomunista daqueles anos – seja pela diáspora dos quadros no exílio e recorrentes fragmentações internas. Somente nos primeiros anos da década de 80 firmar-se-ia um movimento interno de «volta às raízes», longamente preparado: tarde demais, pois o contingente de militantes remanescentes estava demasiadamente reduzido e distante do centro dinâmico das lutas sociais brasileiras, quer dizer, na maré montante das greves, da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da gestação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A Polop reconheceu a importância política própria do PT. Entendeu os limites do mesmo, e, assim, aderiu ao novo Partido, ainda que procurasse manter-se como organização autônoma. Sem lograr êxito nesse último projeto, extinguiu-se no decorrer da primeira metade dos anos 80.

Durante a fase ascendente, até 1968, participou da POLOP um número expressivo de destacados intelectuais, vários dos quais iriam, adiante, compor o futuro núcleo dirigente do PT. No movimento estudantil, no seu auge histórico, a POLOP sustentou várias vice-presidências da diretoria da UNE eleita no vigésimo-nono Congresso, aquela que seria posta à testa das grandes mobilizações de 1968. No movimento operário, sua presença se fez sentir, com relativa importância, nas greves de Contagem e Osasco,

ocorridas em abril e julho daquele ano. Por outro lado, ainda na sua fase expansiva, polarizou uma ação aglutinadora sobre a esquerda revolucionária, cujo ponto mais alto foi a formação do Núcleo Marxista-Leninista, em 1967, em conjugação com a Dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Estado da Guanabara e com a Dissidência do PCB no RGS. Juntamente com a Dissidência do RGS, formaria o Partido Operário Comunista (que abandonaria no começo de 1970). Num sentido contrário, da POLOP saíam facções fundamentais para a construção de várias organizações que se dirigiram à guerrilha urbana: a Colina, parte da Vanguarda Popular Revolucionária, parte da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, além de outros agrupamentos menores. Mais adiante, nos primeiros 70, da POLOP sairia a Fração Bolchevique, depois denominada Movimento de Emancipação do Proletariado.

O caráter expansivo da POLOP – sustentado, apesar do traumático teste histórico representado pelo golpe militar de 1964, ao longo de um período tão especial da luta de classes no Brasil – tem sua expressão máxima na elaboração de um documento básico, o *Programa Socialista para o Brasil*; este documento se apóia sobre um conjunto de textos de fundamentação que configurariam um método de análise, um ideário articulado e uma estratégia de luta.

Seria uma precipitação supor-se que tudo isso teria desaparecido pela ação do tempo. É verdade que a memória da esquerda revolucionária brasileira – na qual se incluem registros particulares da POLOP – constitui-se numa dessas realidades que o curso da vida cotidiana costuma confinar à vala comum do esquecimento. Tempos de reação, os três últimos lustros decretaram a morte do proletariado, o fim das utopias e, nas franjas do pensamento único que a velha ordem social tentou, e ainda tenta, impor, a intelectualidade majoritária permitiu-se criar um *index* de temas excluídos do campo das discussões. Contudo, as realizações do passado resistem em sua integridade de fatos consumados, retêm suas próprias luzes.

O presente texto ensaia uma discussão nesse terreno: um olhar sobre uma vertente da esquerda revolucionária dos anos 60 e 70, uma volta ao suposto tempo perdido.

«Era preciso libertar as palavras...»

Eric Sachs, mais conhecido pelo codinome *Ernesto Martins*, escreveu em 1981 um texto comemorativo dos 20 anos da POLOP. Evocando o contexto em que vivia a esquerda brasileira nos últimos anos da década de 50 e primeiros nos primeiros da de 60, disse que a nova Organização tomou a si a tarefa de «libertar as palavras de seu caráter de meros chavões». Essa proposição suscita interrogações: o que haveria de errado com as palavras?

Diríamos que todas as palavras básicas do discurso da esquerda estavam presas a grilhões, a um sentido prévio situado fora da órbita da experiência viva. Por exemplo, a singela e tão importante palavra «proletariado»: ela não continha determinações dinâmicas nem alusões a um conjunto de pessoas envolvidas numa modalidade específica de ação prática, a viver tais ou quais problemas fundamentais de existência. O «proletariado», falado pela boca da velha esquerda oficial, era um conceito marcado por um idealismo objetivo, por uma determinação já contida em um ou outro manual traduzido de línguas estrangeiras. O ponto de partida era o conceito (...*no princípio era o verbo...*): um certo grupo de pessoas, no Brasil, deveria forçosamente enquadrar-se nesse conteúdo límpido, apriorístico.

O mesmo poderíamos dizer da palavra «revolução», dicionarizada em manuais (também traduzidos do exterior) que a prognosticavam em detalhes. Tanto que já não aparecia de forma solta (a sugerir dúvidas supostamente ociosas), pois vinha sempre com um complemento esclarecedor: «revolução democrático-burguesa» (quer dizer: revolução em etapas, determinadas alianças na primeira etapa, outras alianças na segunda etapa, o esquema era fechado e já dado).

E o que dizer da palavra «socialismo»? Também estava nos manuais, ainda que para defini-la fosse necessário recorrer a toda uma gama de palavras previamente instituídas: o *socialismo* adviria como superação da *revolução democrático-burguesa*, quando o *proletariado* firmasse aliança com os *camponeses* e se fizesse ao poder com um partido único, o *partido comunista*. A tarefa do revolucionário seria, em primeiro lugar, assimilar o estatuto já pronto dessas, e de tantas outras palavras, que assim apareciam plenas, nítidas e...aprisionadas, inutilizadas.

Declaradamente marxista – de tal modo que se intitulava Organização Revolucionária Marxista – a POLOP encarava de uma maneira radicalmente distinta sua relação com o pensamento de Marx. O marxismo,

como afirma o documento *Caminhos e Caráter da Revolução Brasileira*, é sobretudo experiência humana pensada e aproveitada. Então era preciso pensar a experiência brasileira, e, por esse caminho, elevar-se a uma «análise concreta da situação concreta». Nessa perspectiva, não haveria nenhum manual que nos aliviasse a tarefa: as palavras teriam que ser reelaboradas, ou seja, preenchidas de determinações trazidas de uma observação ativa da vida social brasileira. Em que sociedade vivíamos? Importava combater mitos (como o do feudalismo, como o da burguesia nacional) para chegar-se à conclusão de que o Brasil era uma sociedade capitalista industrial, cujo Estado era composto pela burguesia integrada ao capital internacional e internamente associada ao velho latifúndio. Essa foi uma das primeiras conclusões levadas ao documento básico, o *Programa Socialista para o Brasil*.

E o proletariado? Certamente não seria aquele, o da mitologia dos manuais. Sua importância política no Brasil não aparecia como mera dedução com base em destino transcendental já concebido, mas sim como conclusão retirada da análise específica das contradições presentes na vida nacional. E, além disso, o proletariado brasileiro tampouco era uma classe já formada como tal, em condições de exercer os papéis que lhe reservavam os manuais existentes. Na ótica da POLOP, havia no Brasil um operariado em tortuoso movimento prático, que há décadas regredira de uma organização livre, datada dos primórdios da industrialização, para uma atitude de reboque em suas relações com o populismo burguês; regredira à condição de um operariado sem objetivos políticos próprios e sem uma organização própria, pois os sindicatos faziam parte do aparelho do Estado. Então o proletariado, como classe independente, simplesmente ainda não existia no Brasil. Foram esses elementos de uma análise concreta que forneceram a matéria constitutiva dos conceitos estratégicos levados ao *Programa Socialista para o Brasil*: qualquer transformação duradoura na sociedade brasileira exigiria antes a formação do proletariado como classe - com ideologia, ação política e organização independentes das classes dominantes.

Críticos precipitados objetavam quanto ao caráter inexpressivo do contingente numérico da classe operária brasileira. Objeção descabida, pois a análise da POLOP prosseguia em suas considerações fundamentais. Desdenhando as teses transpostas de outras realidades, que mencionavam uma esquemática «aliança operário-camponesa», o Programa Socialista para o

Brasil constatava, pela via da análise histórica, que aqui se delineavam as condições para uma ampla frente dos trabalhadores. Ainda não se conheciam, como hoje, movimentos entre as classes de grande envergadura, tais como as mobilizações e organizações populares de bairros, o Movimento dos Sem-Terra, dos Sem-Teto, de desempregados. Mas a experiência viva já permitia concluir pela existência de uma gigantesca camada de trabalhadores proletarizados, em sua maioria assalariados, embora também existissem os pequenos proprietários em proletarização, nas cidades, nos campos e na confluência cidade-campo.

A história das ligas camponesas e dos sindicatos rurais, assim como a história do movimento estudantil, dos bancários e outros, já esboçava essas potencialidades, tão evidentes aos olhos do observador de hoje, mais de 30 anos depois. Debruçado sobre a radicalização das lutas no período imediatamente anterior ao golpe de 64, o documento *Caminhos e Caráter da Revolução Brasileira* via no precedente de um movimento de operários e marinheiros, no Rio de Janeiro, um exemplo ilustrativo, ainda que isolado, da possibilidade futura de hegemonia do proletariado numa frente constituída pela ampla maioria da sociedade brasileira, pelos trabalhadores da base da pirâmide social criada pelo capitalismo. O *Programa Socialista para o Brasil* não se dirigia apenas à classe operária: divisava a organização das massas em seu sentido mais amplo, através da palavra-de-ordem da Frente dos Trabalhadores da Cidade e Campo.

Fazia-se necessário, contudo, levar ainda mais longe o combate aos chavões. As concepções mais gerais acerca do movimento comunista mundial apareciam no Brasil demasiadamente presas a um dilema entre fórmulas, das quais a mais forte era, notoriamente, a retórica estalinista ou, talvez, àquela altura, neoestalinista. Havia um modelo de revolução solidamente implantado pelo PCB, transposto da União Soviética. A alternativa seria um esquema de fórmulas antigas trazidas diretamente do discurso de Trotski, o que não seria tampouco uma solução, por mais que parecessem positivas muitas das posições defendidas pelo fundador do Exército Vermelho. Ademais, naquele contexto já de crise da hegemonia soviética dentro do comunismo mundial, os dilemas propostos pela esquerda majoritária apareciam no Brasil com nuances variadas, que já ultrapassavam os antigos termos da luta interna do Partido Comunista da União Soviética. Da distante China, chegavam as idéias maoístas, arrastando com elas todo um conjunto de palavras-acorrentadas, de chavões, a

exemplo de libertação nacional, unidade do povo e combate ao Estado Fantoche. Por último, o fascínio da revolução cubana estimulava, em outra direção, um idioma centro-americano, o mito do Estado Títere e de uma luta democrática tal como sugerida por uma sociedade rural-oligárquica. A POLOP recusou o comunismo alinhado a esses diversos paradigmas mundiais e ousou propor a autonomia criadora de uma elaboração crítica, independente.

Necessidade e possibilidade sobrepostas: miragens dentro das trevas

A maturação do Programa Socialista para o Brasil estendeu-se desde a *Convocatória* para o congresso de fundação – documento datado de 1960 – até o Quarto Congresso da Organização, em 1967, processo dramaticamente atingido pelo golpe militar de 1964. Mas o golpe forçou uma rediscussão generalizada dentro das diversas correntes organizadas da esquerda no Brasil. E, nesse contexto, a POLOP, já então estruturada em rigorosa clandestinidade, firmou-se como alternativa ao pensamento oficial. As greves de Contagem e Osasco, em 1968, sugeriam possibilidades imediatas para a realização da linha estratégica condensada no recém-aprovado Programa Socialista.

Mas o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, interrompeu, com o terror militar subsequente, o processo emergente de um movimento operário radical e jogou por terra o movimento estudantil. Grande parte da classe média aderiu passivamente à nova ordem, ou, simplesmente, pagou para ver o milagre econômico. O movimento comunista brasileiro, em suas diversas vertentes, entre elas a POLOP, mergulhou numa zona de sombra, isolou-se de suas bases sociais possíveis. A dura travessia dos anos 70 seria aberta com as sucessivas ondas de prisões, que dizimavam em poucos dias os mais variados aparatos clandestinos construídos desde 1964. Vários dentre os quadros políticos mais experientes – precisamente por serem mais vulneráveis ao cerco militar – saíram do País e iniciaram um exílio que se estenderia por quase uma década.

A POLOP endureceu os métodos de segurança para salvaguardar-se no cerco imposto pela ditadura. Desfalcada pelas quedas, renovando-se com quadros cada vez mais jovens – à medida em que as lideranças mais

antigas conheciam a prisão e da tortura – a sigla mantinha-se em integridade apenas aparente. Por trás da capa da continuidade, a organização refazia-se numa instabilidade ininterrupta. Novas cabeças, que emergiam e saíam de cena como em ondas, tinham que decifrar o dilema vital entre a teoria e a prática. Pois a elaboração teórica e os êxitos práticos que tanto sensibilizaram o grupo na década anterior abriam expectativas bem definidas quando ao que deveria ser feito. Mas, por outro lado, as novas condições traziam um dado fundamental imprevisto: os trabalhadores não se manifestavam, fazia-se um pesado silêncio no Brasil.

Imersa naquele mundo, a POLOP perdeu um elo fundamental com a tradição metodológica que presidira a elaboração do *Programa Socialista para o Brasil*. O enigma, em que então se transformara a relação entre a teoria e a prática, foi resolvido pelo apelo às meras deduções da teoria. Esquecendo-se de que a realidade, mesmo que sob aquela forma especial de uma inóspita paralisia, sugeria suas próprias verdades, a Organização operou um giro sobre si própria e passou a tomar como referencial a própria teoria acumulada nas elaborações pretéritas. Impressionada pelo vazio aparente do movimento real, voltou-se para os textos. Paradoxalmente, repetia-se o problema que combatia desde o seu surgimento: as palavras desligaram-se do campo das experiências sociais para se alimentarem de si mesmas. As palavras perderam a dimensão da liberdade, tornaram-se os grilhões que iriam aprisionar a Organização durante longos anos. Assim, com a Organização voltada para dentro de si mesma, todo consenso obtido internamente seria precário. O referencial arbitrário da pura teoria somente poderia suscitar a cizânia, e esse foi o destino da POLOP durante quase toda a década de 70.

O movimento de volta às raízes partiu do grupo no exílio, onde estava Eric Sachs, o *Ernesto Martins*. Os primeiros documentos de crítica lembravam que a codificação das conclusões teóricas no corpo de um programa, como se deu no caso do *Programa Socialista para o Brasil*, apenas indicava uma possibilidade para o curso da vida prática. As meras possibilidades não podiam ser elevadas ao *status* de verdades estabelecidas. O conhecimento das necessidades tinha de apoiar-se numa reflexão da prática social e não na mera interpretação da teoria. Os textos clássicos do marxismo foram retomados numa outra perspectiva: não mais como conclusões, mas como premissas. Lembrou-se de Marx: não basta que a idéia exija a sua realização, é preciso, sobretudo, que a realidade aceite a idéia.

Lembrou-se de Lenin: não se pode substituir o primado da prática pelos conceitos histórico-universais: a verdade é concreta. Assim, a Organização começou um lento movimento de recusa às letras mortas. O ano já era o de 1978.

A história dos «rachas» da POLOP nos anos 70 tornou-se motivo de anedotas em alguns círculos da esquerda. Esta atitude de escárnio se explica, em parte, por um espírito autofágico criado, aqui e ali, pelo isolamento da clandestinidade; e, em parte, porque não poucos segmentos da esquerda já então começavam a transitar explicitamente para fora do marxismo, e precisavam de argumentos fáceis para mostrar-se superior a *bêtise* dos marxistas. De uma forma ou de outra, a demolição da memória da militância não seria uma ação dirigida unicamente contra a POLOP, mas contra toda a esquerda revolucionária brasileira. Criou-se uma quase unanimidade, esmagadora e hostil, um rolo compressor contrário a todos os signos de um passado recente, de uma ação política organizada que, em seu devido tempo, parecia heróica. Gerações mais generosas, quem sabe, poderão fazer a crítica da crítica, decompor e desmistificar, por sua vez, o sentido geral dessa unanimidade condenatória que se abriu contra a esquerda revolucionária dos anos 70. O pensamento da contra-militância poderá ser visto, talvez, como mera expressão de um rebaixamento das pretensões humanas, simples reação contra o férreo compromisso com o futuro da humanidade, tão presente na militância revolucionária. E, afinal, onde essa reação vê o infantilismo da ação concreta da esquerda revolucionária dos anos 70, outros talvez possam ver o «erro criador do pensamento crítico». Os julgamentos não são definitivos (mas tudo aquilo que foi feito persiste intocável, em sua irreversibilidade).

No entanto, na POLOP dos anos 70, parece que nem tudo foi confusão. A organização teria conseguido, naqueles anos trevosos, pelo menos uma elaboração fecundamente original: as teses de crítica que sustentou frente ao movimento pelas liberdades democráticas.

Não se tratava de mais uma volta aos textos para a reafirmação de princípios. A organização argumentava que o movimento pelas liberdades democráticas, tal como desenvolvido na segunda metade dos anos 70, estava limitado ao terreno da ordem constituída, não representava uma plataforma revolucionária de crítica à ditadura e, nessa medida, apenas ajudava a oposição burguesa a retirar «suas castanhas do fogo», livrar-se dos seus tutores fardados, cuja rigidez e código de continências já eram,

então, indesejados. A evolução social e política brasileira iria posteriormente dar razão a essa crítica.

É certo que a década seguinte viu-se marcada pela expansão do PT e da CUT, grandes marcos da história das lutas sociais; mas essas grandes novidades nasceram sob a iniciativa das greves de 1978-80, cuja gênese e desenvolvimento estavam desligadas do movimento pelas liberdades democráticas. Esse último teve o seu desfecho na luta pelas “Diretas-já”, um movimento de índole utópica que se manteve sempre preso a um cretinismo parlamentar. Tanto que, quando o Parlamento, ultra-reacionário, longamente manipulado pela ditadura militar, finalmente votou contra as diretas, em abril de 1984, o movimento pelas liberdades democráticas não pôde continuar, caiu ao chão, viu-se imobilizado pelos seus próprios limites legalistas. De certa forma, ajudou a Frente Liberal (depois Nova República) a *retirar suas castanhas do fogo* (de dentro da ditadura). Um segundo *round*, avassalador, sepultaria esse movimento alguns anos depois, ao se tornar afinal uma realidade a Assembléia Constituinte (palavra-de-ordem central e acrítica na plataforma das liberdades democráticas), cujo epílogo foi a hegemonia do Centrão, a coalizão político-partidária de centro-direita que passou, desde então, a governar o país.

A incerta hora da morte

O movimento de volta às raízes não conseguiu salvar o grupo remanescente da POLOP, nos primeiros anos 80. Insignificante do ponto de vista numérico, isolado do epicentro das grandes mobilizações que envolviam o nascimento do PT e da CUT e fragmentado em mínimas facções regionais, o grupo dissolveu-se de modo lento, sem haver um desfecho bem definido no tempo.

Entretanto, enquanto o grupo organizado se desfazia, parecia que o PT, em suas teses iniciais, em seus documentos programáticos, assumia – se bem que de forma contraditória – as linhas gerais de uma tese defendida nos idos de 1961, isoladamente pela POLOP: a perspectiva de independência dos trabalhadores frente à burguesia, a defesa de uma política independente contra as diluições populistas e os pactos sociais da velha esquerda reformista antes dominante, a reafirmação (implícita, é verdade) de um *núcleo duro* representado pela classe operária industrial no interior de um amplo e multiforme movimento de trabalhadores (esboço de uma *Frente*

dos Trabalhadores da Cidade e do Campo?). Essa realidade era, certamente, contraditória. Pois, se o PT parecia assumir uma perspectiva de independência dos trabalhadores frente à burguesia, apoiado principalmente no núcleo operário do ABC paulista, o PT o fazia de forma pragmática, a afastar-se de um posicionamento ideológico mais definido e a recusar discussões sobre as perspectivas de longo prazo. Assim, nos espaços dessa indefinição, passaram a se desenvolver, dentro do novo partido, facções políticas e ideológicas de espectro muito amplo; não faltou, inclusive, uma corrente social-democrata, que via *valores universais* ali onde a tradição da esquerda revolucionária entendia existir um inconciliável antagonismo social.

A POLOP propugnava, já na sua fundação, em 1961, que a emergência de um proletariado *como classe*, em meio a uma ampla frente de trabalhadores, abalaria a correlação de forças secularmente calcada numa dominação burguesa-latifundiária incontestada. Em 1964, um possível movimento contestatório de massas foi abortado pela intervenção militar. Mas o aprendizado dos trabalhadores prosseguiria sob a superfície, e iria impor-se às claras em 1978. E desse avanço decorreu o indisfarçável desconforto desde então revelado pelas classes dominantes brasileiras.

Os movimentos de 1978-80 não representavam, ainda, uma ação de classe bem clara em sua plataforma política: a linguagem dominante no movimento tinha, ainda, as ambigüidades de um horizonte muito imediato. Mas, não obstante esses limites, representavam uma manifestação de ruptura com a tradição de várias décadas de conciliação de classes.

As classes dominantes brasileiras sentiram o fato novo e mergulharam numa instabilidade política recorrente nos anos posteriores, entremeada por surtos de estabilidade muito efêmeros, em que sobressaiu, de forma intermitente, um impulso bonapartista.

Os últimos documentos da POLOP observavam a reação agressiva das classes dominantes brasileiras, que assim buscavam avançar sobre os pontos fracos do movimento emergente, a fim de barrar-lhe novas iniciativas e de recuperar o velho *status quo*. Nesse contexto, o movimento dos trabalhadores viu-se diante de um desafio ditado pelas forças da ordem. E, para enfrentá-lo, precisaria livrar-se de todas as heranças remanescentes de um passado no qual apenas figurava como massa de manobra. O acerto de contas com o passado – dada a urgente necessidade de preparar-se para os desafios do presente – exigia, pelo menos, a depuração radical da organi-

zação atrelada, que impregnou o sindicalismo brasileiro desde 1930 e durante décadas funcionou como uma camisa de força imposta pelo Estado.

Em conseqüência, uma curiosa circunstância envolve a morte da POLOP: a organização desapareceu num momento em que suas teses mostravam estar em sintonia com o movimento histórico real. Desapareceu num momento em que as possibilidades divisadas nos idos de 1961 e nos anos seguintes começavam a acontecer concretamente, ainda que numa forma instável e imatura.

Esse paradoxo instiga uma pergunta: se o antigo ideário mostrava-se atual e ainda dispunha de um potencial transformador, o que teria, afinal, morrido? Morreu a sigla, é evidente, acabou o velho grupo, seus últimos integrantes se dispersaram em diferentes caminhos. Mas isso talvez não encerre o assunto. Se for certo que as perspectivas políticas abertas nos primeiros anos 60 pela extinta Organização estavam presentes na hora da sua morte, como tendência em desenvolvimento no cenário vivo das lutas sociais brasileiras, e continuam em si novas possibilidades de desdobramentos para o futuro, uma outra pergunta se impõe: se a tendência política em referência efetivamente existe, se ela não é pura abstração, pura fantasia, não seria legítimo concluir-se que a organização também existe, subjacente, mesmo que de modo difuso, informe e sem nome?

O ponto final dessa existência agônica, na tormentosa obsessão de ver realizar-se a formação do proletariado como classe e de ver a emancipação dos trabalhadores no Brasil, pode, quem sabe, ser este ponto de interrogação.

Bibliografia utilizada:

- Comitê Nacional do Partido Operário Comunista. *A OLAS e a revolução na América Latina*. Edição mimeografada, 1968.
- Martins, Ernesto. *Caminhos e Caráter da Revolução Brasileira*. Edição mimeografada, 1970.
- Martins, Ernesto. *Carta de Longe*. Edição mimeografada, 1974.
- Martins, Ernesto. *Palavras Necessárias*. Edição mimeografada, 1977.
- Martins, Ernesto. *Vinte anos de Política Operária*. Edição mimeografada, 1981.
- Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. *Convocatória para o Primeiro Congresso*. 1960.
- Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. *Um nome e um Programa*. 1961.
- Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. *Programa Socialista para o Brasil*. Edição mimeografada, 1967.

Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. Grupo no exílio. *Resoluções de Friburgo*. Edição mimeografada, 1976.

Sader, Eder (Raul Vila). *Os ensinamentos de Mao e a Guerra Revolucionária no Brasil*. Edição mimeografada, 1968.

Sachs, Eric (Ernesto Martins). *Andar com os próprios pés*. Belo Horizonte, SEGRAC, 1995.

III. Testemunho

Quarto de despejo

Tem dia que eu invejo a vida das aves. Eu ando tão nervosa que estou com medo de ficar louca – escreveu Carolina Maria de Jesus em seu caderno na data de 22 de agosto de 1958.¹ A liberdade dos pássaros: uma imagem bela e terrível porque a antítese da virtual prisão na qual se encontra Carolina, uma prisão sem limites definidos, a que estão condenadas pessoas socialmente desclassificadas. Quase invisíveis, estão contudo ali, na favela do Canindé, na margem do rio Tietê, rio que atravessa a cidade de São Paulo. Pessoas que só alcançam alguma (breve) notoriedade através dos crimes que abalam, muitas vezes definitivamente, as suas precárias existências.

Medo de ficar louca, escreve. Por que tem medo Carolina? Porque se percebe continuamente dilacerada frente a carência mais radical, simples e brutal de que pode padecer um ser vivo – a fome.

Um olhar das pessoas obrigadas a ganhar a vida a cada dia e senti-la sob o prisma da fome – é o que o seu livro nos oferece à primeira vista. Mas uma leitura atenta deixa claro que Carolina de Jesus tenta estabelecer nexos de compreensão entre a sua vida e o que se passa na sociedade; procura os determinantes da situação que escapam de seu controle. Fragmentos de análise histórica são assim construídos, com base na situação de marginalidade em que se encontrava e sua expressão aguda, a fome. *Quarto de despejo* é uma fonte capaz de iluminar a participação dos segmentos do lumpenproletariado na sociedade brasileira, numa época em que o Brasil parecia finalmente ingressar na modernidade.

Ao investir na busca de sentido para o que lhe parece carecer de sentido, a autora revela uma consciência social muito acima do que seria de esperar em pessoas na sua condição. E isto em meio à penúria. A fome não impede a reflexão, mas torna a vida quase insuportável, capaz de en-

¹ O diário tem início no dia 17 de julho de 1955, interrompe-se nos anos de 1956 a 1957, é retomado no dia 02 de maio de 1958, e se encerra ao primeiro dia do ano de 1960, com a seguinte frase: *Levantei as 5 horas e fui carregar água*. Mantivemos o texto da redação do diário publicada em Quarto de Despejo.

louquecer. A fome é o vazio que devora as entranhas, conferindo ao ser de Carolina uma “insustentável leveza”. Cabe, então, perguntar o que significa, do ponto de vista temporal, ganhar a vida a cada dia sob o aguilhão da penúria, perguntar qual o sentido de se estar submetido a este tempo tão peculiar, tão desvinculado, na aparência, de todos os vínculos sociais.

Um

O rancor e a desavença, a desconfiança e a maldade, são parselhas no mundo de penúria, no lugar em que Carolina vive, há onze anos, a favela do Canindé. As anotações nos cadernos que compõem o diário de Carolina narram os episódios de existências miseráveis que ela assiste e sobre os quais às vezes intervém. Para Carolina, *a favela é uma cidade esquisita cujo prefeito é o Diabo*. (10 de julho de 1958) Trata-se de uma espécie de sucursal do inferno, ou o próprio inferno aqui na terra, nesta cidade onde se concentra a riqueza do Brasil, a cidade às margens da qual se situa a favela: São Paulo. (07 de maio de 1959) A cidade é o reverso da favela que, paradoxalmente, secreta em seu interior, como se fosse uma úlcera:

Quando eu vou na cidade eu tenho a impressão de que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas. (7 de julho de 1958)

Carolina define a favela pelo reverso de São Paulo, como o seu *chi-queiro* (6 de julho de 1959), o lugar para onde atira os seus pobres, objetos descartáveis, *fora de uso* (19 de maio de 1958), restos inúteis e sem valor, *rebotalho* (20 de maio de 1958), destinados ao *quarto de despejo* (27 de dezembro de 1958).

Por que esta caracterização assim profundamente negativa, o oposto da vida tal como seria desejável de viver? Porque o seu olhar para este *rebotalho* social é implacável: embora existam os que trabalhem, há os que levam a vida a torto e a direito; de um modo geral, os jovens em prejuízo dos velhos, os homens das mulheres, a maioria dependente da caridade pública. A falta de autonomia é, talvez, para Carolina, o pior: é a antítese

do ser humano. Ao comentar as desavenças com as mulheres, por não ser casada, afirma-se mais feliz porque, embora não tenha marido, não se vê constrangida a pedir esmola.² Não é sustentada por associação de caridade. E arremata que os seus *filhos não são sustentados com o pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los.* (18 de julho de 1955)

Neste lugar de miséria material, emocional, cultural, num mundo aparentemente sem perspectivas, ela labuta com todas as suas forças. No dia 10 de julho de 1958, registra o seu cotidiano de maneira exemplar, em um parágrafo de poucas palavras:

Deixei o leito as 5 e meia para pegar agua. Não gosto de estar entre as mulheres porque é na torneira que elas falam de todos e de tudo. Estou tão indisposta que se eu pudesse deitar um pouco! Mas eu não tenho nada para os meninos comer. O único jeito é sair. Deixei o João estudando. Ganhei só 10,00 e achei metais. Achei um arco de pua e um estudante pediu-me. Ele deu-me 3 cruzeiros para um café. (...) Passei na feira. Comprei batata doce e peixe. Quando cheguei na favela era 12 horas. Esquentei a comida para o João e fui ajeitando o barracão. Depois fui vender umas latas e ganhei 40 cruzeiros. Retornei a favela e fiz o jantar.

O que marca o cotidiano, a passagem infindável dos dias – que apenas o registro do diário, na expectativa da sua publicação³, atenua – é a luta contra a fome e a penúria.

Na aritmética da fome, exaustivamente praticada, há sempre, no cômputo final, uma falta permanente.

Catei mais um pouco de papel e recebi 10 cruzeiros. Fiquei com 71 cruzeiros. Dei 30 para comprar os sapatos, fiquei com 41. E não ia dar para comprar café, pão, açúcar e arroz e gordura. (21 de junho de 1958)

² *Alta, bonita, com postura muito nobre e de uma cor preta retinta*, o lenço sempre amarrado na cabeça, era uma mulher altiva, ao mesmo tempo retraída, *de poucos relacionamentos, que não vivia a vida dos favelados* – eis a imagem que nos oferece dela, nesta época, a assistente social da prefeitura de São Paulo, e posteriormente sua amiga, Marta Teresinha Godinho, em depoimento publicado no livro sobre a *saga de Carolina de Jesus*, organizado por R. Levine e José Carlos S. B. Meihy.

³ *É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com este dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela* – registra no diário em 27 de julho de 1955.

Há situações em que somente a ironia, amarga, salva do desespero, da vontade de desistir.

Cheguei na favela e os meus meninos estavam roendo um pedaço de pão duro. Pensei: para comer estes pães era preciso que eles tivessem dentes elétricos. (21 de maio de 1955)

A fome é tão concreta que tem coloração.

Vi as flores roxas. A cor da agrura que está nos corações dos brasileiros famintos. (27 de novembro de 1958) Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia. (23 de maio de 1958)

Em contraste com esta carência radical, a alimentação aparece associada à beleza e à bondade.

Fiz a comida. Achei bonito a gordura frigindo na panela. Que espetáculo deslumbrante! (23 de maio de 1958) Dona Domingas é uma preta boa igual ao pão. Calma e útil. (3 de junho de 1958)

Mas a fome persistente, crônica, quando saciada, provoca, pela falta do hábito de comer muito, desamparo.

A Dona Julita deu-me sopa, café e pão. Eu comi lá na Dona Julita. Era três horas. Fiquei indisposta. Os móveis girando ao meu redor. É que o meu organismo não está habituado com as reconfortantes. (5 de novembro de 1958)

Ainda mais: a fome decide a vida das pessoas.

Quando o Nilton começou a passar fome, foi com a mãe. Pensei: a fome também serve de juiz. (3 de junho de 1958)

Dois

A quem atribuir esta estafante vida miserável, marcada por uma fome endêmica? Avesa ao servilismo ou a julgar-se vítima do destino, Carolina procura compreender-se como parte da sociedade, estabelecer os liames sociais que expliquem sua “vida infausta”.

Ela mesma sabe, em decorrência de sua história de vida, que fez escolhas. Há responsabilidades das quais não declina.

No dia 19 de julho de 1955, anota em seu caderno que suporta *as contingências da vida resoluto*. *Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência*.

Mas por que não conseguiu acumular recursos para uma vida melhor? Como foi parar ali na favela do Canindé, às margens do rio Tietê?

Carolina nasceu em Sacramento, vilarejo rural do norte de Minas Gerais, em 1914.⁴ Ainda menina, teve de abandonar os estudos na escola primária para acompanhar a mãe e o padrasto em busca de uma vida melhor, numa fazenda nas imediações de Uberaba. O trabalho do padrasto como “colono” permitiu-lhes viver em boas condições durante quatro anos. Depois retornaram a Sacramento. Nova tentativa, desta feita na região de Franca, em São Paulo, fracassou, em virtude da exigência, dos fazendeiros, de se plantar apenas café. O sistema de trabalho compulsório, mal disfarçado pelo regime do “barracão”, obrigou-os à fuga e à migração para a cidade. Então começou uma nova fase na vida de Carolina. A perspectiva de uma vida melhor levou-a para São Paulo, onde chegou em 1937. Foi ali, na azáfama da grande cidade, na colméia humana, que o impulso de se tornar escritora se afirma como parte de um processo de conquista de identidade. Corria o ano de 1940. Eis como Carolina descreveu, no Diário de Bitita, esse despertar e o seu esforço em controlar o que se tornaria, para ela, uma necessidade radical:

As vezes eu saía vagando sem destino para distrair-me um pouco e descongestionar a mente. Quando eu escrevia tinha a impressão de que o meu cérebro normalizava. Que alívio! (...) Eu lutava para ficar livre do pensamento poético que me impedia o

⁴ As informações seguintes baseiam-se no *Diário de Bitita*, nos depoimentos de Audálio Dantas e Marta Teresinha Godinho, conforme a obra de Levine e Merhy.

sono. Percebi que andando de um lado para outro o pensamento se dissipava um pouco. Quando eu sentia fome as idéias eram mais intensas, comendo eu notava que diminuía. E passei a ter medo da fome. Passei a trabalhar de pressa, andar com rapidez, não parava um segundo para me cansar, deitar e adormecer logo. (...) Creio que já me familiarizei com esta miniatura de calvário. Quando percebo que estou exausta, sento com o lápis na mão e escrevo.

Empregada doméstica na casa de um médico que depois seria famoso, o Doutor Zerbini, teve a oportunidade de usar uma biblioteca. Em 1948, grávida do primeiro filho, foi despedida pela família para quem trabalhava. Sem ter para onde ir, acabou na favela do Canindé, sítio próximo a um depósito de lixo.⁵ E teve início uma nova e difícil fase na sua vida que irá durar uma década.

Não há muitas informações sobre estes anos. Outros amores, dois novos filhos. Carolina trabalhava e criava os filhos. Em 1955 iniciou o seu diário. Nele registrou o ano de 1952 como muito difícil; falou de conflitos pessoais, de uma cirurgia. Dez anos depois de ter escrito poemas, estórias e iniciado o diário, foi descoberta pelo jornalista do Diário de São Paulo, Audálio Dantas.

Certamente esta experiência serviu-lhe de instrumento de análise para desvendar a sua situação e a das pessoas com quem convivia, na favela, na cidade. Seria então vítima da ilusão biográfica, do senso comum?

Robert Levine, na introdução geral ao livro *Cinderela Negra*, afirma o seguinte:

...a autora não percebia as razões estruturais da pobreza. Ela culpava os favelados, referindo-se a eles como bestas humanas, vítimas dos próprios infortúnios...

Esta crítica parece-nos descabida, pois Carolina não era uma intelectual. Apesar disto, conseguia identificar com clareza os responsáveis pelo agravamento da pobreza em que ela, e as demais pessoas sem posses, viviam. Marta Godinho, no depoimento já citado, afirma que ela era ca-

⁵ Canindé é um bairro da zona norte da cidade de São Paulo. Um retrato desta região ao final dos anos 40 pode ser visto na paisagística de Raphael Galvez, este solitário pintor e artesão paulistano de Barra Funda, que fez parte do Grupo Santa Helena.

paz de pensar e analisar no campo das idéias. Recordar-se de suas preocupações com conceitos como capital, função do trabalhador, pobreza, subdesenvolvimento.

Estes são os temas de uma geração de intelectuais que participaram dos governos de Vargas e Goulart, principalmente Josué de Castro e Celso Furtado. A imagem (e a opinião) pública do Brasil era refratada através desta temática. Vale lembrar que em 1946 Josué de Castro publicou o célebre livro *A Geografia da Fome* e, dois anos depois, *Geopolítica da Fome*, uma análise do problema da fome em escala mundial. O prestígio alcançado pelo autor – cujos livros viram-se publicados em vários idiomas – contribuiu para que, em 1951, ele ascendesse à presidência do Conselho Executivo da *Food and Agricultural Organization* (FAO) e, em nosso país, à vice-presidência da Comissão Nacional de Bem-Estar, no governo de Getúlio Vargas, em 1953.

A fome aparece associada, no diário de Carolina, principalmente a partir de 1958, à carestia, ao aumento do custo de vida. E ela responsabiliza, de um lado, o governo, os políticos, o sistema político; de outro, os comerciantes atacadistas.

Assim, no dia 17 de agosto de 1958 escreve:

...quando fui almoçar fiquei nervosa porque não tinha mistura. Comecei a ficar nervosa. Vi um jornal com o retrato da deputada Conceição da Costa Neves, rasguei e pus no fogo. Nas épocas eleitoraes ela diz que luta por nós.

Eis como percebe, em 24 de outubro de 1958, o fenômeno da inflação:

Eu fiz café e mandei o José Carlos comprar 7 cruzeiros de pão. Dei-lhe uma cédula de 5 e 2 de alumínio, o dinheiro que está circulando no país. Fiquei nervosa quando contemplei o dinheiro de alumínio. O dinheiro que devia ter mais valor que os generos. E no entretanto os generos tem mais valor que o dinheiro.

*Tenho nojo, tenho pavor
Do dinheiro de aluminio
O dinheiro sem valor
Dinheiro do Juscelino.*

E finalmente critica os comerciantes atacadistas, “atravessadores de preços” como se dizia na época:

*Hoje jogaram um caminhão de melancia perto do rio.
Não sei porque é que estes comerciantes inconscientes vem jogar seus produtos deteriorados aqui perto da favela, para as crianças ver e comer.*

Na minha opinião os atacadistas de São Paulo estão se divertindo com o povo igual os Cesar quando torturava os cristãos. Só que o Cesar da atualidade supera o Cesar do passado. Os outros era perseguido pela fé. E nós, pela fome!

Naquela época, os que não queriam morrer deixavam de amar a Cristo. Mas nós não podemos deixar de comer.

Esse processo econômico – a condenar alguns à vida e outros à doença e à morte – é, via de regra, apresentado como impessoal, e, portanto, de cunho amoral. Carolina resgata o sentido antiético do comportamento dos comerciantes, ao responsabilizá-los; é importante registrar que a denúncia contra os atacadistas paulistas, acima transcrita, data do Natal de 1958.

Em resumo: fome dá *nervoso, inquietação, não deixa dormir*, mas instiga à reflexão quem não bebe e não enlouqueceu. Na sua lúcida análise, Carolina vê-se como parte do povo, povo sacrificado pelos *governantes*, aqueles que têm o poder de definir a política econômica e, tal como os *atacadistas*, de fixar os preços. Políticos e atacadistas são a causa do sofrimento, e da miséria dos brasileiros que têm fome.

Carolina tangencia o entendimento de causas mais profundas dessa situação, quando observa que até pequenos empresários reclamam. O que ela não alcança compreender é o processo mais global de acumulação de capital, do qual todos participam, inclusive os catadores de papel, como ela. Não se dá conta de como este processo, financiado pela emissão de moeda, gera a inflação. Os aumentos de preços constituem parte deste mecanismo. Quer dizer, representam a forma como certas classes de indivíduos transferem para outras classes estes aumentos, com o intuito de preservar suas rendas. A inflação transforma-se, deste modo, em conflito

distributivo. Um conflito no qual há ganhadores e perdedores. Carolina, contudo, sabe quem mais perde, pois no Diário de Bitita escreve:

A vida na cidade era difícil para os pobres que trabalhavam a preço fixo.

E tampouco a situação dos pobres a trabalharem a preço fixo muda porque, segundo ela⁶, não há vontade política dos governantes:

De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursas nos lares dos operários. (21 de maio de 1958)

Três

O que significa, do ponto de vista temporal, ganhar a vida a cada dia sob o agulhão da penúria? Como é vivido o tempo de pessoas que se encontram na paradoxal situação de inclusão marginal?

A leitura do diário de Carolina oferece-nos um quadro impressionante do tempo de quem sobrevive como uma catadora de papel. Esta atividade à margem da sociedade de mercado – uma espécie de profissão – apresenta-se como a atividade possível para a vida que ela leva:

O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me de andar suja. Já faz oito anos que cato papel. (20 de julho de 1955)

Catar papel, para vender. Vai ao depósito, recebe o dinheiro. Compra leite, pão ou outro gênero, e só. Retorna à casa, prepara a comida para os filhos. Assim é o dia-a-dia, meses a fio, os anos todos da vida. O tempo de Carolina é o da incessante luta pelos recursos indispensáveis à sobrevivência, às vezes gordura, outras sabão, quase sempre o calmo e útil pão.

Trata-se de um tempo consumido na luta pelo “pão de cada dia”, sem nunca saciar-se a fome, um tempo de Sísifo:

⁶ Aqui verificamos os limites da consciência social de Carolina, comuns naquela época.

Quando eu estava na rua, comecei a ficar nervosa. Todos os dias é a mesma luta. Andar igual a um judeu errante atrás de dinheiro, e o dinheiro que se ganha não dá pra nada. (21 de junho de 1958)

O que eu ganho não dá para tratar os meus filhos. Eles não tem roupas nem o que calçar. E eu não paro um minuto. Cato tudo que se pode vender e a miséria continua firme ao meu lado. (11 de setembro de 1958)

Um tempo de trabalho que não logra alcançar a reprodução diária, pois como assinalou Suzanne de Brunhoff, sob relações sociais capitalistas esta equação nunca é atingida.

Contudo, Carolina não está sujeita a ninguém. Mas nessa aparência de tempo livre, que lhe permite, inclusive, cuidar de sua família, é um tempo comandado pela fome que rói as suas entranhas e as de seus filhos ainda pequenos e indefesos, um tempo interrompido pelo cansaço, pelo frio, pela doença, pela indisposição e pela chuva. Um tempo quase biológico, poder-se-ia dizer, um tempo com limites naturais, internos e externos. A Carolina não escapam, contudo, as determinações sociais de sua vida.

Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconsciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. (22 de maio de 1955)

Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia em que chove eu sou mendiga. (14 de junho de 1955)

Na realidade, seu tempo é o mesmo tempo da sociedade na qual ela se insere com sua *profissão* peculiar. Carolina precisa trabalhar, como todos os demais, durante a semana para garantir o seu sustento no tempo de não-trabalho da sociedade:

Até que enfim parou de chover. As nuvens deslisa-se para o poente. Apenas o frio nos fustiga. (29 de maio de 1958)

Sábado – o dia em que quase fico louca porque preciso arranjar o que comer para sábado e domingo. (31 de maio de 1958)

De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer. Mas hoje é segunda-feira e tem muito papel na rua. (2 de junho de 1958)

Assumir a atividade de catadora de papel como *trabalho* é dar-se uma identidade, afirmar um pertencimento. Uma resposta ao esvaziamento do ser social que deriva da condição marginal.

O tempo dos que vivem na marginalidade é um tempo vazio, do qual nada se espera. Um tempo no qual o esvaziamento do ser, marcado pela perda de autonomia, encontra, na passividade, no esmolar, o comportamento normal, e na violência uma inútil tentativa de superação. Pois os atos violentos apenas mostram o lado reverso da mesma condição – a de viver à margem da sociedade.

Vinculado a um contrato, o tempo do trabalhador é, em contrapartida, um tempo cheio, uma rotina de atos constitutivos a prefigurar um produto ou um serviço – com tudo o que isso implica em termos de experiência temporal, a saber horários, preocupação, atenção, intensidade. Homogêneo, mecânico, repetitivo, simples – do ponto de vista dos encarregados de gerenciar o contrato –, ou heterogêneo, humano, descontínuo, complexo – na perspectiva dos trabalhadores –, o tempo de trabalho é sempre “poroso”, sempre suscetível de maior ou menor intensidade, a depender das atitudes e das relações de forças entre os dois grupos. Por isso mesmo, é um tempo cheio.

Mais importante, porém, é dar-se conta de que, no tempo de trabalho mediante o qual cria valor, o trabalhador se assume como um ser social.

José Carlos Meihy – co-autor de *Cinderela Negra* – observa a relação entre pobreza e ideologia do trabalho, relação forjada sob o longo período do varguismo na vida política nacional:

Não seria equivocado dizer que houve um modelo de pobreza correspondente ao projeto do governo varguista. A ideologia do trabalho expressa, na noção de que o pobre deve deixar a boêmia, a farrá e a preguiça, para ser transformado em trabalhador, honesto e não

beberrão, era algo aceito. Resultado de anos de cuidados governamentais a favor do trabalhismo, fulgurava um rastro perfeitamente perceptível na vida de Carolina de Jesus.

Quatro

A Vera começou a pedir comida...e assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!

A escravidão da fome.

Séculos antes, no contexto da radicalização do processo revolucionário em França, no ano de 1793, Jacques Roux, o “cura vermelho”, diante da presença da fome entre a massa do povo parisiense, acentuou a diferença entre os princípios abstratos e a realidade, entre liberdades formais e reais.

A liberdade é um vão fantasma quando uma classe de homens pode reduzir a outra impunemente à fome. A igualdade é apenas um vão fantasma quando o rico, pelo monopólio, exerce o direito de vida e de morte sobre seu semelhante...

A fome uniu os diferentes categorias e grupos do povo (os *sans-coulottes*), em 1793, e levou ao controle sobre os preços dos cereais, o *maximum*, capaz de harmonizar o preço do pão com os salários.

Assim está posta a questão, desde a revolução francesa: o monopólio sobre os meios de produção e de vida reduz a liberdade a um fantasma. E apenas recentemente a Organização das Nações Unidas, nascida das cinzas da mais terrível das guerras mundiais, admitiu, implicitamente, a desigualdade real como um problema. *Os homens passaram a ser considerados livres e iguais não apenas em direitos*, como rezava o pensamento liberal - burguês, *mas também em dignidade*. Assim começa a declaração universal dos direitos humanos: todos os homens são livres e iguais, em dignidade e direitos. O direito a uma vida digna e livre rechaça, como iníqua, a

fome. Tinha início, nos países do Ocidente situados no hemisfério norte, o Estado de bem-estar social. A cidadania social era seu pressuposto fundamental.

Neste contexto, lembremos mais uma vez, Josué de Castro publicou, em 1946 e 1948, a análise do problema da fome no Brasil e em escala mundial.

O problema da pobreza absoluta e da fome tornou-se novamente assunto nacional em 1993.⁷ Herbert de Souza, o Betinho, liderou o solidarismo civil das classes médias urbanas, através da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida. Resultou desta iniciativa uma espécie de redistributivismo, fundado nas ações de solidariedade dos indivíduos e empresas.⁸ Itamar Franco, então presidente da República, convidou o sociólogo para coordenar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. E o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), encarregado de fazer um levantamento sobre a situação da fome no Brasil, revelou os assustadores números de 31.679.095 pessoas, ou 9.174.598 famílias, a viverem abaixo da linha de pobreza, ou indigência.

Na opinião de Nelson da Silva Valle, a pesquisa em torno da indigência sofreu, entretanto, de problemas metodológicos. Sua maior objeção diz respeito ao uso da renda monetária como base para o estabelecimento da linha de pobreza; essa escolha acarretaria a necessidade da revisão tanto da pesquisa realizada quanto da produção intelectual sobre a concentração da renda e a questão da miséria no país nos últimos trinta anos. Mas Carlos Augusto Monteiro e Roberto Fontes Nunes, pesquisadores da área da saúde pública, alertam que a melhoria no quadro nutricional brasileiro, medido pelo indicador de peso e altura das crianças em idade escolar, realmente aconteceu, mas se concentrou nas regiões mais desenvolvidas e nos estratos sociais mais favorecidos.⁹

A “escravidão da fome” ainda persiste em vastas áreas do Brasil, a exemplo da fome crônica entre os cortadores de cana de açúcar da Zona da Mata de Pernambuco e Alagoas. E o fenômeno, menos visível e mais disseminado, o da desnutrição leve, atinge populações de todo o território

⁷ O movimento contra a carestia organizado na segunda metade da década de 70 na capital de São Paulo, em plena ditadura militar, merece ser lembrado porque se trata do primeiro “movimento social” que conferiu à fome uma determinação política – o arrocho salarial.

⁸ Na falta de um processo de redistribuição efetiva da renda, acabou por se tornar uma nova forma da caridade pública.

⁹ Ver a respeito *Ciência Hoje*, 1994.

nacional, inclusive nas metrópoles. Um fenômeno paradoxal, pois inclui também a obesidade em virtude do consumo, em excesso, de alimentos de alto teor calórico, como os carboidratos.

O processo de pauperização voltou a acentuar-se nos últimos anos. A renda média dos trabalhadores caiu mais entre os que trabalham por conta própria. E para este contingente estão sendo empurradas novas parcelas de desempregados, vindas das indústrias, do comércio e dos serviços. E se forma uma legião de desafortunados a ocupar as ruas durante o dia, a vender tudo o que se pode imaginar. Ao lado dos trabalhadores avulsos e dos vendedores ambulantes (“camelôs”), aumenta também a população de rua propriamente dita, composta por mendigos, prostitutas e ladrões, esta “escória da humanidade”. E quando a noite cai, às vezes no meio da confusão do trânsito, catadores reviram as lixeiras em busca dos rejeitos de nossa sociedade de consumo.

Assim, aos poucos, o espetáculo das ruas, com sua multidão de pobres e famintos, observado¹⁰ nas grandes cidades européias no século XIX, volta a compor, no imaginário social, a dimensão de ameaça à ordem. As cidades brasileiras de maior porte são, desde meados da década de 80, o espaço das “classes perigosas”.

O sonho

A impossibilidade de uma vida digna aparece como o tormento da existência dos miseráveis. Uma casa própria – que materializa em nossa sociedade o sentido mais profundo do abrigo e do lar – ou mesmo algo mais simples, como uma refeição completa, é impossível. *Para os pobres tudo há de ser abstrato*, escreve Carolina no *Diário de Bitita*. Por isto mesmo, acrescenta, *os sonhos dos pobres são semelhantes às fogueiras*.

Contudo, Carolina de Jesus é uma exceção à regra. Ela conseguiu finalmente publicar os seus diários em 1960, com o apoio do jornalista Audálio Dantas. O livro *Quarto de Despejo* foi um sucesso de vendas. Apenas para ter uma idéia, neste mesmo ano a edição atingiu o 60º milheiro! O objetivo principal da autora era, com a venda do livro, sair da favela, do *quarto de despejo*. A publicação tornou possível este objetivo.

¹⁰ Ver a esse respeito Maria Stella Bresciani, 1982. João do Rio, no livro *A alma encantadora das ruas*, registrou o “espetáculo da pobreza” na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX.

Eduardo Navarro Stotz

Mas ela não pretendia apenas melhorar de vida. Seu testemunho era o de uma escritora, assim ela se percebia no mundo. Escreveu mais, viajou, tornou-se alvo de polêmicas. A favela, a pobreza urbana e a condição da mulher negra passaram a existir como dramas sociais que a sociedade brasileira não podia mais ignorar. Depois, com a consolidação da ditadura militar, estes temas tornaram-se objetos de censura, proibidos. Suas opiniões sobre as favelas e as condições do povo, dirigidas aos generais-presidentes, através de declarações à imprensa, deixaram evidente os limites de sua consciência política. Mesmo assim, os editores passaram a evitar novas edições de seu diário. Carolina continuou escrevendo. Seguiu sua vida como uma escritora pobre e esquecida, em sua pequena e modesta “chácara” na periferia de São Paulo, quando faleceu, subitamente, aos 63 anos de idade.



Bibliografia referida

- Bourdieu, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- Bresciani, Maria Stella Martins. *Lourdes e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Brunhoff, Suzanne de. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- Ciência Hoje, 100: maio-junho de 1994, número especial dedicado à fome.
- Jesus, Carolina Maria de. *Quarto de despejo (Diário de uma favelada)*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.
- Levine, Robert e Meihy, José Carlos S. B. *Cinderela Negra: a saga de Carolina de Jesus*. Rio de Janeiro pela Editora da UFRJ, em 1994.
- Touchard, Jean. *História das Idéias Políticas* – 5. Lisboa: Europa-América, 1970.

O Tempo
História e Memória
no Planetário

Observar, entender

Em novembro de 1980, uma equipe da Carta Arqueológica do Algarve identificou um extenso povoado num lugar denominado Vale do Boto. Apesar da indiferença oficial, os arqueólogos conseguiram recursos mínimos e o adiamento, por um ano, do plantio da vinha que, por meio da destruição de um secular olival e da remoção de centenas de pedras emparelhadas e fragmentos de cerâmica, conduziu à descoberta. As escavações e os estudos permitiram salvar para a História estes traços fósseis no sítio do Vale do Boto, em Olhos de São Bartolomeu de Castro Marim, traços identificados como de origem árabe-medieval.

Dentre as conclusões, vale a pena destacar a suposição de ter havido uma ocupação centrada em pleno período muçulmano, entre os séculos IX e XI, período do califado e das taifas. Referem-se os pesquisadores, ainda, à extrema pobreza desta ocupação. Contra a opinião de alguns, seria necessário prosseguir os trabalhos. Eles afirmaram, em apoio a esta assertiva:

É que, mais que as opulentas cidades, onde cresceu e se extinguiu uma brilhante civilização, nos interessam esses humildes lugarejos, onde se forjou toda uma história agrária que está na gênese da nossa própria.

Em apêndice ao artigo¹, os arqueólogos fazem ainda referência a uma história recolhida entre trabalhadores rurais e pescadores da região, a *um primeiro olhar pouco crível, mas de registo indispensável*, repassada a eles por intermédio de Augusto Cavaco, proprietário do Vale do Boto, entretanto falecido; versões idênticas foram posteriormente recolhidas.

A história é a seguinte:

Trabalhadores portugueses que haviam migrado para Marrocos, ao se identificarem como provenientes da região do Vale do Boto, em Castro Marim, ouviram repetidas vezes os marroquinos lhes dizerem ser aquele *o lugar de uma das suas antigas cidades, de onde, em épocas remotas, teriam fugido, perseguidos pelos cristãos*. A frequência com que ouvimos esta história ser contada por pessoas sem qualquer contato entre si, justifica que a mencionemos

¹ Helena Catarino, Ana Margarida Arruda e Victor Gonçalves. Vale do Boto: escavações de 1981 no complexo árabe/medieval. *Clia*, revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 3, 1981.